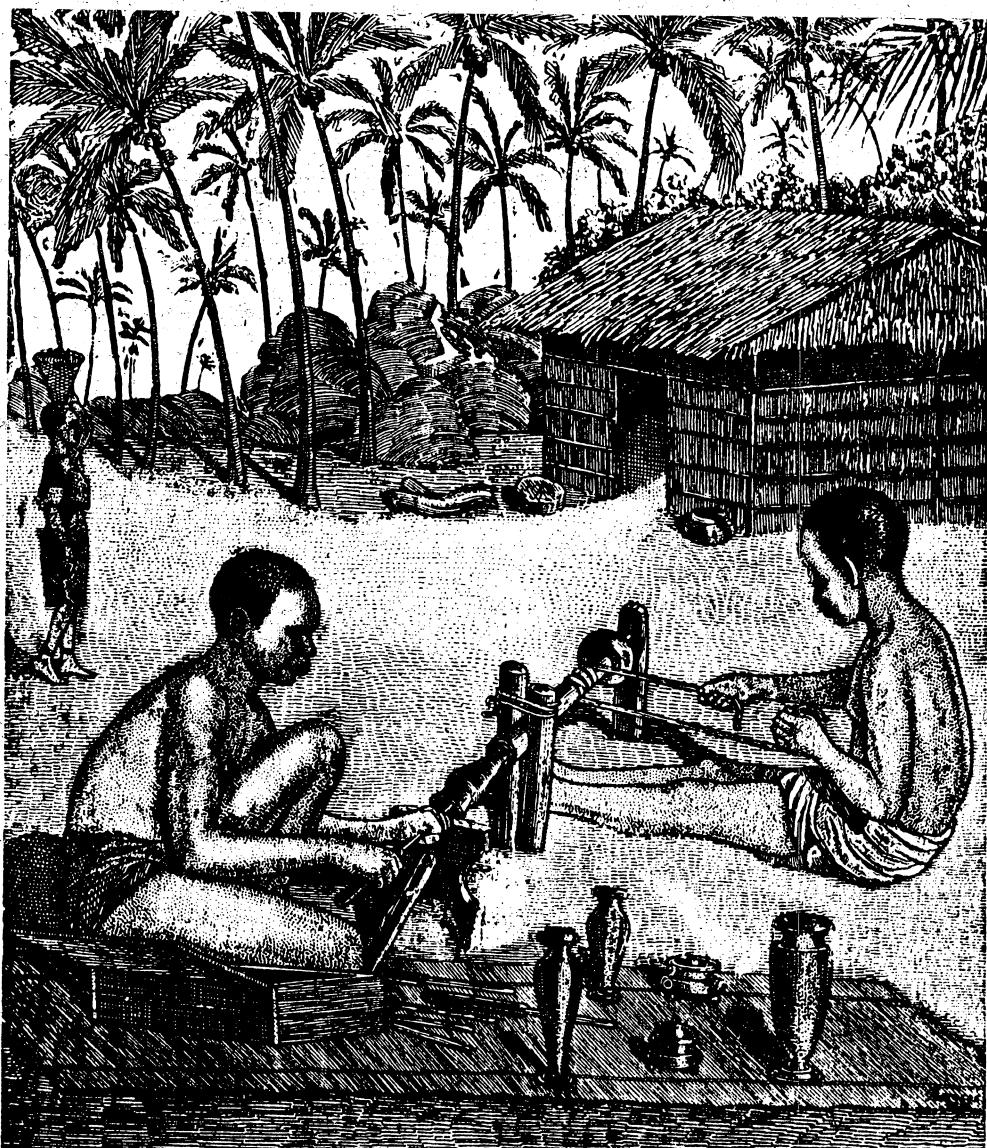


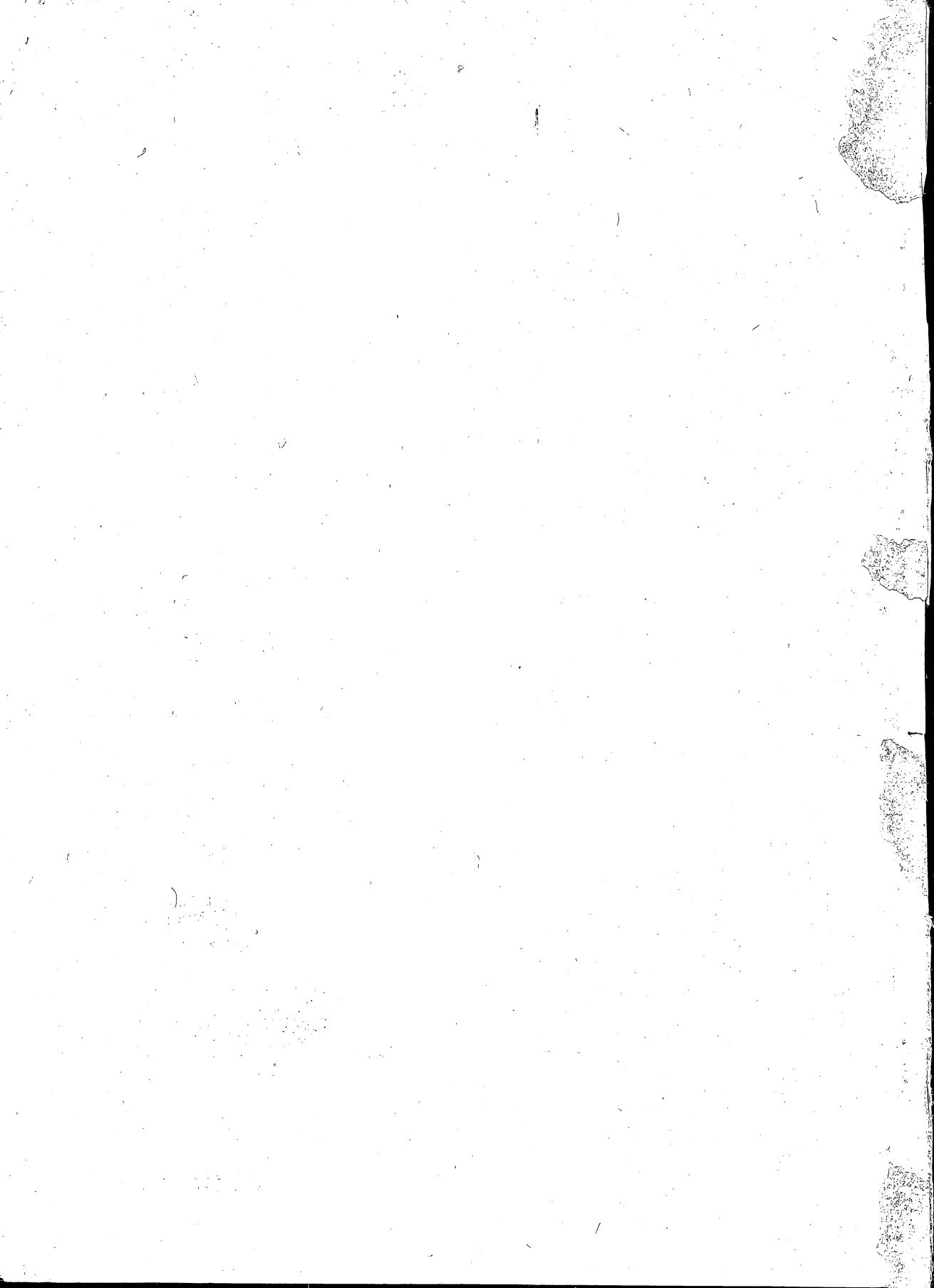
# *Arquivo*

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



nº 15

Abril de 1994



# *arquivo*

Boletim Semestral do  
Arquivo Histórico de Moçambique

## SUMÁRIO

Apresentação	3
O Estado da Frelimo: da Revolução à Recolonização, <i>por John Saul</i>	5
A "Primeira" Frente de Tete e o Malawi, <i>por João Paulo Borges Coelho</i>	43
Publicando o Passado: Progressos na Série "Documentos sobre os Portugueses", <i>por D.N.Beach</i>	109
O Público e o Privado. Contribuição para o Debate em Torno da Caracterização de Documentos e Arquivos, <i>por Ana Maria Camargo</i>	121
Noções Gerais sobre Arquivos, <i>pelo Colectivo do AHM</i>	133
Encontros Internacionais	143
Acervo	151

# arquivo

Boletim Semestral do  
Arquivo Histórico de Moçambique  
Universidade Eduardo Mondlane

Diretor: Inês Nogueira da Costa  
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/87  
No.15, Abril de 1993

## APRESENTAÇÃO

O número 15 do Boletim Arquivo é, como todos os números do mês de Abril, um número ordinário. Nele procuramos incluir, como habitualmente uma variedade de temas de história e actualidade, e de arquivística.

Abrimos com um ensaio de John Saul sobre a situação de Moçambique na actualidade, com particular incidência nos aspectos políticos de evolução da Frelimo. Nele o autor levanta, de forma polémica mas segura, diversas questões e posiciona-se no debate em curso sobre a natureza da crise moçambicana e do partido Frelimo.

Em seguida apresentamos um artigo sobre as relações políticas, diplomáticas e de segurança do *triângulo* formado pelo Moçambique colonial, o Malawi então recém-independente e a Frelimo, na década de sessenta. Com base em documentação colonial, procura revelar-se a complexidade dos factores em jogo e, indirectamente, como eles poderão ser ainda actuais no período de transição em que vivemos.

D.N.Beach, historiador zimbabweano e nosso habitual colaborador apresenta, no terceiro ensaio, críticas penetrantes e construtivas ao volume IX (1497-1840) da série bilingue (em português e inglês) *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Austral*, editado conjuntamente pelos National Archives do Zimbabwe (Zimbabwe), a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e o Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical (Lisboa).

Já no âmbito da arquivística, abrimos com um interessante texto de Ana Maria Camargo, nossa colaboradora e amiga de primeira hora, sobre as esferas do *público* e do *privado* no mundo dos arquivos. Embora com base na problemática e na legislação brasileiras, pensamos que constitui interessante matéria de reflexão e informação para os arquivistas moçambicanos.

Em seguida, apresentamos um texto do colectivo do AHM sobre alguns conceitos básicos sobre arquivos, as resoluções adoptadas pelo XII Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, e as recomendações do Forum dos Arquivos Lusófonos.

Encerramos, como habitualmente, com a secção de acervo.

*Inês Nogueira da Costa*

## O ESTADO DA FRELIMO: DA REVOLUÇÃO À RECOLONIZAÇÃO<sup>1</sup>

John Saul

É quase impossível descrever quão devastadora foi para os moçambicanos a triste trajectória da revolução moçambicana. Foi também uma experiência séria para nós, que ao longo dos anos apoiámos e procurámos interpretar o projecto de desenvolvimento progressista da Frelimo nesse país. "Projecto de desenvolvimento progressista da Frelimo?" Trata-se de um sinal dos tempos o facto de existir algo de desajustado nesta formulação, em pôr a questão nestes termos. "Projecto de desenvolvimento?" Certamente, uma expressão despropositada de arrogância modernista. "Progressista?" O scepticismo em relação à adequação das "soluções socialistas" é tão generalizado (mesmo em grande parte da *Esquerda*) que também este termo parece altamente suspeito. E o que dizer da própria "Frelimo"? Aparentemente, esta é a variável mais suspeita de todas, a julgar por grande parte daquilo que se escreve actualmente sobre Moçambique.

Evidentemente que nos importa a todos compreender melhor o triste desfecho para onde Moçambique foi conduzido sob a liderança da Frelimo: de um país reconhecidamente atrasado que mesmo assim iniciou a sua independência, em 1975, com grandes expectativas, para um país esfarrapado, possivelmente o mais desesperadamente pobre do mundo, nos dias de hoje. Não há muito tempo, procuraram-se explicações para esta trajectória desastrosa nas evidências da destabilização levada a cabo pela África do Sul. Mas, cada vez mais - uma "deslocação do paradigma", segundo nos diz o académico britânico e estudioso de África, Gervase Clarence-Smith<sup>2</sup> - o centro de gravidade da explicação aceite parece ter-se movido, e a culpa do fracasso parece recair agora, cada vez mais, sobre os ombros da própria Frelimo, e nos erros de negligência e prática desse movimento.

Uma correcção útil? Certamente que aqueles de nós que estiveram mais próximos da Frelimo no decorrer dos anos são, pelo menos em parte, culpados da acusação. Poderá haver dúvidas de que sobreestimámos o alcance das realizações da Frelimo e de que

subestimámos a gravidade das fraquezas que enfermavam os seus esforços? Todavia, não creio que seja mera atitude defensiva sugerir o perigo que existe no facto de o pêndulo da explicação começar a mover-se demasiado na outra direcção; que o papel da África do Sul na destruição das realizações da Frelimo corre agora o risco de ser subestimado em vez de sobreestimado, e que o projecto da Frelimo corre agora o risco de ser caricaturizado, negativamente, até se tornar irreconhecível. Tal como veremos neste texto, se não for rebatida, esta reinterpretação tão extrema da história de Moçambique pode vir a custar muito caro - particularmente na medida em que engendra a tentação, por parte de moçambicanos e outros, de aprender precisamente as lições erradas do colapso virtual do Estado moçambicano.

Em causa está, também, algo mais geral. A alacridade com que as interpretações mais negativas do papel da Frelimo em Moçambique foram perfilhadas em muitos círculos, reflecte não só uma "deslocação do paradigma" no estudo de Moçambique, mas uma virtual mudança na discussão, mesmo por parte da Esquerda, das perspectivas do desenvolvimento africano. Alguns aspectos desta mudança são saudáveis. Preocupações sobre "democracia", por exemplo - por mais multiforme que possa ser esta noção - dificilmente serão ignoradas no futuro. Mas outras parecem representar mais um desfalecimento, uma perda de confiança face à sinistra fecundidade da "Nova Ordem Mundial" e às tendências para a recolonização da África Austral. Cuidado com o recuo dos Estudos Africanos - quer para a lógica benevolente do mercado quer para a "economia moral" da aldeia - que traz mais dúvidas que as necessárias sobre a possibilidade e/ou sabedoria dos fins heróicos e da possibilidade revolucionária. Neste texto, ao discutir Moçambique, o seu passado, presente e futuro, procuro também comentar as "falsas soluções", quer analíticas quer práticas, que esta tendência ampla nos oferece.

## I. Uma Deslocação do Paradigma?

A variedade de críticas às práticas da Frelimo é, de facto, muito ampla, encontrando talvez a sua forma mais dramática na asserção do veterano do partido comunista sul-africano Joe Slovo, enunciada num simpósium sobre "O Futuro do Socialismo", em New York, segundo a qual o projecto socialista tentado em Moçambique

foi "tão prematuro quanto errado!"<sup>3</sup> Como devemos interpretar tal asserção? A um certo nível, ela pode ser considerada como a mera aplicação ao caso de Moçambique, por parte de um comunista da velha guarda, de um marxismo de Terceira Internacional, bastante convencional. Afinal de contas, nem mesmo durante a época em que as "relações fraternais" entre Moçambique e a União Soviética atingiram o seu nível mais alto, os soviéticos chegaram alguma vez a conceder a Moçambique um estatuto mais elevado do que o de "Estado de orientação socialista", escusando-se com o nível relativamente "primitivo" das suas relações sociais.

Além disso, Slovo não chegou a dizer claramente o que é que a direcção progressista que ascendeu ao poder em Moçambique em meados da década de 70 deveria ter feito com esse poder - tornando assim a sua própria posição, destituída de mais elaboração, numa posição demasiado confortável e passiva. Evidentemente que ele também tem razão até certo ponto: as "condições atrasadas" herdadas pela Frelimo ("o nível absoluto de indesenvolvimento", como formulei em outro lugar), assim como a estrutura de classe subdesenvolvida do país e a sua extrema vulnerabilidade internacional, poriam sempre, na verdade, muitos e reais problemas a qualquer revolução inexperiente em Moçambique. E, no entanto, a tentação de conceder mais importância às "pré-condições necessárias" do que às práticas políticas e económicas concretas na explicação das forças e fraquezas de um "socialismo de facto existente" pode também cair numa forma particularmente inaceitável de encarar a questão.

De qualquer maneira, a posição de Slovo não representa o tipo de "deslocação do paradigma" que outros autores<sup>4</sup> têm em mente quando recorrem a uma tal frase para resumir a recente redefinição dos termos de análise das coisas em Moçambique. Para eles está em causa menos uma preocupação com limites absolutos como os que a história impôs à capacidade da Frelimo para realizar as suas aspirações, do que o debate sobre a importância relativa de diversos factores mais imediatos na perturbação do processo de transformação em Moçambique. Nas palavras de Alex Vines, assiste-se, "na análise académica... a um afastamento da causalidade da crise moçambicana, da destabilização sul-africana, transitando a ênfase agora para as políticas agrárias da Frelimo, consideradas como a raiz do problema" (sem citar a referência). Ou, na formulação mais sarcástica de Clarence-Smith: "De facto, a Frelimo cavou a sua própria sepultura face a um inimigo aparentemente ridículo... a Renamo explora todo

o ódio e ressentimento gerado pela Frelimo no campo, através das suas políticas".<sup>5</sup>

De facto, só as versões mais extremas desta perspectiva<sup>6</sup> referem uma "deslocação do paradigma", nestes termos tão rígidos. Se observarmos as análises mais cuidadosas da guerra em Moçambique, verificamos que ainda continua a ser atribuído grande peso - correctamente - ao impacto do patrocínio concedido por Pretória à Renamo e às suas implacáveis tácticas de destabilização em Moçambique.<sup>7</sup> Assim, William Finnegan, ao mesmo tempo que alerta para os erros do próprio projecto da Frelimo, salienta a importância do facto que "poucos [dos novos governos em África] tiveram o azar de ser vizinhos de um inimigo poderoso pronto a explorar cada um dos seus erros".<sup>8</sup> Mesmo esta formulação corre o risco de atenuar o caso. Isso porque há um manifesto sangue-frio na tendência actual para desenvolver uma perspectiva que reduz a implacável política da África do Sul em Moçambique - "a destruição de um país Africano"<sup>9</sup> - a uma espécie de variável residual. Na verdade, cada situação histórica é "sobredeterminada", tornando-se virtualmente impossível manter suficientemente "constantes" outros elementos de determinação de maneira a conseguir, com um certo nível de confiança, uma avaliação definitiva de qualquer um deles. No entanto ignoramos, por nossa conta e risco (tanto moral como analítico), a conclusão de um relatório do Departamento de Estado dos E.U.A., que descreveu certa vez a guerra em Moçambique como "um dos mais brutais holocaustos contra seres humanos normais desde a II Guerra Mundial".<sup>10</sup>

Não se trata de ser necessário suavizar o debate sobre as forças e fraquezas do projecto geral da Frelimo de forma a abranger completamente a centralidade desta realidade. Neste ponto, voltamos à evidência de que grande parte da textura do debate sobre Moçambique é mais fundamentalmente crítica das realizações da Frelimo do que no tempo em que eram sobretudo os "académicos-activistas" apoiantes do movimento (as versões moçambicanas dos famosos "red-feet"<sup>11</sup> de Patrick Chabal) quem contribuía para essa literatura. Um ponto de referência chave, a este respeito, é o trabalho de Christian Geffray.<sup>12</sup> O seu estudo de caso revelou algumas das formas através das quais, a um canto do país, a Renamo utilizou tanto as tensões que existiam no seio e entre comunidades locais como a reação negativa de alguns habitantes do campo contra os erros económicos e a tirania administrativa da Frelimo, para conceder alguma base política doméstica às suas actividades.

O debate prossegue em torno da precisão do enfoque de Geffray e da medida em que as suas conclusões podem ser generalizáveis.<sup>13</sup> Além disso, o próprio Geffray não utilizaria tais dados para diminuir a extrema crueldade, mesmo barbaridade que caracterizou a acção da Renamo, essencialmente o papel de um provocador de catástrofes. Mesmo assim, esse novo material serviu para aguçar a incidência crítica sobre a Frelimo. Não parece por acaso o facto de ter sido numa recensão do livro de Geffray, publicada com destaque no *Times Literary Supplement* e provocativamente intitulada "Entre Dois Terrores", que Peter Fry confere voz particularmente distinta a uma nova ortodoxia-em-formação relativamente aos assuntos moçambicanos, contrastando os desencaminhados esforços de desenvolvimento da velha Frelimo com aqueles "que apoiam o Presidente Joaquim Chissano na sua tentativa de colocar Moçambique numa via de desenvolvimento coadunada com as realidades do contexto político e económico regional e internacional e, sobretudo, com as aspirações do povo de Moçambique".<sup>14</sup>

"Coadunada com as realidades do contexto político e económico regional e internacional" - trata-se de uma forma bastante árida de descrever o padrão da re-subordinação de Moçambique aos ditames capitalistas sul-africanos e globais, que Chissano foi forçado a aceitar (e que delinearemos melhor na secção III deste texto). E que dizer sobre "as aspirações do povo de Moçambique"? Fry recorre amplamente à evidência fornecida por Geffray relativamente à intolerável abordagem da Frelimo à tradição local - condensada por ele no termo *abaixismo*. Todavia, o próprio Fry reconhece que as coisas são um pouco mais complexas do que isto quando, no final da sua recensão, qualifica as suas afirmações invocando então a necessidade de um "debate sobre o problema mais fundamental de África: como reconciliar o desejo da modernidade e a necessidade do desenvolvimento económico com a ligação igualmente forte a formas de organização social muito diferentes daquelas que existem nas esferas política e economicamente dominantes a nível mundial".<sup>15</sup> Mas que tipo de política se segue a este tipo de entendimento? Que tipo de crítica à Frelimo deve ele basear? Devemos escavar mais fundo para encontrar o infra-texto que permite a movimentação de Fry e outros em direcção a uma nova ortodoxia que salienta a natureza negativa da experiência da Frelimo.

Tal como observámos atrás, estão disponíveis materiais para uma retomada mais cuidadosa da complexa dinâmica da escalada da guerra, retomada essa que poderia demonstrar de que formas os proponentes mais peremptórios da escola do "novo paradigma" exageraram na sua perspectiva. Neste ponto, é sobretudo importante salientar a medida em que uma "variação de humor" nas abordagens analíticas mais correntes aos "regimes progressistas" de África forneceu as premissas que ajudaram a tornar possível um tal exagero. Tal como notámos no início deste texto, o que é crucial é a crescente hegemonia de uma perspectiva - estabelecida num ponto de encontro em que a esquerda e a direita se sentem cada vez mais confortáveis - que se apresenta céptica em relação ao papel do Estado, céptica em relação ao socialismo e, pelo menos em algumas das suas expressões a respeito de África, céptica em relação às próprias exigências de "modernidade".

Talvez a manifestação mais forte desta variação de humor nos estudos africanos possa ser encontrada nos escritos daqueles que se agrupam em torno do influente jornal francês - de orientação de esquerda por alturas do seu lançamento, há uma década ou mais - *Politique Africaine*.<sup>16</sup> Darbom, ao discutir "L'État prédateur", sugere que "no início da década de 1990, pouco resta das esperanças de desenvolvimento que se colocavam nas estruturas de Estado dos países africanos.... O conceito do Estado como estímulo e promotor do desenvolvimento parece ter fracassado completamente em África".<sup>17</sup> Bayart vai um passo mais longe:

"O Estado é o agente económico dominante em África, quer em regime de partido único, quer pluralista ou socialista. Por toda a parte, a integração do Estado na economia mundial ocorreu rapidamente. Por toda a parte houve acumulação primitiva, ou seja, sobreexploração do campesinato. A acumulação do Estado está intimamente ligada à acumulação individual a todos os níveis (incluindo ao nível mais alto) e em todos os países (incluindo os mais "socialistas"). O poder, qualquer que seja a sua forma, é inevitavelmente um instrumento de acumulação de riqueza... É, portanto, ocioso procurar estabelecer uma diferença conceptual entre os sectores público e privado. Ambos são instrumentos de uma classe dominante lutando por estabelecer a sua hegemonia."<sup>18</sup>

Partindo deste princípio, também não surpreende que os críticos reservem o seu fogo mais forte para um Estado que se pretende intervir em nome do socialismo. Assim, Jean Médard (no seu artigo "L'État patrimonialisé", na *Politique Africaine*) escreve acerca da tentação particular que sofrem tanto liberais como

socialistas, de encarar o Estado como o "demiурgo do desenvolvimento", baseados numa esperança pouco provável: "para cumprir com o seu papel, seria necessário que o Estado fosse um puro instrumento da racionalidade tecnocrática dos seus líderes, que por sua vez teriam que estar animados de uma dedicação ao 'bem-estar geral' e suficientemente desligados da sociedade para a remodelarem 'a partir do exterior' com um elevado grau de independência".<sup>19</sup> Mas é particularmente aos socialistas que ele reserva o seu sarcasmo mais profundo: "Num quadro socialista o desenvolvimento é ainda mais difícil dado que, se o quadro capitalista tem ao menos o mérito de favorecer o crescimento, o quadro socialista sufoca-o. E mesmo que saibamos o suficiente para não confundir crescimento com desenvolvimento económico, também sabemos que não pode existir desenvolvimento sem crescimento".<sup>20</sup>

Obviamente que a conclusão de Médard permanece no quadro de uma perspectiva segundo a qual é benigna a acção do mercado livre em África, perspectiva essa que é difícil de definir com base na evidência disponível respeitante à experiência, de facto, da acumulação capitalista em África. Não que Médard sugira ser a transição para o capitalismo uma transição necessariamente suave. Mas na sua descrição geral dos obstáculos a um tal crescimento ele salienta, não contradições que se poderiam considerar inerentes à lógica da acumulação capitalista ela própria, mas antes contradições decorrentes da maneira como o funcionamento do capitalismo é camuflado em África pelo funcionamento de relações patrono-cliente, por assim dizer tradicionais.<sup>21</sup> A celebrada trajectória de Goren Hyden - na sua procura de meios efectivos de "capturar" o campesinato - de um entusiasmo em relação aos esforços do Estado "demiúrgico" da Tanzânia para um entusiasmo igualmente forte mas oposto, em defesa do funcionamento livre do mercado, trata-se de exemplo daquilo que procuramos mostrar.<sup>22</sup>

Mas Manfred Bienefeld sublinhou, de qualquer forma, até que ponto muitos analistas, situados mais à esquerda do que Hyden, aderiram às "resoluções individuais" dos problemas de desenvolvimento, manifestando extremas reservas às alegações de qualquer Estado de representar "o interesse geral", e mostrando-se prontos a "minimizar os riscos relativos e a inflacionar os benefícios esperados de um enredamento cada vez mais estreito da economia com o mercado internacional e da dependência crescente de mercados internos." Isto apesar do facto de, na perspectiva de Bienefeld, "a

actual crise africana ter sido mais claramente antecipada por aqueles que olhavam para África na perspectiva da dependência, na década de 1960". Na sua análise, Bienefeld rejeita claramente a muito conhecida asserção de Bill Warren (notavelmente próxima da ortodoxia do Banco Mundial, como nota Bienefeld), sobre "a natureza historicamente progressista e economicamente eficiente do desenvolvimento capitalista recente no Terceiro Mundo".<sup>23</sup> Note-se que é sobre premissas muito idênticas às que Bienefeld critica aqui que Clarence-Smith baseia a sua própria crítica do projecto original do Estado da Frelimo. Qualquer esforço de Moçambique para quebrar os seus laços com a África do Sul, sugere ele provocativamente, seria como "pedir a alguém para matar o ganso dos ovos de ouro". E, tal como Médard, ele parece partir do princípio que o desenvolvimento da "economia de Moçambique segundo linhas capitalistas" constitui garantia virtual de "crescimento".<sup>24</sup>

Vale a pena referir ainda um outro elemento da ubíqua crítica do Estado - elemento esse que poderá parecer bastante contraditório com o ponto que acabámos de mencionar mas que, mesmo assim, é muitas vezes um pouco forçadamente associado a ele. Voltemos à influente análise da prática da Frelimo levada a cabo por Geffray; um aspecto central do seu argumento é a crítica à incapacidade do movimento de ter seriamente em conta a complexidade das camadas da sociedade local, "semi-tradicional" de Moçambique. Em última instância, ele parece chegar ao ponto de duvidar da legitimidade da tentativa da Frelimo para transformar essa sociedade. O'Laughlin resume o seu argumento dizendo que "Geffray tende a considerar que em Nampula existe um campesinato homogéneo, claramente diferenciado da população da cidade e vivendo num mundo tradicional dominado por cultos, regras e práticas tradicionais. As vozes mais proeminentes, na perspectiva de tal mundo, são as vozes dos anciões linhageiros". E O'Laughlin cita Geffray quando este sugere que a Frelimo deveria, entre outros acenos à integridade das sociedades locais, "respeitar a autoridade dos chefes tradicionais que não estiveram do lado dos portugueses".<sup>25</sup>

A implicação: certamente que existiria uma certa arrogância "modernista" na decisão da Frelimo de não fazer tal.<sup>26</sup> O'Laughlin pensa de maneira diferente. "Olhando para 15 anos de independência africana, a Frelimo encarou este dualismo como divisionista, anti-democrático e responsável pela manutenção do atraso económico no campo. Eu concordo", diz ela.<sup>27</sup> Em suma, para se conseguir um

poder genuinamente democrático - para, por exemplo, se criarem condições para a emancipação das mulheres na África rural - têm que se pôr em causa as estruturas do mundo semi-tradicional. Pensar-se de outra forma é ser-se politicamente ingênuo, diz O'Laughlin. "Permita-se que as pessoas respeitem e honrem figuras religiosas e titulares, para garantir, mas não se pode evitar a questão de fundo de como se vai organizar o governo local e o poder político". A sua conclusão: "O problema é que a dignidade e a autoridade estavam enredadas num sistema de governo local que qualquer estratégia política socialista teria que alterar".<sup>28</sup>

Como veremos adiante, O'Laughlin não encarou este argumento como justificação para o "bem-intencionado" autoritarismo de esquerda ou mesmo para qualquer *branqueamento* das actividades da Frelimo. De facto, ela interpreta o fracasso da estratégia rural da Frelimo "menos como uma 'vingança' da sociedade tradicional [como Geffray parece sugerir] do que como o impacto negativo das fraquezas da Frelimo reveladas na própria aplicação das 'modernas' políticas socialistas".<sup>29</sup> Deve também ter-se claro, porém, que a maneira de interpretar as coisas de O'Laughlin é cada vez mais impopular - numa altura em que a maioria dos observadores está tão ansiosa por se distanciar de qualquer culpa de associação com a noção de "o Estado e/ou o partido como agente modernizador" que não hesitaria em negar as suas formulações mais ou menos de imediato. Não se trata, evidentemente, da maioria desses observadores serem presentemente "relativistas" e "pós-modernistas" nas suas próprias abordagens às sociedades "semi-tradicionalis". Simplesmente, o facto é que eles, como Peter Fry, contentam-se com esta particular quadratura do círculo, reservando qualquer violação "progressista" da suposta integridade de tais sociedades para a acção de "forças impessoais do mercado".

Escusado será dizer que existem aspectos valiosos na literatura que temos vindo a discutir. Assim, Geffray limita-se a exagerar uma observação que poderia ser importante quando argumenta que o governo moçambicano encarou demasiadas vezes a população rural simplesmente como "um conjunto aritmético de indivíduos dessocializados... curiosamente à espera que a Frelimo lhes fornecesse a organização social". Médard, na sua descrição do "Estado demiúrgico", levanta também um aspecto real respeitante à arrogância demasiado generalizada de elites ostensivamente progressistas, o que se aplicará a Moçambique. E é também

pertinente a incidência firme de Bayart na necessidade de facilitar o reforço da sociedade civil de forma a acabar com as tendências abusivas do Estado africano.

Mas será que a sociedade se pode "reapropriar do Estado"? Será que "uma relação mais 'igual' entre o Estado e a sociedade" se pode estabelecer? Bayart sugere que "a sociedade civil só pode transformar a sua relação com o Estado através da organização de estruturas novas e autónomas, da criação de um novo tecido cultural e da elaboração de um desafio conceptual aos monopólios do poder". Não obstante, permanece um certo maniqueísmo na incidência de Bayart numa "barreira epistemica entre Estado e sociedade"<sup>30</sup> - uma perspectiva que pode retratar o Estado sempre à procura de "capturar o campesinato" mas que não pode efectivamente encarar o campesinato (e outras classes populares) como capazes de, no futuro, capturar o Estado. De facto, para Bayart, "o potencial democrático de África é revelado de forma mais convincente através da criação de pequenos colectivos estabelecidos e controlados por grupos rurais ou urbanos (tais como associações locais), do que por meio de parlamentos e partidos, instrumentos do Estado, de acumulação e de alienação".<sup>31</sup>

Todavia "o Estado" - algum Estado - não está em vias de desaparecer desse mundo em que os "pequenos colectivos" de Bayart procuram estabelecer-se; e pode ocorrer que se o Estado não é ele próprio transformado num agente de transformação - travando a desintegração geral da sociedade, restringindo as ordens do exterior e alargando as possibilidades de desenvolvimento, controlando os abusos de poder, privados e públicos, apoiando e defendendo titubeantes iniciativas populares - as suas "associações locais" não terão, elas próprias, mais do que perspectivas muito limitadas. A posição de Bayart é, portanto, a posição derrotista de uma aspiração muito modesta, mesmo que muitos a possam considerar "realística". Claro que ele tem razão ao afirmar que é pouco provável que o Estado, por si só, se deixe transformar a menos que - o paradoxo é real - a "sociedade civil" em formação se tenha tornado já suficientemente forte e democraticamente confiante para forçar o Estado a entrar num caminho positivo. Mas tal sugere simplesmente a necessidade simultânea da liderança e da acção de massas inerente num processo de transformação socialista - uma contradição que não se pode fazer desaparecer, e que exige a edificação de um processo político que tenha em séria conta ambos os termos desta equação.

Como veremos na secção seguinte, a Frelimo - o partido, o Estado - compreendeu este desafio difícil, ainda que momentaneamente, e é isto que tornou o seu projecto tão particular em África (e tão instrutivo, mesmo que fosse apenas pela natureza do seu fracasso).

Tal como previmos atrás, e em contraste frontal com esta perspectiva, o "novo paradigma" emergente na literatura sobre Moçambique debruça-se menos sobre os dilemas colocados à Frelimo (e sobre os erros que o movimento cometeu ao procurar enfrentá-los) do que sobre a natureza fundamentalmente falaciosa de todo este projecto dirigido pelo Estado.\* William Finnegan, num dos melhores livros que se publicaram recentemente sobre Moçambique,<sup>32</sup> vai muito mais longe do que muitas dessas críticas, reconhecendo que "o 'marxismo-leninismo' e o 'solidariedade proletária internacional' da Frelimo eram tão rigorosos quanto qualquer outra ideologia de um partido-no-poder no continente, e certamente que fizeram sentido enquanto quadro para a libertação nacional e desenvolvimento, nos

---

\* É de notar, igualmente, uma complicação suplementar neste ponto: a crítica primária e secundária à "política estatal" da Frelimo é levada a cabo por observadores que consideram que a Frelimo foi demasiado socialista e por outros que consideram que ela simplesmente nunca foi socialista! A este respeito vejamos as posições de Heribert Adam ("a élite ajusta, pois, as interpretações ideológicas arbitrariamente, e desta forma as aplica... porque nunca chegou a existir um compromisso ideológico colectivo") e, no extremo oposto do espectro político, Michel Cahen. Na verdade, mesmo um observador tão sensível como William Finnegan é capaz de observar, de uma maneira algo paralela, a maneira "surpreendentemente fácil" pela qual a Frelimo "muda de carris" para "uma certa forma de capitalismo". "Surpreendentemente fácil?" Finnegan fez esta observação com poucas bases do seu poderoso livro, a melhor parte do qual descreve a terrível destruição que Moçambique sofreu por ter ousado, em primeiro lugar, lutar contra a subordinação em relação aos ditames do capitalismo global. Ao argumentar desta forma, tais críticas optaram por ignorar o testemunho de virtualmente todos aqueles que de facto examinaram o estado da Frelimo suficientemente de perto, nos seus primeiros anos, para ter uma opinião substanciada sobre o assunto. Porque, tal como O'Laughlin disse (no seu artigo citado anteriormente), "Se nos abstrairmos da história tendemos a ver apenas as medidas defensivas da década de 1980, esquecendo o optimismo, o sentido de reconciliação e a ampla participação popular nas actividades organizadas pela Frelimo, tanto nas áreas rurais como nas urbanas, durante os primeiros anos da independência." Judith Marshall também evoca as promessas contidas neste período, no seu livro *State Formation and People's Power: Education in a Mozambique Factory* (Bellville, S.A.: CACE/UWC, 1990).

primeiros dias da revolução". E mesmo ele pôde chegar à conclusão que "o fim da Guerra Fria também salientou a superficialidade dos conceitos ocidentais de comunismo e capitalismo, quando transplantados para África." De facto, é o comunismo/socialismo que ele quer pôr em causa. O capitalismo poderá ser, também, um "conceito ocidental", mas Finnegan não se cospe de afirmar, mais ou menos simultaneamente, que para Moçambique, "o único modelo económico e político com futuro é uma forma de capitalismo". O marxismo, por outro lado, "com o devido respeito a Samora Machel, era um produto europeu" que de facto não fazia sentido nas condições de Moçambique.

Deve-se, evidentemente, dar o devido peso à preocupação de Finnegan - tão central na literatura actual sobre Moçambique - sobre "a distância política e económica entre a élite, quer se chame a si própria de revolucionária ou quer seja uma aristocracia, e a grande massa de camponeses analfabetos." Nem sequér é errado argumentar que "o vanguardismo tem fraquezas inerentes - fomenta a passividade e o autoritarismo - e as vitórias conquistadas por uma vanguarda em nome do povo raramente resultam no fortalecimento das massas." Mas comunismo, socialismo, marxismo... todas estas devem ser encaradas como noções irrelevantes? Vindo de Finnegan isto é já bastante sério. Mas ainda pior é o facto que muitos moçambicanos foram levados a aceitar de certa forma esta conclusão.<sup>33</sup>

A menos que partilhemos das premissas irrealistas de um Clarence-Smith ou de um Peter Fry a respeito da provável fecundidade do capitalismo em África, poderá ser esta uma causa de regozijo?<sup>34</sup> Certamente que no Moçambique contemporâneo existe a necessidade de uma perspectiva socialista que possa explicar a situação actual do país face a um capitalismo regional e global em ascensão, e explicar, igualmente, o sentido das forças sociais que continuam a defrontar-se no próprio tecido social moçambicano. Igualmente importante é a necessidade de interpretar o colapso do projecto da Frelimo a partir dessa perspectiva se é que as lições reais desse fracasso chegarão a ser alguma vez aprendidas por aqueles que eventualmente devem reorientar as energias dos mais pobres dos pobres de forma a inverter a terrível "libertação" que o capitalismo global infligiu a Moçambique. São estas, de qualquer forma, as premissas "persistentemente fora de moda" que enquadram as seguintes duas secções deste texto.

Os obstáculos à sua actividade eram evidentemente muito concretos, desde o fardo do "atraso histórico" (a terrível herança do colonialismo primitivo de Portugal; uma dependência económica exacerbada em relação à África do Sul, e dramáticas carencias na educação, alfabetização, saúde e outros, mesmo para os níveis de África) até ao facto brutal da própria destabilização sul-africana. Além disso, a aparente "autonomia relativa" do Estado que acabava de se tornar independente revelou-se duvidosa. Embora Samora Machel, no preciso momento da independência, tivesse falado eloquentemente na necessidade de transformar, enraizar e ramificar o Estado colonial português herdado, as estruturas fora de moda, hierarquizadas e altamente burocratizadas desde cedo começaram a enredar a equipa recém-chegada da Frelimo, e sem dúvida que isso ajudou a que se desenvolvesse uma certa arbitrariedade nas suas práticas.<sup>40</sup> Será que este enredamento também começou a tentar o "aparelho de Estado/partido" no sentido de desenvolver um "interesse de classe"? Que tal poderá ter acontecido é um tema de fundo, por exemplo, da influente análise de Joe Hanlon relativamente à primeira década de existência do Estado da Frelimo, em *Mozambique: The Revolution Under Fire*.<sup>41</sup>

Todavia, a principal fraqueza do Estado da Frelimo não estava sobretudo na sua natureza parasitária e exploradora. Durante muitos anos o "aparelho do Estado/partido" foi movido por um elevado nível de empenhamento relativamente a um projecto de transformação, altura essa em que o consumismo e a corrupção foram relativamente insignificantes. A tendência para a "arbitrariedade" constitui, porém, outra questão. Um segundo perigo de uma dependência excessiva de um aparelho de Estado que permaneceu "relativamente autónomo" era más imediatamente ameaçador do que a tendência para o parasitismo. Talvez se traduzirmos "autónomo" como "sem bases", "suspenso", "flutuante", seja possível apreender o sentido, pelo menos metafórico, da natureza do problema: certamente que o Estado da Frelimo permaneceu suspenso sobre a sociedade cuja libertação ele supostamente deveria facilitar (o demíурgo de Médard!), e perigosamente comprometido devido à grande dificuldade que acabaria por ter em enraizar o seu projecto numa base popular activa.

Não se trata de a tensão a que aludimos na secção anterior, entre "liderança" e "acção de massas", ter simplesmente deixado de ser desejável. A Frelimo oferecia uma visão suficientemente coerente,

neste caso, prometendo moldar uma nova identidade moçambicana à escala nacional. Ligada também, de uma forma bastante estreita, à causa dos mais pobres de entre os pobres, prometendo políticas (nomeadamente nas esferas da saúde e da educação) capazes de transformar de maneira muito positiva as vidas dessas pessoas. Sem se basear apenas, ingenuamente, na simples espontaneidade para produzir tais resultados, o partido utilizou o Estado para ajudar a criar órgãos que reforçassem o poder das mulheres, operários e camponeses. Que seja claro: este projecto, em muitos aspectos, trazia a marca de uma "vanguarda iluminada", vanguarda essa que procurou ajudar diversas classes e categorias "progressistas" a "designar-se" a elas próprias de uma forma muito mais auto-consciente.

Também não é o caso de se considerar uma arrogância inherente este papel activo de ajudar a trazer à tona da sociedade algumas auto-definições (p.ex. "mulheres", "operários", e "camponeses"), em lugar de outras (p.ex. "raças", "tribos", e "regiões"). Só se tornou uma arrogância na medida em que a Frelimo se mostrou incapaz de tornar claro para si própria o paradoxo inherente ao seu papel, e de pôr em causa as implicações democráticas do poder que estava a atribuir a si própria. Neste ponto, a decisão da Frelimo, em 1977, de se pronunciar como partido de vanguarda, tornou-se um momento-chave. Isto ditou o declínio das políticas confusas e algo imprevisíveis - mas muitas vezes encerrando grande potencial democrático - desenvolvidas nos grupos dinamizadores, nesse período; além disso, ao encorajar o estabelecimento firme de um centralismo muito pouco democrático nas assembleias locais, sindicatos e organização das mulheres que ela própria havia ajudado a instalar, a Frelimo acabou por matar à nascença muitas das suas conquistas. Talvez possamos mesmo argumentar sobre a importância ainda maior de uma outra decisão, decisão essa que antecedeu a adopção do modelo de "partido de vanguarda" *per se*: ou seja, a decisão, inscrita na própria fundação do Estado monopartidário, de sacrificar o pluralismo em nome da pureza revolucionária.<sup>42</sup> Evidentemente que é muito mais fácil dizer isto agora, conhecedores do resultado, do que na altura. No entanto, permanece o facto que a direcção da Frelimo desde o início que não pretendia submeter ao risco democrático o seu próprio papel "essencial" na transformação que desejava levar a cabo. E, na verdade, os custos do modelo de direcção revolucionária que ela adoptou mostraram ser muito elevados.

### III. Avaliando o Estado da Frelimo

Começamos, pois, por levar a sério a abertura progressista representada, em África, pelo projecto socialista original da Frelimo, partilhando a interpretação de Dan O'Meara que "enquanto movimento político, a Frelimo revelou-se, e poderia revelar-se vezes sem conta, capaz de uma criatividade e imaginação únicas em África, na âmbito doméstico como no internacional".<sup>35</sup> Mas é também necessária uma crítica clara, tanto ao projecto como as práticas da Frelimo.<sup>36</sup> Os erros do movimento tiveram a sua quota-parte de influência no infeliz resultado actual, independentemente do peso que se lhes atribua em última instância, ao comparar o seu impacto com o impacto exercido por outros factores, particularmente a destabilização sul-africana. Evidentemente que nem tudo o que actualmente é dito pela nova geração de críticos da Frelimo constitui informação profana aos olhos dos observadores empenhados nas coisas de Moçambique, mesmo na época do apogeu, em que a Frelimo gozava da credibilidade máxima. Todavia, sem dúvida que quando a Frelimo ascendeu ao poder, em 1975, de uma forma demasiado fácil se sobreestimou quer a clareza da sua visão em relação às modalidades de transformação da sociedade, quer a natureza simbiótica dos seus laços com as classes populares - particularmente o campesinato.

As minhas primeiras tentativas de interpretação das possibilidades de acção histórica abertas à liderança da Frelimo quando ela ascendeu ao poder nos meados da década de 1970, giraram elas próprias em torno da noção (desenvolvida a partir do trabalho de Hamza Alavi) do Estado "sobredesenvolvido", relativamente autónomo, pronto para enfrentar as circunstâncias fluidas que caracterizavam a transição africana inicial para a independência. Embora o grau de autonomia do "Estado pós-colonial" permaneça debatível - e a tarefa de o transformar muito mais difícil do que se previa - o conceito parecia útil. Certamente que apoiava a minha própria convicção segundo a qual a natureza do grupo ainda em formação e/ou classe que começou a tomar forma em torno deste Estado teve um significado considerável na definição dos resultados em termos de desenvolvimento (referi-me a ela como "pequena-burguesia-em-formação"; Colin Leys chamou-lhe "aparelho do Estado-partido"; Patrick Chabal considerou-a simplesmente como a "direcção revolucionária"<sup>37</sup>). Ainda mais concretamente, esta

formulação previa que viriam a ser de importância considerável as lutas no seio deste grupo, tal como tinha já ocorrido no seio dos círculos da Frelimo no exílio, no final dos anos 60, altura em que se consolidou a hegemonia de um quadro de dirigentes com tendências de esquerda.<sup>38</sup>

É necessário ser-se muito preciso sobre aquilo que se defende aqui pois parece imperativo desmistificar de uma vez por todas uma atoarda que tem servido, desde que foi pela primeira vez lançada por Gavin Williams, há alguns anos atrás, para caricaturar esta incidência na importância da "política da pequena-burguesia". Nessa altura Williams escreveu: "Uma vez que o Estado é governado pela pequena-burguesia, e uma vez que a política desta é indeterminada, o Estado pode virar-se para qualquer direcção, segundo a ideologia daqueles que o controlam. Tal como muitos membros da 'pequena burguesia' africana, Saul parece pensar que 'o que é necessário é um bom governante, com uma ideologia progressista'."<sup>39</sup> Isto não é mais que uma *reductio ad absurdum* do meu argumento. Pelo simples facto de se atribuir um papel activo a este "grupo" não se pode concluir que se secundarizou a história, o processo de produção ou a estrutura de classe a um nível mais lato. Além disso, nada nos meus argumentos mencionados por Williams sugere que este deveria ser considerado isoladamente.

Tal linha de análise sugere, na verdade, a importância do facto que a guerra de guerrilhas produziu na Frelimo um corpo de liderança, uma fraccão da pequena-burguesia, atraída por um projecto progressista/socialista. Mas também se deixou bastante clara a medida em que o potencial para que tal projecto se realizasse dependia essencialmente de três variáveis: a forças pressionando a direcção para que esta abandonasse um tal projecto; a natureza dos laços que a direcção forjaria de facto com as massas populares que ela supostamente devia representar; e a capacidade da direcção para desenvolver políticas claras e efectivas destinadas a realizar as transformações sócio-económicas previstas. Infelizmente, nestas duas últimas frentes o projecto da direcção da Frelimo pode considerar-se insuficiente. Não tanto errado, deduz a nova crítică, em termos dos fins procurados ("desenvolvimento", "socialismo", "anti-imperialismo"), mas em termos dos meios escolhidos para se atingirem tais fins. É este, de qualquer maneira, o julgamento subjacente ao argumento que se segue.

todas as frentes face à lógica do capitalismo.

Mas como é que a Frelimo pode abandonar a "linha camponesa" e as práticas democráticas que pareciam tão enraizadas na sua luta de libertação contra os portugueses? Em parte, tal paradoxo poderá ser mais aparente que real, dado que a escola da luta de libertação, mesmo que tenha servido para radicalizar as perspectivas da direcção da Frelimo de uma forma importante e progressista, era provavelmente uma escola muito mais dura do que pareceu na altura a muitos de nós. Ela gerava uma certa brutalidade em paralelo com a dedicação que exigia, e no caso da Frelimo também uma impudência, estimulante mas perigosa, relativamente à eficácia da vontade revolucionária para destruir obstáculos aparentemente inultrapassáveis. Além disso, é também fácil esquecer (tal como Colin Leys e eu próprio observámos em outra ocasião) "o clima dos tempos durante a 'Guerra dos Trinta Anos' pela libertação da África Austral (1960-1990), um clima que moldou em grande medida o discurso quer dos movimentos de libertação eles próprios, quer dos seus apoiantes por todo o mundo. Poderá haver dúvidas de que a Esquerda, durante esses anos de relativo sucesso (quer na região quer fora dela), tivesse considerado a justeza da sua causa como um dado adquirido, permitindo que o subtil narcótico da "justeza" estupidificasse as suas sensibilidades democráticas?"<sup>47</sup>

Para a direcção da Frelimo havia ainda o factor soviético - factor central, no aspecto militar; para o triunfo da luta moçambicana e factor de credibilidade adicional conferida pelo aparente sucesso do próprio regime soviético na construção do "socialismo". Mas ligar a sua sorte à União Soviética foi, para a Frelimo, uma escolha fatal.<sup>48</sup> De facto, pode ver-se agora, mais claramente do que nunca, que os custos do projecto da Frelimo de tutela soviética ultrapassaram largamente os benefícios. E no entanto não era difícil verificar, mesmo na época áurea do poder da Frelimo, que o movimento estava a tirar as lições erradas daquilo que passava por ser marxismo nos círculos do Leste: lições sobre o mais autoritário dos vanguardismos,<sup>49</sup> sobre as mais inflexíveis estratégias económicas orientadas para a acumulação, sobre a análise de classe mais simplista, e sobre a mais básica e empobrecedora metodologia marxista.<sup>50</sup> Eis aqui um tipo de marxismo (um certo tipo, insistimos em considerá-lo assim!) bem merecedor do escárnio de Finnegan. Evidentemente que não devemos exagerar. A Frelimo não era uma simples prisioneira da adesão a este "marxismo-leninismo". Muitas

vezes as suas prédicas enredavam-se simplesmente - de forma demasiado confortável - com os piores instintos da direcção. E outras vezes o senso da direcção relativamente a ela própria e à natureza da sua revolução permitia-lhe recorrer a perspectivas mais enraizadas na tradição revolucionária. Apesar disso, contudo, é verdade que o impacto do "marxismo-leninismo" de estilo soviético foi uma razão adicional para as dificuldades que a Frelimo teve em identificar as subtis táticas e estratégias necessárias à realização dos seus fins.

Entretanto o mundo fechava-se ao Estado da Frelimo. Será que uma combinação de uma auto-confiança menos presunçosa e de um conjunto de instrumentos de análise mais precisos teriam capacitado a Frelimo para neutralizar algumas das investidas que Botha e Reagan tinham reservado contra ele? Certamente que se o regime tivesse conseguido fortalecer-se na frente doméstica - consolidando democraticamente a sua base popular e encontrando soluções para um maior progresso económico - se tornaria muito menos vulnerável a tais ataques. Por outro lado, quando Reagan assumiu o poder, a impossibilidade de tornear a hostilidade Ocidental e desenvolver um projecto radical aumentou precipitadamente. Talvez Moçambique tivesse podido encontrar espaço de manobra esquivando-se de algumas das lutas da região - Moçambique aderiu inteiramente à guerra da ZANU no Zimbabwe, e deu todo o limitado apoio que foi capaz ao ANC - que se vieram a revelar tão caras ao atrair as retaliações impiedosas, primeiro da Rodésia e depois da África do Sul. Mas mesmo que a questão seja posta nestes termos, ela não retrata quão cruel era o ambiente de escolhas em que a Frelimo procurou encontrar o seu caminho nos anos 1970 e 1980. Além disso, Moçambique constitua um alvo para a África do Sul e os seus aliados não apenas pelo papel que possa ter desempenhado na batalha em curso na África Austral. O significado simbólico e prático da opção socialista (mesmo com os seus defeitos) de Moçambique pode ter muito bem constituído o móbil dos seus inimigos. Esquecer este facto, mesmo no actual clima de deslocação do paradigma e do repensar "do Estado", do "socialismo" e tudo o mais, seria, na verdade, culpabilizar a vítima.

Também não é óbvio que tais custos teriam que ter sido pagos. A direcção democrática pode, em princípio, manter-se sem cair no vanguardismo e na rigidez que acabaram por caracterizar a prática da Frelimo. Mas para tal teria sido necessário aquilo que O'Laughlin (tal como foi citada atrás) designou de "métodos socialistas do trabalho polstico" - métodos que tornassem o partido mais sensível às subtils variações do contexto local e, também, capaz de lutar competitivamente para ganhar a adesão popular à nobreza e eficácia do seu projecto face a outras fontes de identificação popular. Tal era possível em Moçambique, insiste O'Laughlin, mesmo no campo, onde os camponeses estão cientes de uma diversidade de elementos de potencial auto-identificação, incluindo elementos "modernizadores" tanto económicos como polsticos, de alcance muito maior do que o mundo fechado do semi-tradicionalismo referido por Geffray.<sup>43</sup> De facto, o semi-tradicionalismo, na sua expressão mais pura, torna-se mais potente apenas como posição de recuo dos camponeses, quando outros meios de segurança e/ou progresso parecem indisponíveis. Mas era tal a rigidez - externamente referenciada, internamente gerada - do estilo da Frelimo que as possibilidades mais positivas de "mobilização", a que O'Laughlin alude, raramente se concretizaram.<sup>44</sup>

Incapaz de se enraizar de uma forma inteiramente eficaz numa política de massas, o Estado da Frelimo tornou-se, antes, numa "ditadura desenvolvimentista" (na formulação evocativa de Eboe Hutchful).<sup>45</sup> Este facto deve ocupar um lugar central na nossa análise - como também deve ser central o facto que se tratava de uma ditadura desenvolvimentista de Esquerda. É este o meu ponto: perderemos demasiado se permitirmos que Bayart e outros acabem com a distinção entre "esquerda" e "direita" neste contexto, transformando-a numa abstracção e encarando todos os Estados africanos como pertencendo a um mesmo género: o Estado africano profundamente suspeito e necessariamente explorador. Em suma, devemos deixar aberta a possibilidade de verificar que uma "ditadura desenvolvimentista de Esquerda" tem inclinações bastante diferentes das de uma "ditadura desenvolvimentista de Direita". E só especificando as fraquezas da primeira - e não partindo de uma categoria generalizante de "doença estatal" - é que se podem aprender lições úteis da experiência moçambicana.

A lição principal? Que mesmo a mais benigna direcção de esquerda mas semi-tradicional terá dificuldades em sustentar o seu

projecto de transformação a menos que se permita (e/ou seja forçada) a ter em consideração pressões democráticas reais (e não apenas nacionais) vindas de baixo. Evidentemente que se poderia argumentar que "os custos" de uma prática política "não" democrática em Moçambique teriam sido menores se a direcção da Frelimo não tivesse cometido erros em outras frentes políticas. Neste aspecto vale a pena referir a área da política económica. Tal como argumentei em outro lugar, "a adopção de um modelo de "acumulação" primitiva socialista" não é, nem por sombras, uma necessidade incontornável de um regime de esquerda num contexto de subdesenvolvimento. Em princípio a Frelimo poderia ter adoptado uma outra perspectiva, a que chamei "socialismo de reprodução alargada", baseada num intercâmbio mais eficaz entre indústria e agricultura, entre o urbano e o rural, e mais voltada para as necessidades materiais mais prementes e imediatas dos camponeses (e outros). Em lugar de produzir uma "crise de reprodução" para o campesinato, tal estratégia poderia ter fornecido a base material para os camponeses poderem efectivamente aderir ao projecto modernizante e socializante da Frelimo, considerando-o como seu.<sup>46</sup> Este erro não é desligado das próprias práticas não democráticas do movimento. Se a Frelimo não tivesse estado tão segura de saber aquilo que era melhor para os camponeses talvez não tivesse adoptado tão prontamente uma estratégia económica que exacerbou a sua "crise reprodutiva", nem tivesse "avançado" tão agressivamente (pelo menos em algumas áreas) para "socializar" a partir de cima (via programas de aldeias comunais) o tipo de vida dos camponeses. Significativamente, no preciso momento em que as decisões sobre a estratégia económica pareciam submeter-se a princípios democráticos (na sequência do Quarto Congresso, quando o protesto popular obrigou a incluir na agenda a necessidade de enfrentar a "crise reprodutiva" e de adoptar uma perspectiva mais flexível em relação aos mecanismos de mercado no campo), o Estado da Frelimo mostrou-se prestes a conquistar um equilíbrio entre vanguarda e acção de massas que prometia avanço económico e apoio político. Por essa altura, porém, a guerra de destabilização tinha escalado a um tal ponto que poucas chances havia de implementar uma perspectiva mais ponderada de desenvolvimento rural. Cedo, à medida em que a direcção da Frelimo capitulava face ao FMI e ao Banco Mundial, as subtilezas do prosseguição de uma estratégia socialista mais flexível e realista cederam lugar a uma retirada em

### III. O Estado da Recolonização

Talvez a melhor maneira de testemunhar o quanto se perdeu com o colapso virtual do anterior "Estado da Frelimo" possa ser através da descrição clara daquilo que tal colapso arrastou consigo. De facto, o Estado da Frelimo era uma "ditadura desenvolvimentista de esquerda", enfraquecida (forçosamente ou não nunca chegaremos a sabê-lo dado que não realizou os seus planos) no seu propósito pelas propensões ditatoriais e outros graves erros de visão estratégica. Mas, pelo menos em potencial, encerrava a promessa de servir de intermediário protector entre o povo moçambicano e a economia regional/mundial que, se não fosse travada, não trazia boas perspectivas para aquele. Encerrava igualmente a promessa de assegurar um contexto no qual uma vida melhor - promessa face à qual a massa da população estava longe de ser insensível - era pelo menos uma possibilidade plausível para os moçambicanos. Será que são melhores as perspectivas agora que o (admitidamente defeituoso) projecto samoriano foi esmagado e que o "Estado da Frelimo", tal como era definido anteriormente, já não existe?

Perceber o estado em que está o Estado actualmente em Moçambique não é tarefa fácil. O seu alcance não é muito amplo devido à guerra e ao caos social que caracteriza, presentemente, grande parte da sociedade moçambicana. E, todavia, existe um Estado (e, também, um partido Frelimo ostensivamente ao leme) - mesmo que o que reste de Moçambique esteja notavelmente próximo do modelo mais extremo de Estado determinado a partir do exterior, surgido como que por encanto dos "tristes tempos" da teoria da dependência. Por isso Marshall escreve sobre uma "erosão da soberania moçambicana" e sugere que "o controlo se escapou das mãos moçambicanas de uma forma alarmante".<sup>51</sup> E a maioria dos observadores concorda que tal é perfeitamente marcante na forma inteiramente livre com que o FMI e o Banco Mundial acham que devem decidir. Claro que tais organismos não têm hesitações sobre o conteúdo da sua agenda: na base do Programa de Ajustamento Estrutural está, nas palavras do Banco Mundial, "o reconhecimento de que é essencial uma maior integração da economia moçambicana, com os produtores industriais e agrícolas domésticos a ser expostos quer aos incentivos quer às disciplinas dos mercados internacionais."<sup>52</sup> E "o FMI, por seu turno, só pode ver a crise em termos de excessivo controlo estatal da economia, controlo excessivo da moeda externa e

muito poucas exportações, apresentando-se como remédio óbvio medidas de privatização e desregulamentação." Além disso, nem o FMI nem o Banco Mundial toleram muita discussão.<sup>53</sup>

Será isto que Peter Fry tinha em mente quando, tal como referimos atrás, aclamou o presidente moçambicano Joaquim Chissano pelo seu "tentativa de colocar o Moçambique numa via de desenvolvimento coadunada com as realidades do contexto político e económico regional e internacional"? Certamente que precisamos de comparar esta versão dos acontecimentos com o tom desalentado da observação que seu próprio ouvia Chissano em Maputo em 1990, que simonava e o opesidmospom ovoq o eme norbetonq oribismenti. "Os E.U.A. disseram, 'Abram-se ao Banco Mundial e ao FMI'. O que é que aconteceu? Dizem-nos agora: 'marxismo! Vocês são uns diabos. Mudem essa política.' OK. O marxismo foi-se. 'Abram-se à economia de mercado.' OK, a Frelimo está a tentar criar o capitalismo. Temos a tarefa de edificar socialismo e capitalismo aqui."

"Nós fomos ao Reagan e eu disse, 'Quero dinheiro para o sector privado' para ajudar aqueles que se querem tornar burgueses." Resposta: \$10 milhões, depois mais \$15 milhões, e mais \$15 milhões. Vocês dizem-me para abandonar o marxismo, a União Soviética e a RDA, e dão-me [apenas] \$40 milhões. OK, nós mudámos. Agora eles dizem, 'se não forem no sentido de um sistema multipartidário não esperem ajuda da nossa parte.'

Haveria maneira mais singela de mostrar quão dócil Moçambique se tornou em relação aos ditames ocidentais? Chissano observou que o programa de ajustamento estrutural seguido pelo governo da Frelimo tinha aumentado as dificuldades da população moçambicana, pelo menos tanto quanto tinha produzido progresso económico. E ele avisava que "o programa de reajustamento deve começar a mostrar resultados ou então teremos que tomar novas direcções." Mas que "outras direcções"? Tal como referiu Chissano bastante desalentado, "Não vemos outra saída. Estamos totalmente dependentes de insumos provenientes do exterior. Se eles não aparecem da maneira correcta não vale a pena."

Diversos observadores referiram ainda outro aspecto deste quadro. Assim Hanlon, no seu livro mais recente,<sup>54</sup> apresenta um capítulo impressionante a respeito da poderosa interferência do Banco Mundial e do FMI nas decisões dos moçambicanos. Ele também salienta o papel extraordinário representado cada vez mais pelas agências de ajuda, tanto de governos estrangeiros como privadas, em determinar os resultados políticos. Ao mesmo tempo que manifestam

a "face humana" do ajustamento estrutural, através da ajuda alimentar e outros programas, as agências de ajuda (a Visão Mundial e a Care são duas cujo papel ele explora com particular detalhe) têm programas políticos (a necessidade das privatizações é um tema comum). Além disso quase chega a sugerir que ao usurpar o papel daquele numa ampla frente, tais agências tornam-se de facto, num grau significativo, no próprio Estado.<sup>54</sup> O historiador moçambicano José Mogo Alves<sup>55</sup> absteve-se de comentar o impacto social do ajustamento estrutural, mas os custos da adopção deste pacote de ajustamento estrutural têm sido elevados (para muitos moçambicanos, Oppenheimer, por exemplo, rescreveu que "as subidas de preços viriam causadas por desvalorizações radicais da moeda e a especulação comercial, juntamente com actualizações salariais abaixo de níveis proporcionais e com restrições nos gastos do sector público, contribuiram para degradar os já precários níveis de vida de grande parte da população").<sup>56</sup> Os textos de Judith Marshall documentaram ainda mais o "impacto social" de tais programas, nomeadamente em termos da erosão das conquistas nas áreas da saúde e educação, anteriormente reveladas como um dos resultados mais notáveis da revolução moçambicana.<sup>57</sup> Ao mesmo tempo continuamos longe de descortinar como, apesar de ter engolido à força a pilula do ajustamento estrutural, Moçambique pode agora esperar o tipo de crescimento que um Clarence-Smith prevê como decorrente da opção capitalista. A experiência de estratégias de desenvolvimento capitalista em outros países africanos não é tão prometedora a este respeito. Os primeiros resultados, em Moçambique, também não são particularmente favoráveis. Assim, a análise recente de um economista conclui, após um exame cuidadoso da evidência, que "são escassas as perspectivas de crescimento e desenvolvimento; o desemprego está a subir, a inflação permanece elevada; o déficit da balança de pagamentos está a piorar, e a astronómica dívida externa continua a subir".<sup>58</sup> Na verdade, uma segunda análise das tendências económicas recentes, em Moçambique (por Kenneth Hermele), sugere que um futuro provável para o país é "uma forma de capitalismo fraca e dependente, que basicamente servirá à economia sul-africana com mão-de-obra, rotas de transporte, mercados e matérias-primas", uma situação que (na frase de Merle Bowen), "seria duma reminiscência demasiado clara da era colonial".<sup>59</sup> É também digna de menção uma outra dimensão do impacto de uma tão dramática abertura de Moçambique aos benefícios da economia capitalista mundial. O reverso da privação, cada vez maior

de um grande número de moçambicanos é a cristalização de um nível novo e distinto de privilégios para outros. Nas palavras de Oppenheimer, encontramos "um rápido processo de diferenciação social que acaba com uma ordem social economicamente ineficiente e pobre mas relativamente igualitária... Consequentemente, a exclusão social torna-se num fenómeno generalizado. A pobreza mais abjecta coexiste agora com o consumo ostentatório".<sup>59</sup> Além disso, este novo mundo de "exclusão social" e oportunidades diferenciais ("oportunidades" resultantes de uma combinação das actividades do novo sector privado e de acesso a empregos e outros sub-produtos da ampla indústria da ajuda agora anichada em Moçambique) cria um meio político e social muito diferente daquele que existia no passado.

Assim, a fluidez que poderá ter antes caracterizado, em Moçambique, a pequena-burguesia-em-formação, tornando-a num potencial viveiro de "dirigentes revolucionários", parece cada vez mais uma coisa do passado. Este grupo está actualmente a cristalizar o seu interesse próprio e "espírito de classe" em torno da nova estrutura de privilégios de Moçambique, a um ritmo extremamente rápido. E à medida em que tal acontece, também, por seu turno, o oportunismo que caracteriza a política pequeno-burguesa em outros países africanos também se começa a tornar norma no seio da própria Frelimo. A velha unidade com base em propósitos sociais comuns, que antes mantinha a coesão da Frelimo, parece perdida para sempre, substituída cada vez mais por uma corrida por posições que chegam mesmo a invocar apelos racistas no calor da batalha para ganhar vantagens políticas (o anúncio de um "nacionalismo africano" estreito pelo proeminente líder de longa data da Frelimo, Armando Guebuza, por exemplo<sup>60</sup>).

Hanlon sugere que no seio dos círculos governantes houve uma certa tentativa, pelo menos nas primeiras sessões de negociação (1985-6) com os banqueiros internacionais, para salvaguardar elementos da velha agenda progressista.<sup>61</sup> Neste aspecto ele encontra reminiscências do velho Estado da Frelimo que vale a pena defender. Na verdade, ele criticou alguns, na rede internacional de solidariedade, que acham, cada vez mais, que devem dirigir o seu apoio a Moçambique para iniciativas ao nível de base e no quadro da sociedade civil (argumentando que assim ajudam a reviver a base social de uma renovação a longo prazo da política progressista em Moçambique). Isto, insiste Hanlon, joga directamente a favor das agências de ajuda de direita, e do seu programa de minar o Estado e

acelerar o ritmo das privatizações orientadas para o mercado. Ao argumentar desta maneira, Hanlon parece pouco inclinado a fazer distinções importantes entre iniciativas destinadas a fortalecer formas colectivas de poder popular e aquelas mais orientadas para a privatização. Na verdade, o ponto de Hanlon tem alguma ressonância: recordemos a nossa insistência anterior - contra o sentido do argumento de Bayart - na necessidade de criar as condições de um papel positivo de um Estado não-parasitário como forma de apoiar um processo significativo de transformação. Mas para defender tal teríamos que identificar de forma mais convincente do que Hanlon faz, os atributos militantes (em termos de política e de pessoal) do Estado actual, atributos esses que mereçam defendê-lo desta forma.<sup>62</sup>

É triste mas tornou-se difícil levar a cabo tal tarefa em Moçambique. Também não é fácil traçar um quadro positivo ao examinarmos a acção do novo Estado moçambicano após o período de destabilização, ao nível local. Na verdade, o caos continuado instalado pela guerra faz com que seja difícil generalizar sobre a realidade no terreno. Formalmente, contudo, a actual direcção da Frelimo parece estar a aprender uma lição bastante ambigua a partir da própria manipulação levada a cabo pela Renamo, utilizando chefes deslocados para impôr a sua ordem nas áreas que controla. A Frelimo começou agora a desmantelar aquilo que, apesar dos eventuais defeitos, eram estruturas incipientes de democracia participativa de base, ao nível dos governos locais, de forma a criar condições para "um regresso a uma forma de regime de chefaturas... na qual os chefes reabilitados são mandatados para governar as populações rurais e colectar os impostos em nome do governo... como maneira de reinstalar a autoridade do Estado e aumentar as receitas estatais nas zonas rurais". Para Roesch, que faz suas as palavras do resumo de Bawen (acima) sobre um outro aspecto da prática actual em Moçambique, este reviver de um padrão de *indirect rule* não muito diferente do antigo modo de governo sob os portugueses, tem que ser encarado como parte do processo de recolonização de Moçambique.<sup>63</sup> Lembremo-nos também do aviso de O'Laughlin, citado anteriormente: "Penso que seria um erro fundamental concluir que a guerra em Moçambique mostra que os camponeses necessitam de régulos ao estilo colonial."

Mais informalmente, o tipo de políticas de base praticado pelas populações locais enfrenta um "recozo à tradição" sobre o qual é também difícil ser-se optimista. Para além das diversas barbaridades

instaladas no Moçambique rural pelo colapso da civilidade e pelo surgimento da lei da espingarda e da *panga*, existem outros sinais reveladores. Tomemos, por exemplo, a medida em que "no contexto de uma autoridade bastante erodida do Estado, ocorreu uma competição intensa entre a Renamo, a Frelimo e forças locais para actividades de base espiritual, e [sem que] tais actividades faziam parte de programas progressistas, tradicionais e 'reaccionários' de modo idêntico."<sup>64</sup> Refere Wilson que estudos recentes salientam não só a proliferação, no Moçambique assolado pela guerra, de misturas horríveis de "cultos de violência" e de "destruição ritualizada" desencadeados pela Renamo, mas também "práticas mágicas e rituais da Frelimo" e outros (tal como o influente movimento Naparama) de forma a encontrar maneiras eficazes de "combater ideologicamente a Renamo".<sup>65</sup> Este, devemos salientá-lo, é um mundo de "possessão espiritual", veneração dos antepassados e chefes com poderes místicos, onde, entre outras possibilidades mágicas, alguns crentes esperam que as balas se transformem em água.<sup>66</sup> Na verdade, obfaz o algum sentido entender sumidilal "tradicionalismo religioso" como a "tentativa de todos os campesinato moçambicano de reconstituir um novo sistema de significações de ordem social a partir dos destroços fragmentados pela guerra das experiências levadas a cabo pela Frelimo após a independência e da sociedade colonial de cunho tradicional que a Frelimo procurou transformar".<sup>67</sup> Mas será simplesmente um preconceito "occidental" que sugere que a recente análise de Eboe Hutchful é relevante para a compreensão não apenas do padrão de violência no Moçambique rural, mas também do ambiente de resposta ideológica a ela?<sup>68</sup> Eles e os elistas astuciosos intuem e observam os obelhos e telhados de África, não menos que na União Soviética ou na Europa de Leste, as ditaduras desenvolvimentistas degeneraram no processo de 'orientalização', no qual Estados fortes se fixaram sobre sociedades civis fracas e subordinadas. Por baixo da fachada política do orientalismo, porém, a sociedade sobreviveu, viveu e notavelmente por reconstruir. Face a esta resistência não resistente, o projecto histórico das lideranças políticas autónomas e burocratizadas esmoreceu e decaiu. O resultado final de uma captura pacífica de um Estado e burocracia decadentes na Europa Oriental é uma poderosa lição que se poderia repetir em África e em outras partes do Terceiro Mundo. Mas aqueles (particularmente no Ocidente) que, em resultado dessas revoluções e do cansaço das 'altas políticas', romantizam a 'sociedade civil' no abstrato, as contradições reveladas no seio da sociedade da Europa Oriental, resultantes da suspensão de um forte poder de Estado, deverão prepará-los para tolerar em África aquilo que a *Time* sagazmente descreveu como o 'regresso dos demônios'.<sup>69</sup>

Mais uma vez devemos evitar "culpabilizar a vítima"; não se deve subestimar o cinismo cruel dos sul-africanos, que ajudaram a queda da sociedade moçambicana até este estado lamentável. Mas, na verdade, é triste que a formulação de Hutchful possa parecer, mesmo que minimamente, plausível como uma autópsia precisa daquilo que ficou dos "esforços da Frelimo para ajudar a realizar a libertação do povo de Moçambique".<sup>66</sup> A regressão social parece, de facto, informar a política moçambicana a cada esquina. De facto, a soltura de outros "demónios" certamente que será uma característica importante da nova política competitiva que a liberalização do sistema político moçambicano muito provavelmente suscitará. A Frelimo dos melhores dias pode bem ser criticada por ter subestimado, em nome de um propósito nacional, as diversidades/desigualdades étnicas, regionais e raciais que são parte integrante da realidade moçambicana - embora também se deva dizer que aqueles que criticam a falta de sensibilidade do movimento em relação a um possível ressentimento popular devido à fraca representação nas suas fileiras de "negros" ou "africanos" ou "nortenhos", são geralmente muito pouco convincentes sobre como deveria ser uma política progressista alternativa nesta frente. Mas a decadência do projecto da Frelimo depara agora com partidos étnicos, regionais e raciais que ameaçam afastar a maioria das outras formas de expressão política no cenário eleitoral<sup>67</sup> - a menos que essa mesma Frelimo possa reter a credibilidade suficiente para manter vivo o sentido de nacionalidade adquirido, uma das características do seu grande projecto original que sobreviveu até hoje. Mas mesmo a própria Frelimo, como notámos anteriormente, parece cada vez mais despedaçada por desenvolvimentos que reflectem o mais baixo denominador comum da política pequeno-burguesa em África - com implicações que podem vir a revelar-se, de facto, bastante pobres.<sup>68</sup>

Nas áreas urbanas, a imposição, a partir de cima, do ajustamento estrutural numa situação de ruptura social induzida pela guerra (sobretudo o movimento precipitado de vastos números de habitantes do campo para Maputo e outros centros) criou igualmente condições muito voláteis. Por exemplo, o nível de crimes subiu exponencialmente. Ao mesmo tempo houve alguns sinais de ressurgimento, no sentido da base para o topo, de políticas mais progressistas nesses campos. Judith Marshall, escrevendo em 1991, salientou a importância da onda de greves em Moçambique, aparentemente causadas de forma directa pela reação ao terrível

impacto do programa de ajustamento estrutural sobre as vidas dos moçambicanos comuns. E ela considerou igualmente muito prometedoras as titubeantes actividades de um movimento sindical acabado de se autonomizar em relação ao controlo do partido, em paralelo com outras iniciativas organizacionais com base nas massas, que também começaram a encontrar vias no seio da "sociedade civil".<sup>68</sup> Talvez seja este tipo de desenvolvimentos, mais ainda que a preparação das eleições multi-partidárias, que devemos encarar como a promessa a longo-prazo da libertação do sistema político de Moçambique da dominação da parte inqualificada e frequentemente autoritária da Frelimo.

A curto prazo, porém, a resistência oferecida à política de reajustamento estrutural pelos sindicatos e outras populações afins, de base popular, no seio da sociedade civil, poderá não produzir resultados imediatos. Assim, na sua recente análise sobre o Moçambique contemporâneo, Merle Bowen segue Jonatham Barker ao sugerir que o tipo de Estado que se está a cristalizar a partir do actual conjunto de circunstâncias voláteis em Moçambique, está rapidamente a tornar-se num instrumento de uma "trípla aliança" de elementos recém privilegiados pela liberalização económica: "o capital financeiro internacional (Banco Mundial e FMI); o capital privado (estrangeiro e doméstico); e os pequenos agricultores (progressistas)." Se pressionados, aqueles que agem em nome desta aliança cedo poderão sentir que não têm alternativa senão abandonar qualquer compromisso concomitante com um sistema liberal democrático ainda frágil, de forma a controlar as contradições sociais produzidas pela ortodoxia económica por que eles optaram.<sup>69</sup> Neste ponto, sugere Bowen, "a mais séria ameaça aos moçambicanos comuns na era de reconstrução que se aproxima poderá ser a necessidade de um Estado cada vez mais repressivo para garantir o funcionamento harmonioso desta 'trípla aliança'".<sup>70</sup>

Trocar uma "ditadura desenvolvimentista de esquerda" por uma "ditadura desenvolvimentista de direita"? Algumas evidências indicam que será, de facto, este o destino de Moçambique. Infelizmente, porém, pode ser que esperar ainda que só por este desfecho - uma reabilitação da ordem social de inclinação capitalista - para o fracasso da revolução moçambicana se apresente como expectativa demasiado optimista. À luz dos argumentos atrás utilizados, mais provável é uma política inclinada para os demónios e um correspondente "Estado instável"<sup>71</sup>; se a Frelimo se dissolver

(ou, na melhor das hipóteses, se tornar ainda mais numa aparência daquilo que foi); se os senhores da guerra continuarem a impôr-se, se as políticas da raça, da região e da religião se tornarem predominantes... Então, mesmo que se evite uma situação do tipo Jugoslávia/Somália, qualquer "ditadura" que surja desta tempestade de fogo com o intuito de restaurar "a lei e a ordem" poderá revelar-se bastante terrível e tudo menos "desenvolvimentista".

Para resumir: os custos do fracasso da Frelimo foram elevados; todavia, são os futuros historiadores quem poderá julgar a relativa importância dos três factores - o peso do "atraso histórico"; o impacto da intervenção/destabilização externa; o peso dos próprios erros da Frelimo, de negligência e de prática - que produziram o triste desenlace do projecto socialista de Moçambique, que agora presenciamos. Tal como a última secção deste texto demonstrou, pouco conforto se pode colher da decadência do projecto original da Frelimo, por mais inclinados que nos possamos sentir para depreciar as suas diversas fraquezas. Escusado será dizer que o seu futuro também se não apresenta promissor. Neste texto, atrás, foi posta a questão se haveria boas razões para esperar o ressurgimento de uma prática de esquerda que eventualmente "prometa inverter a terrível 'libertação' que o capitalismo infligiu a Moçambique". Infelizmente - eu insisto que se trata de uma infelicidade, embora os defensores da deslocação do paradigma pensem o contrário - a extensão da derrota do empreendimento revolucionário da Frelimo foi que o avanço socialista foi retirado da agenda nesse país, no futuro mais próximo. Na verdade, talvez o mais que se possa esperar, nos tempos mais próximos, seja que nem todos os moçambicanos aprendam as lições erradas daquilo que aconteceu a Moçambique nos anos mais recentes. Há alguns sinais que assim seja. Se tal for o caso (para parafrasear a palavra de ordem da Frelimo) pode de facto dizer-se que a luta continua.

## NOTAS

<sup>1</sup>Este texto é um prolegómeno a um manuscrito mais longo sobre Moçambique, actualmente em preparação e provisoriamente intitulado *What is to be learned? Rethinking the Mozambican revolution*. Foi apresentado ainda em esboço na Reunião de Outono do Canadian Research Consortium on Southern Africa, Universidade de Queen's, Kingston, Ontário, Canadá, em 5 de Dezembro de 1992, e publicado pela primeira vez, na forma mais parecida com a presente, em

Ralph Miliband e Leo Panitch (eds.), *The Socialist Register 1993* (Londres: Merlin, 1993) sob o título "Rethinking the Frelimo State". Estou particularmente grato a Manfred Bienefeld pelos seus úteis comentários a um esboço anterior.

<sup>2</sup>Gervase Clarence-Smith, "The Roots of the Mozambican Counter-Revolution", *South African Review of Books* (Abril/Maio, 1989), p.10.

<sup>3</sup>Na sua apresentação verbal ao simposium, fielmente gravada pelo presente escritor, em 12 de Outubro de 1990; a posição de Slovo, vinda de um activista do ANC, pode ser considerada algo deselegante dado o preço que Moçambique pagou por ter contribuído tanto quanto o fez para a luta geral pela libertação da África Austral, embora também se saiba que o governo moçambicano foi pouco elegante para Slovo e outros em 1984, durante o período de implementação demasiado zelosa das condições do Acordo de Nkomati, com impacto negativo na permanência do ANC em Moçambique.

<sup>4</sup>Clarence-Smith, *op.cit.*, e, mais recentemente, Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (Londres: James Currey, 1991), p.74.

<sup>5</sup>Clarence-Smith, *op.cit.*, p.9.

<sup>6</sup>Tal como foi avançado, por exemplo, por Jean Copans no seu "Prefácio" a Christian Geffray, *La cause des armes aux Mozambique: Anthropologies d'une guerre civile* (Éditions Karthala, 1990), e pelo próprio Clarence-Smith (*op.cit.*).

<sup>7</sup>Leitura necessária a este respeito é Robert Gersony, *Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique: Report Submitted to Ambassador Jonathan Moore and Dr. Chester A. Crocker* (Washington: Department of State Bureau for Refugee Programs, 1988). Igualmente relevante - e tão sensato como aquele - é William Minter, *The Mozambican National Resistance (Renamo) as Described by Ex-Participants* (relatório de investigação submetido à Fundação Ford e à Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, 1989). A este respeito ver também o artigo de Otto Roesch - preparado para a reunião de Queen's na qual o presente texto foi ele próprio apresentado - intitulado "A New Paradigm? Rethinking Renamo's War" (assim coíno outros escritos de Roesch, regularmente publicados no *Southern Africa Report* (SAR) e em outros lugares); o meu ensaio "Development and Counterdevelopment Strategies in Mozambique", in John S. Saul, *Socialist Ideology in the Struggle for Southern Africa* (Trenton, N.J.: Africa World Press, 1990); e os capítulos 1 e 2 do meu livro *Recolonization and Resistance in Southern Africa in the 1990s* (Toronto: Between the Lines, 1993).

<sup>8</sup>William Finnegan, *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique* (Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1992), p.70.

<sup>9</sup>A frase é de Margaret Hall (no título do seu artigo "The Mozambican National Resistance Movement (Renamo): A Study in the Destruction of an African Country", *Africa*, 6 [1], 1990). Hall leva a cabo a sua própria e cuidadosa análise dos desenvolvimentos em Moçambique - incluindo uma insubstituível crítica das "fraquezas estruturais do Estado moçambicano" - sugerindo que incidirá "nos processos internos desencadeados pela destabilização" (sublinhado meu).

<sup>10</sup>Gersony, *op. cit.*

<sup>11</sup>Tal como é definido em "People's war, state formation and revolution in Africa: a comparative analysis of Mozambique, Guinea-Bissau and Angola", *Journal of Commonwealth and Comparative Studies*, 21, #3 (1983).

<sup>12</sup>*Op. cit.*

<sup>13</sup>Para mais elaboração sobre este ponto ver Otto Roesch, *op. cit.* Sem dúvida a melhor crítica do próprio trabalho de Geffray é Bridget O'Leughlin, "Interpretations Matter: Evaluating the War in Mozambique", *Southern Africa Report*, 7, #7 (Janeiro de 1992). Ver, em português, Bridget O'Laughlin, "A Base Social da Guerra em Moçambique" *Estudos Moçambicanos*, 10 (1992).

<sup>14</sup>Peter Fry, "Between Two Terrors", *Times Literary Supplement* (9-15 de Novembro, 1990), p.1202.

<sup>15</sup>*Ibid.*

<sup>16</sup>Muitos temas relacionados começam agora a aparecer na literatura de língua inglesa, como James Manor, *Rethinking Third World Politics* (Burnt Hill, U.K.: Longman, 1991) - um livro para o qual, em todo o caso, Jean-François Bayart e Jean-François Médard fazem importantes contribuições.

<sup>17</sup>Dominique Darbon, "L'État prédateur", *Politique Africaine*, "Spécial 10e anniversaire: L'Afrique Autrement", #39, 1990, p.37.

<sup>18</sup>Bayart, "Civil Society in Africa", in Patrick Chabal (ed.), *Political Domination in Africa: Reflections on the Limitations of Power in Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986), pp.115-6; ver também, de Bayart, *L'État en Afrique* (Paris: Fayard, 1988).

<sup>19</sup>Jean Médard, "L'État patrimonialisé", também em *Politique Africaine*, #39, pp.25, 26.

<sup>20</sup>*Ibid.*, p.34. Neste contexto, Médard refere-se a um segundo artigo seu, que eu não li mas cujo título parece condensar o seu conteúdo: "Le socialisme en Afrique: l'autopsie d'un mirage".

<sup>21</sup>Médard também nota, num tom bastante mais satisfeito, que pelo menos esta mesma lógica ajuda a entravar - ou pelo menos distorce ainda mais (L'État prédateur est lui-même prédaté, l'État parasite est lui-même parasité") - os efeitos malignos do "estado demiúrgico"; Médard cita a este respeito a noção de Bayart de "vingança da sociedade civil" (contra "l'ambition totalisante de l'État"!).

<sup>22</sup>Verificar o contraste, a este respeito, entre o livro de Hyden *Beyond Ujamaa: underdevelopment and an uncaptured peasantry* (Berkeley: University of California Press, 1980), com o seu posterior *No Shortcuts to Progress: African development management in perspective* (Berkeley: University of California Press, 1983).

<sup>23</sup>Manfred Bienefeld, "Dependency Theory and the Political Economy of Africa's Crisis", *Review of African Political Economy*, #43 (1988), pp.81, 82.

<sup>24</sup>Clarence-Smith, *op.cit.*, p.10.

<sup>25</sup>O'Laughlin, *op.cit.*, pp.27, 28.

<sup>26</sup>Para uma manifestação, mais generalizante, deste tipo de "má consciência" de esquerda a respeito das exigências da "modernidade", ver Jean Copans, *La longue marche de la modernité africaine* (Paris: Éditions Karthala, 1990).

<sup>27</sup>*Op.cit.*, p.28. O'Laughlin considera as raízes deste "dualismo" na estrutura do poder colonial como sendo de longe mais importantes que quaisquer raízes que possam vir de tempos mais respeitados da "tradição". Além disso, "na maior parte de África após a independência, este dualismo administrativo e legal foi mantido, embora as fronteiras entre os dois sistemas e o movimento entre si se tenham tornado mais flexíveis". A sua conclusão: "Penso que seria um erro fundamental concluir que a guerra em Moçambique mostra que os camponeses moçambicanos necessitam de régulos ao estilo colonial". Voltaremos a este aspecto na secção III, mais adiante.

<sup>28</sup>*Ibid.*, p.31.

<sup>29</sup>*Ibid.*, p.33.

<sup>30</sup>Bayart, *op.cit.*, p.120. É também interessante a formulação bastante melodramática em que esta frase se baseia: "... porque se mostram mais inclinados a prestar serviços ao Estado do que àqueles que o desafiam, os intelectuais africanos (com poucas excepções) não conseguiram fornecer à sociedade civil os instrumentos conceptuais originais necessários para esta avanço. Mesmo quando têm coragem suficiente para assumirem a direcção da resistência, de nenhuma forma conseguiram transcender o abismo entre Estado e sociedade."

<sup>31</sup>Bayart, *op.cit.*, p.125.

<sup>32</sup>Finnegan, *op.cit.*, de onde se tiram diversas citações destes dois parágrafos.

<sup>33</sup>É de referir aqui a formulação que fiz em outro lugar: "o fardo do passado (e as simplificações ideológicas da era da Guerra Fria) permanecem com muito peso num líder como Joaquim Chissano, que resume actualmente a situação sugerindo que 'o marxismo estava a criar-nos problemas' - identificando 'marxismo' com o 'marxismo-leninismo' ao estilo oficial soviético de tal maneira que não deixava para si nenhum espaço conceptual intermédio para atenuar a investida das mais inadulteradas panaceias do mercado livre". O mesmo se poderia dizer de Finnegan.

<sup>34</sup>Temos que reconhecer que Finnegan se mostra pouco inclinado a celebrar o futuro capitalista que considera inevitável em Moçambique. Tal como ele refere, "Destituído de um recurso natural extraordinário tal como o petróleo, não é de forma alguma claro que um país severamente subdesenvolvido, claramente na periferia do sistema mundial moderno, tenha a mínima chance de desenvolvimento". Além disso, acrescenta ele, agoirento, "no caso de Moçambique, a sua dependência não se manifesta em relação ao Norte desenvolvido. Mais directa e profundamente, ela manifesta-se para com a África do Sul" (*Ibid.*, p.241).

<sup>35</sup>Dan O'Meara, "The Collapse of Mozambican Socialism", *Transformation*, #14 (1991), p.82.

<sup>36</sup>Não importa que o próprio ensaio de O'Meara (*Ibid.*) seja, ele próprio, uma contribuição poderosa e bem medida para tal crítica.

<sup>37</sup>Ver o meu artigo "The Nature of the Post-Colonial State: Further Reflections", e também Colin Leys, "State and Class in Post-Colonial Africa: Comments on John Saul's Theses on the Post-Colonial State", ambos apresentados a um painel intitulado "Bureaucratic Bourgeoisie or Power Elite? - On Power in Africa", reunião anual da African Studies Association, Philadelphia, 17 de Outubro de 1980. Ver também Patrick Chabal, *Amílcar Cabral Revolutionary leadership and people's war* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983), especialmente o capítulo 7, "People's war in lusophone Africa: a comparative perspective".

<sup>38</sup>Ver John S. Saul, "The Context: Colonialism and Revolution", que é o capítulo 1 de Saul (ed.), *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique* (New York: Monthly Review Press, 1985).

<sup>39</sup>Gavin Williams, "There is no theory of petit-bourgeois politics", *Review of African Political Economy* (ROAPE), #6 (Maio-Agosto, 1976).

<sup>40</sup>Ver Edward Alpers, "The bureaucratic legacy of Portuguese colonial rule in Mozambique", artigo apresentado à Conferência da Review of African Political Economy de 1986, Liverpool, UK, Setembro de 1986.

<sup>41</sup>Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (Londres: Zed Books, 1984); o argumento de Hanlon a este respeito surge, no texto, cruzado por diversas outras incidências, aparentemente contraditórias.

<sup>42</sup>Para mais discussão sobre estas decisões, e as premissas gerais a elas subjacentes, ver o meu ensaio "Development and Counter-Development Strategies in Mozambique", *op.cit.*

<sup>43</sup>Jonathan Barker, no seu livro *Rural Communities Under Stress: Peasant farmers and the state in Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989), lembrou-nos efectivamente de que não existe propriamente uma "resposta camponesa" ao seu mundo. Para começar, existe uma larga gama de diferenças no seio do "campesinato" - a respeito de classe, região, padrões de culturas, etc. - que tornam a generalização arriscada. Mas mesmo quando partindo de uma base mais geral, o que se pode dizer é que os camponeses estão abertos a responder a uma larga gama de estímulos e a apropriar-se deles.

<sup>44</sup>"Rigidez" sim, mas também *falta de quadros* - a relativa falta de quadros formados, capacitados e confiantes a seguir ao nível mais alto da liderança (sendo este facto, em si, um reflexo do baixo nível geral de desenvolvimento de Moçambique) - ajudaram a atenuar o impacto positivo da Frelimo face à população do campo e não só.

<sup>45</sup>Eboe Hutchful, "Eastern Europe: Consequences for Africa", *ROAPE*, #50 (Março de 1991).

<sup>46</sup>Ver o meu capítulo, "The Content: A Transition to Socialism?", capítulo 2 de *A Difficult Road* e, para o impacto desta "crise de reprodução" sobre o campesinato moçambicano, também a dissertação de doutoramento de Otto Roesch, *Socialism and Rural Development in Mozambique* (University of Toronto, 1986). Não se trata do funcionamento da economia moçambicana, nos primeiros cinco anos de independência, ter sido terrivelmente fraco. Nesta esfera é particularmente difícil equilibrar o impacto das fraquezas da política com o impacto de choques externos - cheias e secas, termos de troca internacionais (incluindo a subida dos preços do petróleo) e, no final, destabilização.

<sup>47</sup>Colin Leys e John S. Saul, "Liberation without Democracy: The Swapo Crisis of 1976", artigo apresentado ao Seminário de Investigação Inaugural do Canadian Research Consortium on Southern Africa, Montreal, 6 de Novembro de 1992, p.30.

<sup>48</sup>Contudo, considere-se a dinâmica cruel do contexto da Guerra Fria na época; a direcção da Frelimo sentiu que tinha boas razões para pensar assim, como regime procurando escapar aos ditames da dominação capitalista mundial, tinha de facto muito pouca escolha a este respeito.

<sup>49</sup>Não pode haver dúvida de que, por exemplo, a Frelimo aprendeu demasiado acerca dos métodos policiais, com os alemães de leste e outros.

<sup>50</sup>Não é necessário um foco particular aqui. Eu próprio identifiquei os mesmos pontos sobre os custos da influência soviética no meu capítulo "The Content" (atrás citado) e em textos anteriores.

<sup>51</sup>Judith Marshall, *War, debt and structural adjustment in Mozambique: The social impact* (Ottawa: The North-South Institute, 1992).

<sup>52</sup>Esta afirmação de 1987 do Banco Mundial vem citada em Marshall, *ibid.*, p.9.

<sup>53</sup>Marshall (*ibid.*, p.8) resume aqui o relato das negociações do FMI com Moçambique, que vem com fascinante detalhe em Joseph Hanlon, *Mozambique: Who Calls the Shots?* (Londres: James Currey Publishers, 1991); Marshall, ela própria, recorda um encontro com Jacinto Veloso, o ministro moçambicano da cooperação, no qual "nos foi dito bastante claramente que a comunidade doadora internacional tinha efectivamente congelado todos as doações, empréstimos e créditos a Moçambique até que Moçambique se mostrasse disposto a aceitar um programa de ajustamento estrutural com o FMI" (p.8).

<sup>54</sup>Hanlon, *ibid.*

<sup>55</sup>Jochen Oppenheimer, "Development Cooperation in the Context of War and Structural Adjustment: The Case of Mozambique". artigo apresentado a uma conferência da Canadian Association of African Studies, Montreal, Maio de 1992.

<sup>56</sup>Ver, sobretudo, Marshall, *op.cit.*, e os seus inúmeros relatos a partir de Moçambique nas páginas do *Southern Africa Report* nestes últimos anos.

<sup>57</sup>Kim Jarvi, "Structural Adjustment in Sub-Saharan Africa and the Case of Mozambique", artigo inédito (Toronto: Universidade de York, 1992). Além disso, na perspectiva de Oppenheimer (*op.cit.*), na medida em que o declínio económico foi momentaneamente travado em Moçambique, isto era "resultado do influxo de uma assistência externa bastante elevada e insustentável a longo prazo."

<sup>58</sup>Aqui, pois, no final, está "o ganso que põe os ovos de ouro" de Clarence-Smith! Bowen cita a partir de Hermele, *Mozambican Crossroads: Economics and Politics in the Era of Structural Adjustment* (Bergen, Noruega: 1990) e

acrescenta ela própria que "esta tendência foi reforçada pelos governos ocidentais que aceitaram prontamente o auto-retrato sul-africano como a força estabilizadora e modernizadora na região" (no seu "Beyond Reform: Adjustment and Political Power in Contemporary Mozambique", *Journal of Modern African Studies*, 30, #2 [1992], p.274).

<sup>59</sup>Jochen Oppenheimer, *op.cit.*

<sup>60</sup>Ver, por exemplo, David Ottaway, "Black Nationalist Opposition Emerges: Frelimo's Rule, Racial Equilibrium Seem Imperilled in Mozambique", *The Washington Post*, 11 de Dezembro de 1990, assim como a discussão da política de Guebuza no meu artigo "Mozambique: The Failure of Socialism", *SAR*, 6, #2 (Novembro, 1992).

<sup>61</sup>Hanlon, *Mozambique: Who Calls the Shots?* (*op.cit.*), pp.117-8. Aqui ele discute as tentativas da Frelimo de defender um papel maior para o Estado e, também, para fazer com que o FMI e o Banco Mundial levassem mais a sério o facto da continuidade da destabilização como parâmetro para definir a situação económica de Moçambique. Mas Hanlon também observa que foi num encontro com funcionários do Banco Mundial, em Novembro de 1985, "praticamente a última vez em que se falou em 'quadro socialista básico'".

<sup>62</sup>Existe uma certa ironia na saliência de Hanlon neste ponto. Uma das suas contribuições originais para a discussão da política moçambicana foi, como observámos atrás, salientar - mesmo demasiado - a medida em que aqueles que preenchiam o Estado da Frelimo estavam a adquirir muitos dos atributos da burguesia burocrática. Actualmente, numa altura em que tal processo está muito mais desenvolvido, o seu novo livro quase não menciona as implicações deste facto para se pesarem os prós e contras de apoiar o Estado actualmente existente em Moçambique.

<sup>63</sup>Otto Roesch, "Mozambique Unravels? The Retreat to Tradition", *SAR*, 7, #5 (Maio 1992), p.30.

<sup>64</sup>K.B. Wilson, "Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique" (artigo inédito, s/d). Ver também Vines, *op.cit.*; actualmente estão a ser editados vários estudos de caso de diversos autores pelo próprio Wilson, em Oxford, para publicação futura; e *inter alia*, Margaret Hall, *op.cit.*

<sup>65</sup>Roesch, *ibid.*

<sup>66</sup>Eboe Hutchful, *op.cit.*, "Eastern Europe: Consequences for Africa", pp.57-8.

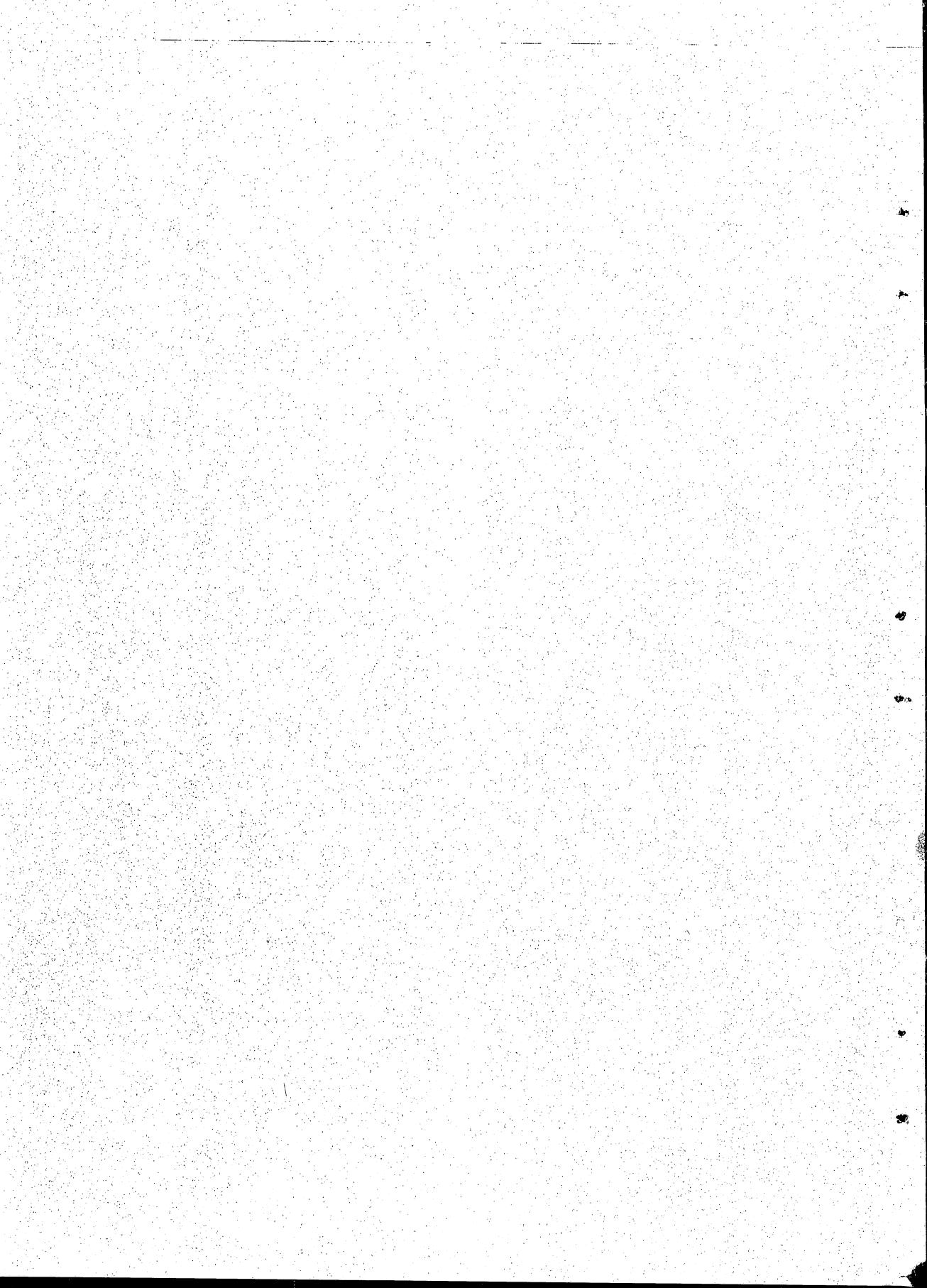
<sup>67</sup>Ver Ottaway, *op.cit.*, entre numerosas fontes.

<sup>68</sup>Judith Marshall, "Resisting Adjustment in Mozambique: The Grassroots Speak Up", *SAR*, 7, #1 (Julho de 1991).

<sup>69</sup>Para exemplificação de algumas das contradições inerentes na relação entre liberalização económica e democratização política na África de hoje ver Marcia Burdette, "Democracy vs. Economic Liberalization: The Zambian Dilemma", *SAR*, 8, #1 (Julho de 1992); ver também Issa Shivji, "The Democracy Debate in Africa: Tanzania", *ROAPE*, #50 (Março de 1991).

<sup>70</sup>Bowen, *op.cit.*, p.279; o modelo de "trípla aliança" introduzido aqui por Bowen (p.258) é colhido em Barker, *Rural Communities Under Stress*, citado anteriormente.

<sup>71</sup>Sobre esta possibilidade ver o ensaio intitulado "The Unsteady State: Uganda, Obote and General Amin", no meu *The State and Revolution in Eastern Africa* (New York: Monthly Review Press, 1979).



## A "PRIMEIRA" FRENTE DE TETE E O MALAWI

João Paulo Borges Coelho

O texto que se segue, produzido no quadro de um projecto do Arquivo Histórico de Moçambique datado de 1984, pretende, a partir do recurso quase exclusivo à documentação colonial local, tratar o período da chamada "Primeira" Frente de Tete da luta de libertação nacional. "Primeira" se atendermos a que a Frente de Tete só *abriu* definitivamente em Março de 1968. Antes disso, nos finais de 1965, houve uma tentativa frustrada de iniciar ali as actividades guerrilheiras, em paralelo com as que tomavam forma em Cabo Delgado e no Niassa.

O período abordado decorre, assim, entre os anos de 1963 e 1968, correspondendo a essa primeira tentativa ou ao período que vai até à instalação definitiva do conflito armado. O estudo dos anos de 1966 e 1967 mostra que por detrás da luta armada em si - que foi praticamente nula nestes tempos, restringida a algumas iniciativas no início de 1965 - este foi um período complexo em que interviram uma Frelimo ainda em formação e com dificuldades de implantação no Malawi, um regime colonial português procurando enfrentar a destabilização guerrilheira, e um governo malawiano cultivando uma postura ambígua em relação ao movimento guerrilheiro e ao regime colonial.

A atenção incide sobre duas antigas áreas administrativas do antigo distrito de Tete, o Concelho de Moatize e a Circunscrição da Mutarara. A escolha desta região específica tem a ver com a consideração que as duas unidades administrativas de Moatize e Mutarara estiveram no centro dos acontecimentos nesta zona, por razões sobretudo geo-estratégicas. Além disso, esta parte do território de Tete beneficia, talvez por isso mesmo, de uma cobertura especial em termos de documentação colonial.

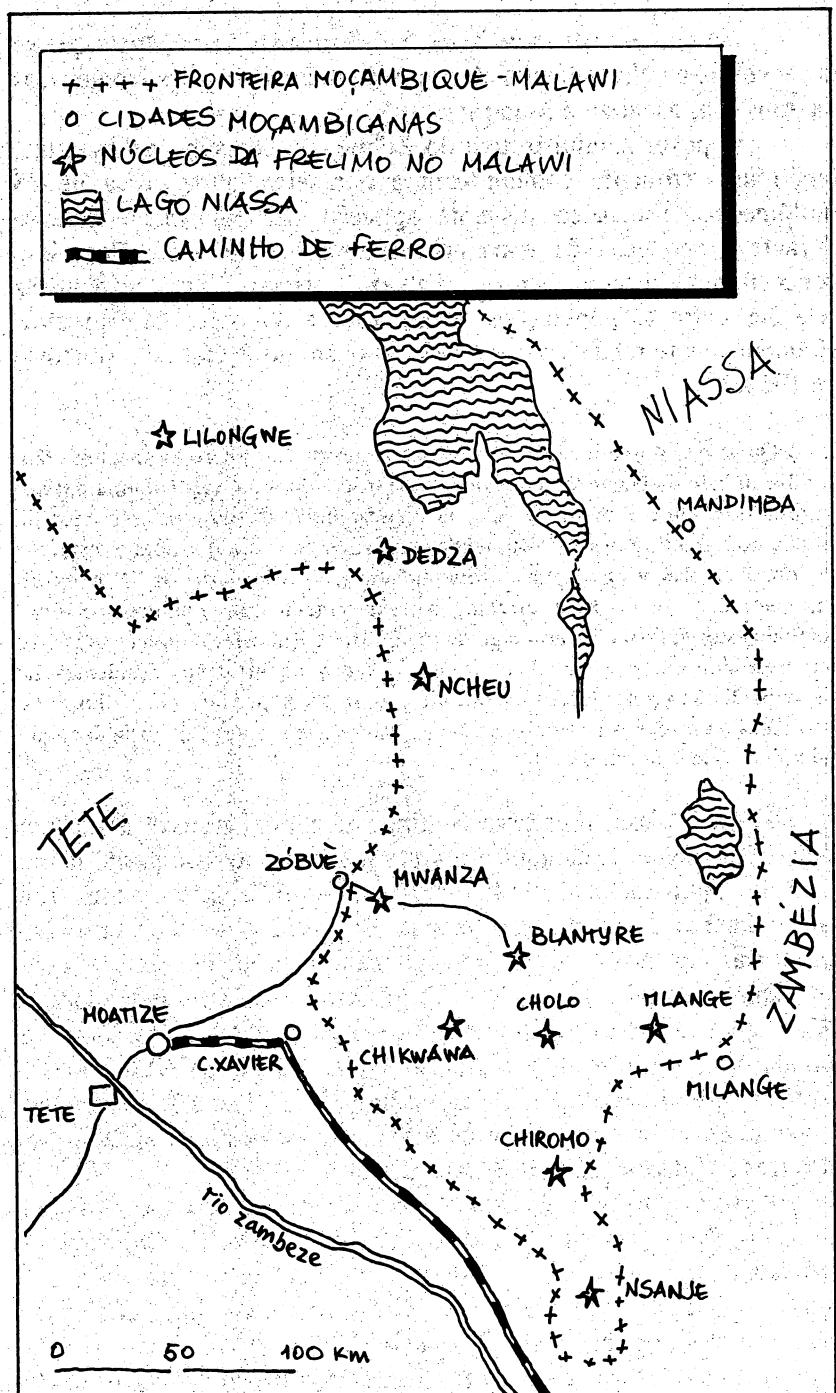
## **1. O Impacto das Idéias Independentistas da Niassalândia**

A partir de 1961, a perspectiva da dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia, e da independência deste último território, sobressaltou os condutores da política colonial portuguesa, por diversos motivos.

O dr.Banda, líder incontestado do Malawi Congress Party, o único partido de massas do território e com grande popularidade, projectava a imagem do pan-africanista radical que trazia do final da década anterior, propondo a união de diversos Estados africanos independentes<sup>1</sup> e encarando a dominação colonial como o principal problema a resolver, se necessário pela força: "Os africanos da África Oriental Portuguesa e de Angola... erguer-se-ão um dia contra os portugueses e estes não serão capazes de enfrentar essa revolta".<sup>2</sup>

O "desrespeito" pelas fronteiras impostas pelas potências coloniais tomava um aspecto mais concreto e, também, mais ameaçador quando, quer nas intervenções das mais altas instâncias do Malawi Congress Party, quer a nível das bases que ele dirigia ou influenciava, ia alastrando a idéia de que o território até ao rio Zambeze deveria passar a fazer parte de um Malawi independente, uma vez que nada diferenciava as populações localizadas de um lado e de outro das fronteiras arbitrariamente marcadas no terreno pelo colonialismo.<sup>3</sup> Esta e outras linhas de força da propaganda do Malawi Congress Party e, sobretudo, a possibilidade real posta aos olhos de todos, dos africanos se poderem, afinal, governar a si próprios, provocaram um grande impacto nas regiões fronteiriças de Moçambique.

Para além desta "predisposição para a expansão" manifestada pelo dr.Banda, quem garantia às autoridades coloniais que a independência do Malawi não iria provocar, a curto prazo, sérias ameaças à segurança de uma grande parte de Moçambique? Quem garantia que o Malawi não passaria a servir de rectaguarda e de base de lançamento de actividades armadas no interior do território? De facto, a tal acontecer, ficavam vulneráveis ou, pelo menos, corriam o risco de serem afectados os então distritos de Niassa, Zambézia e Tete e, sobretudo, através da estreita faixa da Mutarara, descendo o rio Chire e atravessando o rio Zambeze, ficava aberto um corredor para a região da Gorongosa e da Beira, no coração de Moçambique.



No antigo distrito de Tete, a dinâmica independentista que se desenvolvia na Niassalândia afectou sobretudo as regiões fronteiriças da Angónia, Moatize e Matarara.

O posto administrativo do Zóbuè, do concelho de Moatize, tendo uma fronteira comum com a Niassalândia de cerca de 75 quilómetros, foi palco de uma agitação particularmente intensa durante o ano de 1961 e na primeira metade de 1962. Para isso concorreram diversos factores. Talvez o principal diga respeito às relações entre as populações de um lado e do outro da fronteira, eloquentemente referidas pelo chefe do posto do Zóbuè, em relatório de 1964:

"(...) Quasi que a totalidade dos africanos residentes ao longo da fronteira têm família do lado da Niassalândia e vice-versa. Indivíduos há que têm uma mulher na área do Zóbuè e outra do lado da Niassalândia. Durante os três anos de estadia do signatário neste Posto, tendo verificado que para o africano residente ao longo da fronteira e numa profundidade que varia entre os 20 e os 50 quilómetros, esta não existe, circulando ele livremente num e noutro território. Segundo estou informado, ao longo de toda a fronteira, especialmente na região compreendida entre o Zóbuè e Tambani, todos os africanos residentes na Niassalândia são portugueses e para ali emigram em procura de melhoria de vida. Será de aceitar esta versão se atendermos a que a grande maioria daqueles indivíduos fala o português".<sup>4</sup>

Além disso, o escasso contingente administrativo<sup>5</sup> associado às deficientes vias de comunicação internas do posto, não permitia um controlo populacional minimamente significativo nem um patrulhamento de fronteiras efectivo. Em 1962 a sede de uma das regedorias do posto tinha sido visitada pela primeira vez pela autoridade administrativa.<sup>6</sup> Por outro lado, e contrastando com o estado geral das vias de comunicação, o posto era atravessado pela estrada internacional que, passando pela cidade de Tete, ia de Salisbury a Blantyre, ligando poderosamente o Zóbuè à Niassalândia, do ponto de vista comercial e de circulação de pessoas, através das carreiras regulares que por aí transitavam.<sup>7</sup>

Neste quadro, é natural que a propaganda do Malawi Congress Party alastrasse rapidamente das cidades de Chikwawa e Mwanza para a região, transpondo a permeável linha de fronteira. As linhas de força da propaganda daquele partido - independência, exaltação da figura do dr. Banda e do Malawi Congress Party - eram as mesmas que prevaleciam na região de Moatize.<sup>8</sup> Os propósitos da alteração de fronteiras, "alargando" o futuro Malawi independente até

ao rio Zambeze, presentes aliás com particular incidência, coadunavam-se perfeitamente com o facto de os propagandistas do Malawi Congress Party em Moatize serem todos naturais da região que, ao invés de fazerem a propaganda da independência de Moçambique defendiam a integração de toda aquela região no Malawi.

Durante o ano de 1961 as autoridades administrativas do Zóbuè assinalam com preocupação a multiplicação de habitantes da região possuidores de cartão de membro do Malawi Congress Party. Porém, nem sempre se tratava de um apoio activo, mas antes de uma adesão de circunstância, motivada pela generalização da propaganda.<sup>9</sup> É sobretudo nas camadas da pequena burguesia negra que a propaganda do Malawi Congress Party ganha uma base mais activa. Pequenos funcionários do aparelho do Estado, proprietários de pequenas cantinas, camionistas, enfermeiros da Companhia Carbonífera de Moatize, ferroviários, empregados da Missão de Combate à Tripanosomíase, ou mesmo membros proeminentes do aparelho das regedorias, são eles quem, circulando de um lado para o outro da fronteira, trazem as idéias e procuram vender cartões e ganhar adeptos. Alguns, perseguidos pela autoridade administrativa ou procurando, simplesmente, melhorar o "negócio", estabelecem cantinas ao longo da fronteira, do lado da Niassalândia. Aí organizam reuniões e efectuam algumas acções de força, provocando um estado de alerta quase generalizado, em que as autoridades administrativas efectuavam patrulhamentos reforçados da fronteira e protecção às lojas de cantineiros "fiéis". Em todas essas reuniões a afirmação de que "depois da independência da Niassalândia o limite será o Zambeze" é uma constante.<sup>10</sup> O alastramento deste "espírito subversivo" tem lugar na globalidade do território, particularmente nos postos administrativos do Zóbuè e Caldas Xavier, começando a corroer as estruturas do poder "tradicional" utilizadas pelo colonialismo, muitas vezes a partir de "cima". O régulo Zacarias, líder de uma das maiores e mais importantes divisões territoriais do Zóbuè, é detido sob a acusação comprovada de aliciar populações e cobrar cotas do Malawi Congress Party.<sup>11</sup>

Por outro lado, durante o ano de 1962 começa a tomar forma um outro elemento de preocupação para as autoridades portuguesas. Não se trata já, apenas, das reivindicações territoriais de um futuro estado independente, formuladas pelo Malawi Congress Party, nem mesmo da profunda influência exercida pela propaganda daquele

partido dentro do território, mas sim de insistentes informações sobre a formação e actuação de uma organização - a União Nacional Africana de Moçambique Independente, UNAMI - que visaria a independência de Moçambique. O seu líder, José Baltazar da Costa, antigo enfermeiro da Companhia Carbonífera de Moatize, tinha abandonado a região nos înfios de Abril de 1961 e contra ele a PIDE tinha instaurado um processo, acusando-o de "emigração clandestina e de conspiração contra a integridade territorial da nação".<sup>12</sup> As primeiras notícias colhidas pelos serviços de informações coloniais, ainda confusas, localizavam a sede deste novo partido em Dar-es-Salaam mas com um raio de influência que abrangia o Malawi e os distritos de Tete (Moatize, Mutarara, Angónia e Tete) e Manica e Sofala.<sup>13</sup> Depois, começaram a aparecer panfletos assinados por José Baltazar da Costa *Chagonga*, apelando para a população criar associações de carácter político sob o disfarce de associações de mutualidade,<sup>14</sup> e a UNAMI começa a exercer as suas actividades a partir de Chileka, nos arredores de Blantyre.

A fixação das actividades desta organização na Niassalândia teve que ver, obviamente, com a proximidade deste território em relação a Moatize, de onde saía Baltazar *Chagonga* e os primeiros membros da organização mas, mais do que isso, teve também que ver, provavelmente, com o facto de datar desta altura a formação da FRELIMO, com a qual *Chagonga* teve uma colaboração muito episódica. A unidade de "todos os patriotas", para a qual apelava a FRELIMO, significava, objectivamente, para *Chagonga*, a perda do controlo absoluto que ele exercia na UNAMI. Além disso, e sobretudo, os objectivos e meios da FRELIMO eram radicalmente diferentes dos seus. Na altura em que a FRELIMO, com o seu Iº Congresso, apelava para a independência total e completa do país, uma independência das classes exploradas que seria conquistada inevitavelmente através da luta armada, dada a intransigência do poder colonial, *Chagonga* propagava a luta pacífica e negociada com o governo colonial, visando uma vaga independência do território de Tete.

Assim, e tendo em vista o apoio concedido pelo partido TANU e pelo governo do Tanganhica à FRELIMO, só na Niassalândia a UNAMI teria margem de actuação, território onde *Chagonga* contava com a solidariedade política e prática do dr. Banda, que caminhava para uma independência do Malawi negociada com os ingleses e, provavelmente, desta forma, pretendia ter um papel junto

dos refugiados moçambicanos nacionalistas.

Por outro lado, é natural que as autoridades coloniais tivessem exagerado a estatura da organização. Aquilo que para eles constitui uma "perigosa organização subversiva" não passava afinal, pelo menos por enquanto, de um pequeno grupo liderado por *Chagonga*, por Evaristo Gadaga, antigo auxiliar de secretaria da administração da Angónia, e por Cerejo Mateus, ex-motorista da Companhia Carbonífera de Moatize,<sup>15</sup> que actuavam sobretudo como propagandistas junto dos imigrantes moçambicanos. A eles se iam juntando muitos dos moçambicanos que vinham fazendo a propaganda do Malawi Congress Party, como por exemplo um certo Sulemane, cantineiro estabelecido na Niassalândia junto à fronteira do Zóbué, e há muito procurado pelas autoridades portuguesas como um dos principais instigadores e organizadores da "subversão" naquela região.<sup>16</sup>

A UNAMI assinala, de facto, na região, nos anos de 1961 e 1962, um ponto de passagem entre as primeiras formas de consciência anti-colonial materializadas pelo Malawi Congress Party e a consciência nacionalista e de luta pela independência que se desenvolverá em seguida, em torno da FRELIMO. A UNAMI foi uma organização que captou muitos dos propagandistas moçambicanos do Malawi Congress Party e, por outro lado, muitos dos primeiros militantes da FRELIMO no Malawi começaram por ser membros da UNAMI, ainda que episodicamente.

É importante salientar, pois, o impacto que a UNAMI teve na região, quando da sua formação e nos tempos que se lhe seguiram imediatamente devido, em parte, à grande popularidade e prestígio de *Chagonga* nas zonas fronteiriças. Provam-no, por exemplo, a descoberta e prisão de três importantes régulos de Moatize, Sipanela, Chacala e Chaleca, acusados de aliciarem populações e assistirem a reuniões realizadas por *Chagonga*.<sup>17</sup>

Todavia, na perspectiva da maioria dos nacionalistas que afluíam ao Malawi, a UNAMI cedo se revelou como um movimento condenado, quer pela sua perspectiva de independência negociada, quer pela sua pequena estatura, sem viabilidade de crescimento e sem ligações, talvez exactamente por ninguém acreditar na flexibilidade do aparelho colonial português com quem a organização pretendia negociar.<sup>18</sup>

Toda esta situação, complexa e nova, deixou as autoridades portuguesas sem capacidade de resposta imediata e provocou,

inclusivamente, alguns conflitos entre as autoridades centrais - em Lisboa e Lourenço Marques - e as autoridades administrativas locais, sobre a avaliação da situação.<sup>19</sup> A nível da administração do concelho de Moatize reforçaram-se as actividades repressivas da PIDE e da administração e multiplicou-se o uso de informadores. Por outro lado, chegaram possivelmente a ser feitos planos, tornados conhecidos em Março de 1963 embora sem confirmação oficial, segundo os quais Portugal, se a situação se agudizasse, interviria militarmente no Malawi após a independência, a partir, simultaneamente, do lago Niassa e de Tete, cortando o país em dois e isolando assim toda a parte meridional, incluindo Blantyre e Zomba.<sup>20</sup>

## 2. O Estreitamento das Relações entre o Malawi e Portugal

Poder-se-á talvez dizer que foi o dr. Banda quem "desbloqueou" a situação, começando a manifestar intenções de boa-vizinhança e cooperação. Em Março de 1962, discursando na Associação Portuguesa de Blantyre, deixa entrever que, apesar das diferenças que inevitavelmente existiriam entre os dois países após a independência do Malawi, seria possível a coexistência e, mais do que isso, o estabelecimento de relações económicas e comerciais.<sup>21</sup>

As razões de segurança tiveram, seguramente, um certo peso no início da distensão das relações entre Portugal e o Malawi. Este, praticamente sem forças militares,<sup>22</sup> não conseguia sustentar uma ofensiva vinda do outro lado da fronteira.

Mas, sobretudo, terá sido o objectivo do dr. Banda de imprimir um desenvolvimento económico firme para a Niassalândia, associado à ideia que esse desenvolvimento só conseguiria ser feito "com" Portugal, que lhe dava acesso ao mar, que ditou essa aproximação.

A única ligação da Niassalândia com o mar processava-se por uma derivação da linha férrea Beira-Tete desde a construção da ponte sobre o rio Zambeze em Sena, em 1935, que lhe dava acesso directo ao porto da Beira, acesso esse acordado pela convenção da Beira de 1950, assinada entre Portugal e a Inglaterra. É certo que o Tanganhica, em 1961, acordara a possibilidade da construção de uma linha férrea que ligasse a Niassalândia ao porto de Mtwara. Porém, para além da progressiva degradação das relações do dr. Banda com a Tanzânia, diversas indicações, nomeadamente o estudo de um grupo

americano de análise de transportes, mostravam que era um projecto inviável: os produtos de exportação da Niassalândia, principalmente agrícolas, eram baratos e perecíveis e esta solução obrigaria a custos particularmente elevados.<sup>23</sup> Além disso, outros projectos de desenvolvimento não tinham sentido sem uma saída para o porto de Nacala, em perspectiva na altura.<sup>24</sup>

Em Abril de 1962, o cônsul português em Salibury referia-se a uma eventual visita do dr.Banda a Portugal, no decorrer da qual as autoridades daquele país poriam à disposição da Niassalândia os portos e vias férreas de Moçambique e, de facto, em Junho do mesmo ano o dr.Banda deslocou-se a Lisboa. Segundo um porta-voz malawiano, o primeiro-ministro pretendia "assegurar os portugueses das suas intenções amigáveis e, também, obter deles a promessa de que o Malawi continuaria a usar o porto da Beira e a linha férrea que conduzia até ele".<sup>25</sup>

É natural, também, que as autoridades portuguesas, a quem obviamente interessava o incremento do uso, pelo Malawi, das suas infraestruturas portuárias e de transporte ferroviário, tenham pressionado com este argumento o dr.Banda, para que ele não permitisse que o futuro Malawi servisse de base para operações de nacionalistas moçambicanos contra a colónia. Daí que a revista *Jeune Afrique* tivesse referido, pouco tempo depois:

"O dr.Banda, contrariando violentamente as suas convicções e fazendo prova de uma surpreendente imaturidade política, foi a Lisboa e negocou durante várias reuniões com o ministro português dos negócios estrangeiros, dr.Franco Nogueira, e com o seu colega do ultramar, dr.Adriano Moreira, os nacionalistas contra o caminho de ferro."<sup>26</sup>

Este acordo, mais ou menos transparente conforme as ocasiões, permanecerá, durante muito tempo, no centro das relações entre Portugal e o Malawi. Depois da independência, como se verá adiante, o dr.Banda terá outras razões ainda para manter e desenvolver as suas bases.

Portugal toma então a ofensiva. Em Julho de 1963, Jorge Jardim, mandatado por Salazar, que lhe teria pedido para servir como embaixador informal na edificação das relações entre Portugal e a Niassalândia em vésperas da independência, desloca-se a Blantyre e mantém conversações com o primeiro-ministro, dr.Banda, altura em que para além da questão do porto da Beira terá sido iniciada a discussão da viabilidade da ligação do porto de Nacala à

Niassalândia.<sup>27</sup>

Em 4 de Julho de 1964 tem lugar a independência do Malawi. O dr. Banda, cujo prestígio e poder não sofriam quaisquer dúvidas,<sup>28</sup> "oficializa", por assim dizer, a linha da sua política externa na intervenção que faz na conferência de chefes de Estado na Organização da Unidade Africana, nesse mesmo mês, onde afirma, entre outras coisas:

"(...) Embora me sinta convictamente anti-colonialista e anti-imperialista, embora me sinta mais ansioso que qualquer um nesta Conferência por ajudar os nossos irmãos e irmãs submetidos à ordem colonial, o poder do Malawi, o meu próprio poder para os apoiar está limitado e circunscrito pela nossa posição geográfica. Estou convicto... que não é política da Organização da Unidade Africana exigir que um país, para permanecer membro bom e leal da Organização, provoque a sua própria destruição. Digo isso porque quero deixar bem claro nesta Conferência que a posição geográfica do Malawi torna impossível, a mim e ao meu país, o corte de relações diplomáticas, económicas e culturais com um determinado poder que controla grandes áreas do nosso continente. Não posso prometer aqui que eu e o meu país estejamos na posição de concretizar qualquer resolução que exija o corte total de relações... com esse poder. (...) Seria impossível para mim e para o meu país seguir uma resolução dessas à letra sem provocar o estrangulamento económico do Malawi. E com o estrangulamento económico viria o estrangulamento político. O governo caíria e seria o caos... Haverá alguém que queira que isso aconteça nesta Assembleia? Não o creio".<sup>29</sup>

Porém, nem todos no jovem governo malawiano concordavam com esta coexistência pacífica, ou mesmo "alinhamento discreto", como foi chamado, em relação aos Estados coloniais do sul, "alinhamento discreto" esse que ameaçava tornar-se em franca cooperação. A indigitação de Jorge Jardim como cônsul honorário do Malawi na Beira, a inauguração da linha aérea Beira-Blantyre, o acordo feito com Portugal, encorajando o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países, são factores que provocaram fortes discordâncias no seio do governo malawiano. A maioria dos ministros defendia, para o Malawi, uma posição muito mais militante a respeito dos Estados brancos do sul. Se bem que fosse impensável o corte total de contactos com Portugal, eles defendiam que o Malawi deveria intensificar, a médio prazo, relações com os Estados africanos independentes do norte, dificultadas exactamente por esse "alinhamento discreto", visando diminuir a dependência em relação ao sul; ao mesmo tempo que deveria conceder um apoio discreto à FRELIMO, que estava em vésperas de iniciar a luta armada.

Finalmente,<sup>30</sup> as pressões chinesas para que o Malawi se abstivesse de reconhecer Taiwan, recusadas pelo dr.Banda com sobranceria, terão constituído um golpe fatal na coesão governamental. Em 16 de Agosto dá-se a ruptura. O gabinete governamental em peso critica o dr.Banda e dessolidariza-se das suas posições.<sup>31</sup> Em 8 de Setembro, numa sessão especial do Parlamento, o dr.Banda anuncia a demissão de Kenyama Chiume, Augustine Bwanausi e Orton Chirwa, respectivamente ministros dos negócios estrangeiros, do desenvolvimento habitação e obras públicas, e da justiça. Em seguida, em solidariedade com aqueles, demitem-se os ministros da educação, Henry Chipembere, do trabalho, Willie Chokani, e do interior, Yatuta Chisiza.

O poder do dr.Banda de intervir na política interna e externa do seu país era tão grande quanto o seu prestígio e carisma. As suas posições a respeito da aproximação a Portugal não constituíam meros artifícios de retórica a serem usados contra os seus ministros durante aquilo que ficou conhecido como "a crise do gabinete". Ele estava disposto a pôr essas posições em prática. Para além das manifestações públicas de boa vontade em relação a Portugal, apontadas atrás, começam a ser tomadas medidas mais concretas no terreno. O dr.Banda instrui os chefes locais do Malawi, sobretudo aqueles situados junto das fronteiras, no sentido de esclarecerem as populações que os portugueses eram amigos de quem o Malawi muito necessitava, e dos quais muita ajuda tinha recebido e esperava receber. Ao mesmo tempo ameaçava com severas sanções todos os que fizessem propaganda anti-portuguesa.<sup>32</sup>

Contudo, apesar do controlo relativamente bom sobre o território, nomeadamente através da polícia e dos *Young Pioneers*, organização paramilitar de jovens extremamente bem organizada, a ausência de um exército implantado no terreno assim como a fuga dos ministros à "disciplina" por ele imposta, começavam a tornar difícil ao dr.Banda cumprir a promessa de boa-vizinhança que havia feito aos portugueses.

Nos finais de Novembro, o dr.Banda anuncia publicamente que Chipembere, ex-ministro da educação, fugira para a Tanzânia. Todavia, até ao fim do ano corriam insistentes rumores que ele se encontrava nas zonas fronteiriças entre o Malawi e Moçambique preparando-se, com um grupo de guerrilheiros, para realizar acções armadas sobretudo na região de Fort Johnston, onde tinha forte apoio popular. A 12 de Janeiro seguinte Chipembere, conduzindo um grupo

de duzentos guerrilheiros presumivelmente treinados na Tanzânia; atacou Fort Johnston destruindo a esquadra da polícia, de onde foi retirado diverso armamento, e pilhando toda a cidade, sobretudo as propriedades de adeptos do Malawi Congress Party.<sup>33</sup> Retirando-se antes da chegada do exército malawiano, tentaram rumar à capital mas não conseguiram passar o rio Chire em Liwonde e, com a chegada do exército vindo no seu encalço, retiraram para a fronteira e dispersaram.

Durante os dois ou três meses seguintes circularam notícias sobre a presença de pequenos grupos do contingente de Chipembere em diversos pontos do sul do país, procurando reagrupar-se e realizar acções de pequena envergadura. Chikwawa, nas proximidades do concelho de Moatize, foi uma das zonas por eles escolhidas pelo facto de afi se encontrarem detidos muitos dos seus companheiros capturados na sequência do ataque a Fort Johnston.<sup>34</sup> Todavia, foi uma acção sem continuidade. Apesar de alguma instabilidade política, nomeadamente com buscas à casa de ministros suspeitos de conluio com os ex-ministros rebeldes,<sup>35</sup> em Agosto a situação estava praticamente normalizada e controlada pelo dr. Banda, com a prisão de Arthur Chipembere, irmão do ex-ministro da educação; e de outros dirigentes rebeldes.

No entanto, os pequenos grupos que permaneciam nas florestas do distrito de Fort Johnston e noutras locais, liderados por Medison Silombela<sup>36</sup> continuaram, pelo menos durante um certo tempo, a significar uma ameaça latente e a constituir importante factor na atitude do dr. Banda para com a FRELIMO.

### 3. O Estabelecimento da FRELIMO no Malawi

Nos princípios de 1963 começaram a surgir as primeiras notícias concretas segundo as quais a FRELIMO procurava utilizar a Niassalândia como base para o seu trabalho clandestino de organização e mobilização das populações. O Iº Congresso apelara à unidade de todos os patriotas e definira, face à intransigência do poder colonial, a luta armada como único meio de libertação nacional. Assim, todo este período entre o Congresso e o desenvolvimento da luta, em Setembro de 1964, será caracterizado por uma intensa mobilização popular no interior, sobretudo nas regiões setentrionais, implicando também um grande esforço organizativo da Frente. Nesse

contexto, era previsível um movimento de implantação na Niassalândia, que as autoridades coloniais havia algum tempo esperavam e temiam. De facto, pela sua situação geográfica, a Niassalândia constitua ponto de passagem obrigatória para a penetração na então província, sobretudo nos distritos de Tete e Zambézia e, também, como parte da estratégia de penetração no centro do país.

Por outro lado, poder-se-á considerar que havia condições políticas favoráveis para a implantação da organização no território da Niassalândia, quer por ter começado por ser uma implantação "informal", por assim dizer, fruto da iniciativa de refugiados ou imigrantes moçambicanos ali radicados e, portanto, pondo poucos problemas de início, até pela sua pequena escala, quer por se enquadrar no ambiente de euforia nacionalista e anti-colonial que precedeu a independência do Malawi. Apesar da definição crescente da política de cooperação do dr. Banda com o governo colonial português, o que é certo é que a FRELIMO podia contar com a boa vontade de largos sectores do Malawi Congress Party e da população. Assim, esta "utilização" do território não deve ter levantado demasiadas preocupações às autoridades, que se debatiam com inúmeros outros problemas inerentes à independência que se aproximava. A FRELIMO era então, provavelmente, encarada como mais uma das pequenas organizações que se procuravam movimentar no território.

Neste quadro, os primeiros núcleos organizativos surgem sobretudo em Blantyre, no seio de refugiados e imigrantes e procurando captar estes elementos que ali afluíam. Muitos provenham já da própria UNAMI, descontentes com a falta de agressividade da linha de actuação dessa organização, que até aí predominava como representativa dos moçambicanos.

Durante o ano de 1963 surge o primeiro comité da FRELIMO em Bangwe, arredores de Blantyre, constituído por um presidente local ou *chairman*, Domingos Dina, um secretário, Chico Lourenço, e um tesoureiro, Dique Gaspar, corpo que dirigia um pequeno núcleo que não chegaria aos vinte militantes. Actuavam, como se disse, junto dos imigrantes e refugiados, fazendo propaganda e distribuindo panfletos da FRELIMO.<sup>37</sup> Rapidamente, a actuação destes primeiros militantes alastrou para fora da cidade de Blantyre. Logo nos primeiros meses do mesmo ano é assinalada a venda de cartões da FRELIMO em Lilongwe.<sup>38</sup>

Do mesmo modo, cedo se começa a notar a presença da Frente nas zonas fronteiriças, já em território de Moçambique. Na Zambézia, em Tacuane, Lugela, Mongoé e Milange, são distribuídos panfletos com a "Proclamação ao Povo de Moçambique".<sup>39</sup> Estas intensas actividades nas zonas fronteiriças da Zambézia assinalam o salto do "perigo potencial", veiculado pelas notícias ainda confusas que chegavam da Niassalândia, para o "perigo real" do futuro Malawi vir a constituir uma base de actuação dita subversiva, na perspectiva das autoridades coloniais. Elas eram fruto de um desenvolvimento rápido na formação de *branches*, pequenos sub-comités dependentes do Comité Regional da FRELIMO em Blantyre. Assim, surgem nesta altura os *branches* de Mlange, Chirromo e Nsange, entre outros, servindo este último como base de actuação quer para as regiões do sul da Zambézia, quer para a região da Mutarara, em Tete.<sup>40</sup> A rapidez com que alastrá o trabalho de propaganda nas zonas fronteiriças cria um clima de grande optimismo, influenciado ainda pelo clima vivido na Niassalândia. Entre os membros da organização torna-se convicção corrente que após a independência do Malawi seguir-se-á de imediato a invasão da Zambézia.<sup>41</sup>

Todavia, a realidade era bem mais complexa. Com a independência do Malawi estabelece-se uma situação contraditória na qual o dr. Banda procura o reforço das relações com Portugal, como se viu, e a FRELIMO procura "crescer" em território malawiano para aumentar a sua capacidade de intervenção nos distritos limítrofes da colónia. A situação tendia, portanto, a romper, e toda a estratégia da FRELIMO nesta altura parece ser condicionada pela necessidade vital de estabelecer um equilíbrio sem provocar uma ruptura com o novo poder do Malawi. Contava, para isso, com uma certa ambiguidade das autoridades malawianas, pois apesar da atitude do dr. Banda em relação aos Estados coloniais do sul, usando para a justificar uma argumentação fundamentalmente económica, ele não queria, certamente, passar por "carrasco" dos movimentos de libertação aos olhos do povo e dos vizinhos nacionalistas da Tanzânia e da Zâmbia, com os quais tinha já fortes problemas de relacionamento precisamente por isso, assim como aos olhos da Organização da Unidade Africana. Daí, talvez, a sua atitude sempre pouco definida nesta altura.<sup>42</sup>

Além disso, seguramente que existia forte controvérsia a respeito da atitude a tomar relativamente à luta de libertação de Moçambique a nível do governo malawiano. É geralmente

reconhecido que este aspecto constitui uma das causas fundamentais da chamada crise do gabinete governamental, como atrás se referiu.

Esta espécie de indecisão, implicando uma certa liberdade de movimentos, joga em favor da FRELIMO. Os *branches* multiplicam-se, abrangendo um número cada vez mais vasto de moçambicanos residentes no Malawi: Dedza, Chikwawa, Mwanza, desenvolvem-se no ocidente tal como os outros estavam a surgir na fronteira com a Zambézia.

Entretanto, o Comité Regional da FRELIMO em Blantyre reforça progressivamente a ligação estrutural à sede da FRELIMO na Tanzânia. Já não se trata apenas do empenho de meia dúzia de refugiados entusiastas mas, efectivamente, de uma verdadeira representação da FRELIMO no Malawi, actuando em coordenação com a sede, na Tanzânia. Com esta ligação, aumenta o número de refugiados jovens que podem ser enviados para a Tanzânia para se prepararem para a luta armada, nos diversos sectores.

Em simultâneo, começa a tornar-se possível o envio de armamento da Tanzânia que, através do Malawi, deveria ser introduzido no Niassa, Zambézia e Tete, preparando as condições para o desencadeamento da luta. Na segunda metade do ano de 1964 são assinaladas rotas de infiltração de armamento através do lago Niassa, até à região de N'kota-kota, de onde as armas seriam introduzidas no Niassa com o apoio de pescadores da região, que as transportavam camufladamente nos seus barcos.<sup>43</sup> Começam igualmente a chegar aos serviços de informações portugueses notícias relativas à infiltração de armamento através do Malawi e com destino não só à Zambézia e a Tete, como mesmo a Manica e Sofala, em cujo transporte colaborariam ministros malawianos que estavam em ruptura com o dr.Banda.<sup>44</sup>

Se bem que não esteja totalmente claro, deve ter havido uma certa aproximação entre a FRELIMO e os ministros dissidentes:<sup>45</sup> surgem indicações de que os homens do contingente de Chipembere estariam a ser treinados na Tanzânia, assim como de encontros frequentes de Chipembere e Chiúme com o presidente da FRELIMO, dr.Eduardo Mondlane, visando colaboração mútua.<sup>46</sup> É lógico supor, por exemplo, que a ambos convinha, no geral, a mesma estratégia militar no terreno: cortar a ligação ferroviária entre o Malawi e a Beira, afectando o fundamento económico da aproximação entre os dois países. Para Chipembere, tratava-se de debilitar a posição do dr.Banda, cortando-lhe o acesso ao mar. Para a FRELIMO era, além

de afectar o governo colonial, a quem convinha essa ligação sob todas as perspectivas, dar ao dr.Banda cada vez menos motivos para uma aproximação com Portugal.<sup>47</sup>

De facto, a crise do gabinete do Malawi, culminando em Janeiro de 1965 com a rebelião armada de Chipembere, vai colocar o problema da presença da FRELIMO no Malawi de uma forma totalmente nova. Em Setembro de 1964 fora desenadada a luta armada em Moçambique. Simultaneamente, como seria de esperar, é uma altura em que a FRELIMO intensifica o transporte de armamento através do Malawi. Para o dr.Banda e para as autoridades do Malawi torna-se cada vez mais difícil saber de quem era o armamento que, de vez em quando, era apreendido. Mais do que ter de justificar a presença da FRELIMO aos portugueses, tratava-se agora de um problema de segurança nacional do Malawi. De cada vez que era apreendido armamento à FRELIMO surgia a suspeita entre as autoridades malaianas - suspeita que, aliás, sistematicamente comunicavam às autoridades coloniais portuguesas - que se tratava, de facto, de armamento destinado a derrubar o governo do dr.Banda.<sup>48</sup> Além disso, as regiões onde mais frequentemente era detectado material da FRELIMO, nomeadamente Fort Johnston no oriente, Chiromo no sul, e Mwanza, no ocidente, coincidiam com as áreas onde Chipembere tinha mais implantação e apoio popular.<sup>49</sup>

Como seria de esperar, as autoridades policiais e de segurança do Malawi começaram a apertar a vigilância sobre a organização, nomeadamente em relação à questão dos refugiados e do armamento. Os refugiados que aderiam à FRELIMO tinham que ficar em campo próprio, responsabilizando-se a FRELIMO pelos seus actos, e eram pressionados a deixar o país rumo à Tanzânia.<sup>50</sup> Os combatentes localizados no Malawi, em trânsito para o interior, eram obrigados a recuar para a Tanzânia<sup>51</sup> e aqueles que fossem detectados na posse de armamento eram detidos e aquele confiscado.<sup>52</sup>

Criou-se, portanto, um quadro no qual a FRELIMO podia permanecer no Malawi, intervir, de certa maneira, junto dos refugiados, mas de forma alguma trabalhar para desencadear a luta junto às fronteiras. Todo o armamento e guerrilheiros tinham que transitar clandestinamente, com os riscos inerentes se fossem detectados pelas autoridades malaianas.

Todavia, a FRELIMO não era a única organização a tentar penetrar e estabelecer-se no Malawi. Referimos já a UNAMI e as suas vantagens no início: bom conhecimento das regiões fronteiriças

dá Angónia e Moatize, e apoio do dr.Banda. Além dela, outras pequenas organizações, formadas sobretudo por elementos que haviam recusado a unidade a seguir ao Iº Congresso da FRELIMO, procuravam implantar-se no terreno, quer na Zâmbia quer no Malawi, correndo contra o tempo para surgir aos olhos das organizações internacionais e dos governos africanos como movimentos de luta actuando em Moçambique. Típico deste tipo de actuação é o ataque efectuado contra a secretaria do posto administrativo do Chire, na circunscrição da Morrumbala, distrito da Zambézia, já muito próximo do distrito de Tete, em 30 de Março de 1964. Levado a cabo, presumivelmente, pelo comandante Zodíaco Monomotapa, do ELINAMO, braço armado da "nova" UDENAMO, não terá passado de uma pequena troca de tiros entre dois atacantes e o pessoal da administração, embora o secretário-geral da "nova" UDENAMO, Calvino Mahlayeye, o tivesse descrito como uma "batalha vitoriosa". Fazendo a análise do acontecimento, o Governo Distrital de Tete afirmava que este triunfalismo se destinaria a impressionar o Comité dos Nove da OUA, para que este deixasse de apoiar exclusivamente a FRELIMO e apoiasse também a FUNIPAMO, organização que congregava a UDENAMO e outros pequenos agrupamentos.<sup>53</sup> Esta "nova" UDENAMO, União Democrática Nacional do Monomotapa, liderada por Adelino Gwambe, tinha a sua base no Quénia e procurava estabelecer-se quer no Malawi quer na Zâmbia, país este onde se localizava já uma "outra" UDENAMO, de Paulo Gumane. Gwambe, que estava impedido de entrar na Tanzânia pela sua actuação fraccionista, afirmava repetidamente, nos finais de 1964, a intenção de restruturar o seu "exército", o ELINAMO, dotando-o de um comando supremo cujo quartel-general seria localizado no interior do próprio território moçambicano, com vista a incrementar acções armadas contra o poder colonial.<sup>54</sup> Solicitado várias vezes por Chipembere, o ex-ministro do Malawi, no sentido de coordenarem acções, nomeadamente para o ataque à linha férrea Beira-Blantyre, que isolaria o Malawi do mar, assim como para diversos assaltos aos barcos de carreira do rio Zambeze, Gwambe esquivava-se deste tipo de acções, temendo represálias das autoridades portuguesas. Este plano estaria, aliás, presumivelmente integrado num plano mais vasto do qual fazia parte um ataque simultâneo contra a linha férrea entre Lobito e Teixeira de Sousa, em Angola, destinado a atrair a atenção internacional para um novo agrupamento liderado por Jonas Savimbi naquela região.<sup>55</sup>

Sem implantação no interior, com um número diminuto de aderentes vivendo de pequenos expedientes e manobras políticas, estas pequenas organizações agruparam-se, em meados de 1965, em torno do COREMO, Comité Revolucionário de Moçambique, que a partir da Zâmbia operou, no ano seguinte, sobretudo na zona noroeste de Tete. Aí, de facto, realizou inúmeras operações, algumas delas espectaculares, lançando a apreensão nas autoridades do distrito. Acções, todavia, que tinham em comum o facto de serem realizadas perto da fronteira (no máximo em locais à distância de uma ida e volta a pé, de forma a que a base estivesse sempre localizada fora do território do distrito) e de evitarem o contacto com as populações.<sup>56</sup>

Todavia, e apesar de várias tentativas, o COREMO nunca conseguiu uma implantação significativa no Malawi por razões que não são muito claras. Uma delas terá sido, provavelmente, o facto de a República Popular da China ser o principal financiador do movimento, país em relação ao qual eram conhecidas as reservas do dr. Banda.

Entretanto, e apesar das limitações apontadas, sucedem-se as informações sobre a movimentação de guerrilheiros da FRELIMO e a construção de depósitos de armamento, assim como sobre a realização de reuniões clandestinas, às quais acorriam muitos populares provenientes de Moçambique.<sup>57</sup> Na faixa fronteiriça que ia do posto administrativo do Zóbuè, passando por toda a Mutarara, até à Morrumbala, já na Zambézia, e subindo através desta até ao Niassa, a FRELIMO consegue uma penetração cada vez mais profunda. Na região do Sinjal, Mutarara, é apreendido diverso material de guerra e localizados guerrilheiros a 15 quilómetros da fronteira, no interior do território.<sup>58</sup> Na zona do rio Chire, entre a Mutarara e Morrumbala, são referenciados mais guerrilheiros.<sup>59</sup> Na Mutarara, nos finais do ano de 1964, a situação é quase pré-insurreccional, na perspectiva das autoridades portuguesas. Um relatório sobre a segurança de Goma dá bem a idéia, na perspectiva colonial, do clima vivido e da profundidade do trabalho revolucionário:

"(...) Grande parte da região acusa uma forte impregnação doutrinária como resultado principalmente de dois factores: a infiltração constante e segura de agentes subversivos actuando pela intimidação, regra geral, e a carência de apoio e protecção às populações intimidadas. A deserção de dois povoados com os seus chefes, o insólito comportamento de outros e a atmosfera de tensão e expectativa que por todo o lado se respira, levam a concluir que a intensa propaganda revolucionária, a par de toda a espécie de pressões, se exprime pela adesão

activa ou passiva da maior parte da população nativa aos propósitos dos activistas estrangeiros. (...) De prever ainda, e suportar-lhe os efeitos, o silêncio e a frieza das populações sempre que abordadas sobre a actuação dos propagandistas ou com a resposta invariável de que nada sabem. Uma neutralidade, portanto, sempre que não se trate de opção pela força contrária".<sup>60</sup>

É neste clima que em 23 de Dezembro de 1964 tem lugar a primeira acção armada. Cerca das zero horas, a sede do posto de Charre é atacada por rajadas de metralhadora.<sup>61</sup> O contingente atacante era constituído por cerca de quinze pessoas chefiadas por Casal Ribeiro e integrando o régulo Mândua, acompanhado por um cabo-de-terra e cerca de dez combatentes armados de catanas. Depois de terem disparado várias rajadas contra o edifício da sede do posto administrativo, foram obrigados a recuar. O régulo refressou à regedoria com a sua gente, e os guerrilheiros ao Malawi.<sup>62</sup>

Entretanto no Zóbuè, Moatize, tinha lugar um trabalho intenso de preparação e mobilização para o desencadeamento de acções armadas.

#### **4. Zóbuè: Exemplo do Trabalho Clandestino de Preparação da Luta Armada**

Em Novembro de 1964, Celestino de Sousa, militante da FRELIMO ligado ao Comité Regional de Blantyre, deslocou-se a Lusaka, na Zâmbia, onde Mariano Matsinhe, representante da FRELIMO na Zâmbia e adjunto do Departamento de Organização do Interior, lhe terá dado indicações sobre o início do trabalho clandestino na região do posto administrativo do Zóbuè. Celestino de Sousa tinha a seu cargo a fronteira que ia da Angónia até ao princípio da circunscrição da Mutarara, uma área que abrangia o concelho de Moatize, com os postos administrativos da sede, Zóbuè e Caldas Xavier, e o concelho de Tete. Alí, e com base no *branch* de Mwanza, cidade malawiana relativamente próxima da fronteira com o Zóbuè, deveria estabelecer uma rede clandestina de militantes.

Para tal Celestino de Sousa, nos primeiros meses de 1965, estava já a trabalhar com alguns indivíduos residentes no Zóbuè, sobretudo com Mateus Cerejo, Rabissone Chinhanda e Fernando Lopes. O primeiro havia trabalhado com a UNAMI, o segundo estava ligado à administração do posto e o terceiro, camionista, ainda muito jovem havia sido um grande impulsionador das idéias do Malawi

Congress Party em Moatize. O trabalho começou - como relata o próprio Celestino de Sousa - pela venda de cartões, tal como em inúmeras outras regiões do norte do país:

"Quem tivesse cartão da FRELIMO é que se podia considerar membro da FRELIMO. Quem não tivesse, tinhamos medo de o abordar. E como é que se chegava a dar cartão a um moçambicano que estivesse aqui dentro? Primeiro organizava-se o elemento: 'a nossa preocupação é esta, combatemos isto. Nome da FRELIMO. A FRELIMO tem este objectivo, quer libertar o país e aquela coisa toda'. Para isso queria-se saber se a pessoa queria ser livre ou não queria ser livre. Sem dúvida que dizia que queria Moçambique livre, independente. E, portanto, para garantia que aquele elemento podia ser realmente da FRELIMO, então mostravamo o cartão: 'Oh pá, temos aqui este cartão para ver se você pode ser membro da FRELIMO. Todo o membro da FRELIMO tem que possuir um cartão destes. Nesse cartão está escrito o nome, a idade e essa coisa toda'. O sujeito pegava naquilo, preenchia e ficava com ele. É claro, não usava no bolso como se fosse um bilhete de identidade. Tinha que procurar um sítio onde escondê-lo. Para, em qualquer eventualidade, não ser visto com o cartão. Este elemento, por sua vez, tinha que arranjar um amigo: 'Oh pá, eu fui contactado por um senhor que me falou da FRELIMO e disto e daquilo'. Sem dúvida que a outra pessoa também devia concordar. Coiso entre eles se conheciam, o outro dizia: 'Eu também posso ser membro da FRELIMO'. Então, passava-lhe também o cartão e esse, por sua vez, contactava também um amigo com o qual pudesse falar sobre a FRELIMO sein o outro o levar à PIDE ou ao cípao. E assim sucessivamente".<sup>63</sup>

Tal, também, como em muitas outras regiões, o objectivo era, com essa rede de militantes, sensibilizar as populações em geral e acolher os guerrilheiros que viriam, apoiando-os no desencadeamento da luta, escolhendo eventualmente locais para abrigo e depósito de armamento e alimentação.

O primeiro contacto de Celestino de Sousa no Zóbuè teve lugar em 28 de Fevereiro de 1965. Com ele trazia, para além de cartões da FRELIMO para distribuir, diverso material de propaganda como sejam um Boletim Informativo, um Boletim do Iº Congresso da FRELIMO, um cartaz com as fotografias dos dirigentes e a bandeira da FRELIMO impressa em papel, a cores.<sup>64</sup> Trazia também a preocupação urgente de arranjar um bom local onde estabelecer um depósito de armamento pois as autoridades policiais do Malawi, vigilantes, tinham acabado de localizar e apreender um depósito de armamento da FRELIMO na serra de Nancudué, nos arredores de Mwanza.<sup>65</sup> Tais acções - o estabelecimento de um *branch* no interior e de um depósito de armamento - destinar-se-iam a criar as condições

para a primeira acção armada, que visaria o ataque e destruição de algumas das inúmeras pontes da região, sobretudo no rio Revúbuè, tendo por fim isolar o Zóbuè de Moatize e Tete.<sup>66</sup>

Durante os meses seguintes Celestino de Sousa desenvolve este tipo de trabalho. Introduz diverso tipo de propaganda: Estatutos e Programa da Frente, exemplares do Boletim Nacional, do Boletim Informativo e do Mozambique Revolution, além de cartões, tentando alargar a sua distribuição a Moatize e à cidade de Tete. Aqui, para além da distribuição "normal", a propaganda deveria ser espalhada pelas ruas durante a noite para agitar e criar instabilidade.<sup>67</sup>

No princípio do mês de Abril são introduzidos os primeiros guerrilheiros na área do Zóbuè, procurando explorar a região e sondar possibilidades de intervenção.<sup>68</sup> Porém, tendo adoecido um dos elementos, são obrigados a regressar ao Malawi de onde, perseguidos pelas autoridades daquele país, que actuavam perfeitamente articuladas com as autoridades administrativas portuguesas, são obrigados a regressar a Moçambique e, após várias peripécias, a fugir para o norte.<sup>69</sup>

Acções deste tipo, pelo seu carácter prematuro, dificilmente poderiam ter sucesso. Por um lado, não tinham ainda uma base de apoio popular suficientemente sólida, dado o número bastante limitado de militantes ou aderentes. O sistema atrás apontado de conquista de militantes, no qual apenas se contactavam quatro ou cinco elementos que, por sua vez, contactavam outros e assim por diante, se bem que com a vantagem de resistir melhor às infiltrações da PIDE e da administração, tornava contudo difícil a comunicação entre os apoiantes e deixava os guerrilheiros quase que entregues a si próprios. Por outro lado, a atitude do Malawi, quer perseguindo os guerrilheiros e apreendendo-lhes o armamento, quer colaborando estreitamente com as autoridades coloniais na detecção e perseguição, seixava os guerrilheiros em posição assaz desvantajosa, tornando praticamente impossíveis acções deste tipo.

De qualquer maneira, esta perspectiva de desenvolvimento do trabalho da FRELIMO na região persistiu durante algum tempo. Nos meses de Abril e Maio circulava consistentemente a notícia que estavam em preparação ataques de grande envergadura a Zóbuè e à cidade de Tete. O único obstáculo estaria no atraso da chegada do armamento dada a falta de colaboração das autoridades do Malawi, mas o início das operações não passaria de Junho ou Julho.<sup>70</sup> Após a autorização do Ddr. Banda para a passagem do armamento através do território do

Malawi haveria, inclusivamente, vários processos de penetração daquele em Moçambique. De facto, ele poderia passar "normalmente" pela fronteira do Zóbuè, nos vários camiões de mercadorias que circulavam pela estrada internacional, em contentores fechados com os selos falsificados, dado o hábito de não serem abertos pelas autoridades fiscais quando convencionalmente selados pelas firmas transportadoras, ou então através da nova picada Mwanza-Tambani, acabada de abrir no Malawi e que permitia a penetração de viaturas por outro local da fronteira sem ser o posto fiscal do Zóbuè.<sup>71</sup>

Todavia, nunca se chegaram a realizar operações de tal envergadura. O plano de ataque ao Zóbuè, que até então circulava insistente, parece ter sido posto de parte dada a dificuldade de movimentação no Malawi.<sup>72</sup>

Um outro factor a frear o ímpeto inicial do trabalho clandestino no interior foi, seguramente, a reacção das autoridades coloniais. Avisadas desde cedo, seguindo de perto a evolução política do Malawi e beneficiando, no trabalho de informação, da colaboração das autoridades daquele país, logo começaram a detectar áreas de possível infiltração assim como medidas para impermeabilizar o território e as populações face à investida das forças nacionalistas. A nível local do posto administrativo do Zóbuè, a eficácia do trabalho de contra-informação é demonstrada pelo facto do administrador do posto, Virgílio Martins de Oliveira, logo de início, ter localizado e infiltrado a rede montada pela FRELIMO. Com efeito, logo desde Fevereiro de 1965 o administrador começou a receber informações sobre todos os movimentos de Celestino de Sousa na área, acompanhando de perto todo o trabalho de desenvolvimento do branch.<sup>73</sup>

Para além da actividade dos informadores, fixos e itinerantes, por conta da PIDE, da administração ou outros organismos, desenvolvem-se diversas actividades no âmbito da informação. A PIDE "lança-se" na região com grande preponderância: em princípio ela é que devia interrogar e investigar todos os suspeitos de acções subversivas ou, na impossibilidade de tal, ela deveria tomar conhecimento e dar orientações sobre todas as actividades deste tipo levadas a cabo pela administração.<sup>74</sup>

Por outro lado procura-se, numa perspectiva mais vasta, fazer uma espécie de enquadramento sociológico da região, tendo em vista o controlo da população e o combate à chamada subversão. Sucedem-se os questionários enviados pelos Serviços de Centralização e

Coordenação de Informações às administrações, procurando a recolha de elementos desta natureza. Um deles, particularmente esclarecedor, recomenda a colheita de todos os elementos tendentes a facilitar o controlo e manipulação das populações porque, na sua perspectiva,

"a luta que se processa entre a Ordem e a Subversão é fundamentalmente uma luta pela obtenção da adesão das populações, pelo seu comandamento, e o seu resultado depende mais do conhecimento que se tiver destas, e da movimentação que se promova, que da simples aplicação da força".

Nesse contexto, é atribuída grande prioridade ao estudo da regedoria:

"o papel atribuído, na prática, às autoridades tradicionais - intermediárias entre a administração e as populações nativas - concede, na conjuntura actual, relevância à colheita de elementos que permitem avaliá-las e controlá-las".<sup>75</sup>

Não se tratava apenas de uma perspectiva de recolha de informações, como afirmavam, mas de intervenção prática. As brigadas da OPV desenvolvem trabalho nas regedorias, procurando concretizar na prática o conceito de auto-defesa, palavra pública que, nos documentos confidenciais, se traduzia na chamada manipulação e comandamento das populações.

Nos centros de desenvolvimento económico, com grande concentração de colonos, a OPV desenvolve acções tendentes a prepará-los para qualquer emergência, no quadro da chamada auto-defesa.<sup>76</sup> Na Companhia Carbonífera de Moatize, na Companhia do Urânio do Mavuzi, nos caminhos-de-ferro, nas principais localidades, são estabelecidos planos de defesa de emergência. Na Companhia Carbonífera de Moatize, por exemplo, com perto de mil trabalhadores,<sup>77</sup> o plano de defesa é acelerado nos finais de 1964 face a um estado de preocupação crescente em que as autoridades administrativas previam a eventualidade de

"levantamentos dos trabalhadores das minas e dos caminhos de ferro; actos de sabotagem em instalações ferroviárias e mineiras; assaltos aos paióis da companhia mineira, guardados apenas por elementos autóctones, onde se procurariam obter os explosivos de que se carecia; corte de comunicação; actos de terrorismo localizado na vila [de Moatize] para especulação de efeitos psicológicos e políticos".<sup>78</sup>

Para além dos centros de desenvolvimento, particularmente vulneráveis, são definidas outras "áreas" a ser analisadas mais detalhadamente, passíveis de infiltração e sabotagem. Uma dessas áreas que as autoridades coloniais começaram a vigiar mais de perto, devido ao então chamado "estado de espírito das populações", dizia respeito à cultura do algodão. Esta havia sido introduzida na zona de forma sistemática pelo Estado colonial, no ano de 1961, provocando reacções fortemente negativas por parte dos camponeses, devendo-se isso, segundo as próprias autoridades administrativas, ao facto dos camponeses saberem que nos territórios estrangeiros vizinhos o preço era muito mais compensador, à instabilidade climática que condicionava negativamente a produção em terras relativamente pobres, e à propaganda contrária à cultura que então fazia o Malawi Congress Party.<sup>79</sup> Nos anos que se seguiram a situação tinha-se agravado e sucediam-se os incidentes entre os capatazes do Instituto do Algodão e as autoridades tradicionais. Na povoação Buluaio do posto-sede de Moatize, por exemplo, Mirião Chacala, o seu chefe, após ter reunido as populações em *banja*, distribuiu milho e algodão por algumas galinhas. Após todos terem constatado que as galinhas se dirigiam para o milho, ignorando as sementes de algodão, ele afirmou: "creio que as galinhas são mais inteligentes que vocês, porquanto souberam escolher, entre o milho e o algodão, o que lhes trará mais vantagens". As populações apoiaram então o chefe e ali mesmo começaram a devolver os cartões do algodão.<sup>80</sup> Na regedoria Chacala, o ajudante do régulo instigara já abertamente a população a não cultivar algodão.<sup>81</sup> Durante o ano de 1965 a maioria dos camponeses de Capirizanje, no Zóbuè, negou-se igualmente a cultivar algodão, enfrentando directamente o capataz do Instituto do Algodão.<sup>82</sup>

Entretanto, como já foi referido, a colaboração das autoridades malawianas constituiu, talvez, a maior vantagem das autoridades coloniais no aspecto operacional do seu combate contra as forças nacionalistas que se procuravam estabelecer na região. Esse aspecto tomou particular relevância nos primeiros meses do ano de 1965, após a rebelião chefiada pelo ex-ministro Chipembere. Ao longo da fronteira do Zóbuè nunca se tornava claro se os guerrilheiros assinalados de um ou de outro lado da fronteira eram partidários dos ministros rebeldes do Malawi ou, então, da FRELIMO. Se em relação aos guerrilheiros moçambicanos já foi explicada a necessidade que tinham de utilizar o território malawiano como base de apoio para a

sua actuação, também os chamados rebeldes do Malawi frequentemente utilizavam diversas zonas de Caldas Xavier e do Zóbuè como pontos de passagem para se voltarem a infiltrar no seu território de actuação.<sup>83</sup> Daí que a colaboração entre as autoridades coloniais e malawianas, neste âmbito, mais do que dependendo da vontade política, tornava-se uma necessidade para poderem controlar os territórios de ambos os lados da fronteira.

Neste contexto, os objectivos militares para os quais os militantes do interior preparavam as condições começaram a ser mais modestos e realistas, a partir da segunda metade do ano de 1965, caracterizados sobretudo pela tentativa de destruição de algumas das pequenas pontes existentes entre o Zóbuè e a sede, em Moatize, com o fim de dificultarem a circulação e as comunicações.<sup>84</sup>

Por outro lado, começa-se também a insistir mais em trabalho de outro tipo que não o das acções militares imediatas, ou seja, no aprofundamento e solidificação da rede de militantes no interior e no aumento do recrutamento de jovens da região para irem para a Tanzânia engrossar as fileiras da guerrilha.

O Seminário do Zóbuè, católico, foi um dos locais onde a FRELIMO, durante os anos de 1965 e 1966, conseguiu uma boa implantação através de um dos padres, o reverendo André de Belge, de nacionalidade belga. Graças a essa ligação muitos jovens seminaristas foram recrutados para seguir para a Tanzânia, e dali a FRELIMO recebeu muito apoio em material escolar e literatura. Porém, as autoridades coloniais começaram a suspeitar do desaparecimento dos jovens e a seguir de perto as actividades do seminário. Com a substituição dos padres estrangeiros por padres portugueses, e com a introdução de grandes medidas de controlo dos alunos, a ligação ficou comprometida.<sup>85</sup>

Entretanto, com Celestino de Sousa localizado pelas autoridades, o trabalho passou a ser conduzido por outros elementos como Mateus Cerejo, Augusto Isaías do Vale, Fernando Lopes e outros, que procuravam actuar mais para o interior, nomeadamente na Companhia Carbonífera.<sup>86</sup> Em Agosto de 1965 noticiava-se que Mateus Cerejo recrutava mensalmente uma média de 50 a 60 homens para a luta.<sup>87</sup>

Em Novembro desse ano Fernando Lopes e Augusto do Vale são presos pela PIDE.<sup>88</sup> As dificuldades representadas pela atitude do Malawi, associadas à repressão exercida pelas autoridades coloniais, acentuavam a fragilidade da rede da FRELIMO no interior de

Moatize. Apesar de, durante o ano de 1966, se terem mantido diversas tentativas de intervenção no território, o que é certo é que a actividade geral se ia atenuando. Progressivamente, o eixo da acção em Tete ia-se transferindo para zonas não vizinhas do Malawi, sobretudo para o Zumbo, Marávia e Macanga.

### 5. O "Encerramento" da Primeira Frente de Tete

Inegavelmente que os anos de 1966 e 1967 constituiram anos de recuo da presença da FRELIMO nos concelhos de Moatize e Mutarara, do antigo distrito de Tete. Para isso concorreram várias razões das quais sobressaem, sem dúvida, o papel desempenhado pelas autoridades do Malawi, a fragilidade da implantação da FRELIMO naqueles territórios, apesar do grande esforço de penetração, e, igualmente, a contra-ofensiva empreendida pelas autoridades coloniais daquele distrito, entre outras.

Essa contra-ofensiva, ou melhor, essa procura de meios para manter a velha ordem colonial face à intensificação das acções nacionalistas, foi empreendida em diversas áreas, nomeadamente no aperfeiçoamento dos serviços de informações, no incremento da presença policial e militar nas chamadas zonas críticas, mas um aspecto que importa talvez realçar relaciona-se com as medidas decorrentes de uma nova forma de encarar a população.

Essa nova perspectiva, assinalada anteriormente mas ganhando grande impulso e divulgação a partir de 1966 no seio das forças administrativas coloniais, tinha a sua raiz profunda na convicção que, no tipo de confrontação em presença, a população constituía factor decisivo de sucesso. Em Abril de 1966, dirigindo-se a todos os administradores de concelho e circunscrição do distrito de Tete, afirmava o governador:

"(...) o factor essencial da guerra subversiva é a população e eu já tive ocasião de aqui vos dizer que enquanto na guerra convencional os militares pensavam em termos de terreno, hoje em dia, na guerra subversiva, o terreno perde a sua validade e passa a valer somente a sua população. A população é pois o objectivo da guerra subversiva, essa visa a conquista da população e nós podemos dizer, sem errar, que aquele de dois partidos que estiver em luta e tiver a população do seu lado, será esse a ganhar a guerra".<sup>89</sup>

Esta situação não significou, de forma alguma, a implementação de uma forma mais humanista de encarar a população mas antes o desenvolvimento da idéia que, satisfazendo alguns requisitos, utilizando certos recursos e técnicas, edificando certas aparências, seria possível conduzir as populações para o campo das forças coloniais no cenário do confronto. As populações não mais poderiam constituir meros espectadores ou simples "paisagem" porque com isso o poder corria o risco de as ver progressivamente passar para o lado das forças nacionalistas. Tratava-se, pois, de as manipular fazendo recurso a certas técnicas, para as levar a assumir a ordem colonial e, mais do que isso, a defendê-la.<sup>90</sup>

Esta estratégia vai fazer recurso, reactivando-os, a conceitos como os de comando, adesão e accionamento de populações,<sup>91</sup> todos eles relacionados com técnicas de, através da manipulação e da persuasão, conduzir as populações para a órbita colonial, levando-as a defender activamente o poder instituído.

Decorrendo concretamente dela assiste-se, durante esse período, ao desenvolvimento de investigações práticas de índole antropológica,<sup>92</sup> da chamada acção psicológica e, particularmente nos concelhos de Moatize e Mutarara, a realização de uma série de operações militares muito específicas, integrando todo o tipo de forças coloniais e também, principalmente, as populações da área enquadradas pelos seus chefes "tradicionais", dentro dos princípios acima apontados.

O desenvolvimento desta nova "atitude antropológica", estimulado sobretudo a nível dos administradores de posto - nível crucial para o controlo das populações - e implicado por aquela perspectiva, não era completamente novo, como vimos. De facto, já anteriormente, em 1962 e nos anos seguintes, se assinala a existência de inquéritos que os administradores trimestralmente tinham que preencher dando conta das actividades que haviam desenvolvido no âmbito de temas específicos da acção psicossocial, nomeadamente festivais de natureza popular, sessões culturais, sessões de cinema, festas escolares, assistência a necessitados, visitas às terras, regimes de trabalho injustos e ilegais, processos viciosos de aquisição de produtos da lavra indígena, contra-propaganda, e outros. Todavia, tratava-se então mais de aparências e de intenções do que de processos efectivos de "conhecer melhor" a população e pôr em marcha, sobre ela, a acção psicossocial. A falta de meios e de sensibilidade para este tipo de trabalho levava a que a maior parte dos

temas dos inquéritos permanecesse em branco por não ter sido realizado qualquer trabalho nesse âmbito. Dizia o administrador de Moatize, nos princípios de 1963:

"O maior óbice ao desenvolvimento desta campanha [de "elevação da população nativa" - acção psicossocial] é indubitavelmente a falta de meios. Sem eles, aquilo que aparentemente só representa excesso de trabalho, não raras vezes se transforma num dispêndio a custear por fundos próprios. A disparidade em que os serviços de administração civil se encontram com os serviços militares, por exemplo, mingua consideravelmente a nossa posição e pode mesmo destruir o nosso prestígio. Isso nos leva aindicar, uma vez mais, como única sugestão, a atribuição de um mínimo de fundos para se poder trabalhar".<sup>93</sup>

Reactivado anos depois, este trabalho tinha em consideração a larga vantagem das forças nacionalistas em relação à população, movendo-se nela "como o peixe na água". Retirando estes princípios da leitura de Lenine e Mao Tse-tung,<sup>94</sup> os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações afirmavam:

"No caso particular da Província, o inimigo pode contar com uma facilidade generalizada que lhe advém da sua própria identificação cultural e rácica com o meio; a enorme desvantagem em que tal facto imediatamente nos coloca exige a não menos grande e imprescindível tarefa da aquisição de um conhecimento adequado das já referidas estruturas e forças, bem como a consequente e rápida difusão daquele, para se enfrentar o adversário. Do grau de 'qualidade' a conferir à nossa acção, tem-se a noção quando se constatam os progressos que a subversão tem logrado atingir na Província; na verdade, podem os seus dirigentes afirmar que, pelo menos nas linhas essenciais, o programa subversivo vem sendo cumprido".<sup>95</sup>

Nesta mesma linha de acção, é estimulado um novo tipo de relação entre as autoridades administrativas dos postos e as autoridades tradicionais, nomeadamente com a prática da visita dos administradores às regedorias, em vez de se convocarem simplesmente os régulos às sedes dos postos, visando fortalecer a autoridade dos régulos "fiéis" junto da população e, também, assegurar que as orientações chegassem sem interferências às populações.

Publica-se, nesta altura, uma carta étnica do distrito, bastante detalhada,<sup>96</sup> sucedem-se os pedidos de investigação sobre diversos grupos étnicos, visando "conhecer e controlar a sua extensão, a sua subordinação a chefes exilados ou fugidos, a sua ligação efectiva à subversão, a sua extensão territorial e numérica, a sua influência nos

povos vizinhos, o seu grau de desenvolvimento social, etc.<sup>97</sup> As orientações transmitidas pelo governador do distrito aos administradores, são claras:

"(...) Cada um de nós, dentro da área que tem à sua responsabilidade, tem que conhecer as populações que lhe estão entregues, e sabendo nós que a maioria das populações vive ainda em estado atrasado, agarrada às suas tradições tribais, o conhecimento dessas regras de vida é indispensável para que nós possamos antecipadamente encontrar a explicação para determinadas atitudes que as populações tomam. Impõe-se, portanto, que cada um de nós conheça profundamente as populações das respectivas áreas, as suas etnias, as forças que agem no seu seio e as leis que regem a sua vida. (...) Existem, portanto, no seio das populações, forças que puxam em sentidos diversos que nos importa acima de tudo conhecer porque só com o conhecimento perfeito de quais são estas forças e para onde se dirigem nos será permitido amanhã manobrar ou dar mais força a um sector e criar, por assim dizer, um conflito, se isso nos viesse a interessar (...)".<sup>98</sup>

Todavia, não se tratava apenas de recolher essas informações e produzir esse conhecimento, mas também, fiéis ao princípio, de os aplicar, quer do ponto de vista socio-psicológico, quer militar.

Em 25 de Janeiro de 1967, um despacho do governador geral criaria o GIFOP, Gabinete de Informação e Formação da Opinião Pública, presidido pelo secretário geral e integrando o director dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, o sub-director da PIDE e um delegado do gabinete do comando-chefe das forças armadas. Tinha por funções "o estudo e determinação dos métodos e sistemas de propaganda e contra-propaganda com vista a se accionar ou promover o accionamento da informação e formação da opinião pública no sector da contra-subversão".<sup>99</sup> O GIFOP estimula os distritos a criar localmente centros informativos, locais de afixação de painéis onde, através de cartazes, fotografias, etc., se procurava a propaganda do regime assim como denegrir o combate das forças nacionalistas.<sup>100</sup> Com o desenvolvimento da guerrilha, as imagens expostas tendem cada vez mais a mostrar guerrilheiros capturados em que "sempre que possível as fotos devem ser preparadas, evidenciando o bom aspecto físico actual e expressando alegria de viver".<sup>101</sup>

Igualmente no quadro de operações psicológicas montadas, uma prioridade particular é concedida à rádio como meio de propaganda. Em Junho de 1967, o programa radiofónico da *Voz de Moçambique* era emitido directamente em Changane, Ronga, Macua,

Chuabo, Ajaua, Nianja, Swahili, e bissemanalmente em Meto, procurando cobrir a província e territórios vizinhos. As autoridades administrativas locais participavam na elaboração dos programas enviando "temas de interesse", indicações sobre horários regionais adequados e diversas outras sugestões.<sup>102</sup> Da mesma forma, as autoridades locais enviavam material para a elaboração de filmes de propaganda, nomeadamente "entrevistas, depoimentos e descrições *previamente preparados* de modo a que se diga o que for de interesse e da forma mais conveniente".<sup>103</sup>

Estas actividades, apesar da importância com que eram encaradas, tiveram um impulso tardio talvez pelo facto de serem controladas centralmente a nível da província, implicando um grande esforço de coordenação, e de exigirem a movimentação de grandes verbas e de pessoal especializado. A COCAP, Comissão de Coordenação da Ação Psicológica, órgão distrital dirigido pelo governador e integrando as forças armadas, serviços públicos, SCCIM e PIDE, foi criada apenas em meados de 1968.<sup>104</sup>

Igualmente, o projecto dos aldeamentos, destinado a impedir a ligação entre os guerrilheiros e a população, só em finais de 1968 e 1969 é que começou a tomar forma concreta, talvez pelas mesmas razões, exigindo grandes verbas, quadros especializados e uma grande movimentação de populações, apesar de ter sido proposto muito antes como medida de antecipação, e apesar de estar em execução desde há algum tempo em Cabo Delgado.<sup>105</sup>

Medidas que eram postas em prática, portanto, quando a acção militar da FRELIMO já se fazia sentir por todo o norte do distrito como grande fogueira ateada, já em 1969.

Mais eficazes terão sido as operações militares integradas, atrás referidas, partindo do mesmo princípio de "comandamento, conquista da adesão e accionamento das populações". Este tipo de operações não era novo e tinha sido posto em prática na Zambézia e sul do Niassa, particularmente no concelho de Mecanhecas, entre Janeiro e Junho de 1966. Aliás, o governador de Tete, quando discutia a forma de as pôr em prática, tecia particulares elogios ao governador da Zambézia por, desde cedo, ter encarado esta como uma solução para o combate contra a penetração dos guerrilheiros.<sup>106</sup>

Em Tete, elas foram realizadas sobretudo no concelho da Mutarara, particularmente estratégico por ser atravessado pela linha de caminho-de-ferro, por constituir um corredor natural de penetração para o centro,<sup>107</sup> e onde se sentia uma forte presença da FRELIMO.

O seu impulsionador foi o administrador do concelho que dizia, na sua apresentação aos restantes administradores:

"A melhor forma de conhecer as terras e as gentes é percorrê-las a pé, atingindo os recantos mais afastados em pequenas operações de reconhecimento. Já algumas realizámos, numa conjunção de meios da administração, Polícia de Segurança Pública, OPV, exército e populações nativas (...). Falei aos régulos, combinando com eles o ajuntamento das populações. Uma vez reunidas, fiz-lhes ver a utilidade das batidas com o fim da sua própria segurança. Uma semana ou menos é suficiente para a preparação de uma batida. Os resultados dependem da surpresa da batida. Um destes resultados é o comprometimento das populações; outro é o da intensificação do seu convívio connosco, o que nos permite observá-las de perto. Na primeira batida, a título de experiência, reunimos 30 homens; na segunda 300. A finalidade desta grande concentração era impressionarmos os indivíduos afectos à subversão".<sup>108</sup>

De facto, entre Junho de 1966 e Março de 1967, foram realizadas pelo menos seis grandes operações deste tipo só na Mutarara, portanto uma média de uma em cada 45 dias, conforme o seguinte quadro:<sup>109</sup>

<i>Operações</i>	<i>Data</i>	<i>Efectivos*</i>	<i>População</i>	<i>Total</i>
Op.Goma-Doa	13/16 Jun	126	600	726
Op.Surpresa Nhapale	8/9 Ago	27	46	73
Op.Chire	Setembro			
Op.D/CX	13/20 Nov			
Op.Cavernas	19/20 Jan	54	40	94
Op.Ponta do Bico	6/11 Mar	85	222	307

\* Da administração, militares e paramilitares.

Apesar das particularidades de cada uma destas operações, nomeadamente no número de homens que as compunham ou na área específica a explorar, elas tinham muito em comum: para além da procura de guerrilheiros e armamento, todas elas consideravam como objectivo prioritário o accionamento das populações, a sua movimentação activa ao lado das forças coloniais, o convívio com estas, levando-as assim a comprometer-se perante a FRELIMO,

segundo a óptica dos seus mentores. Em geral, as populações faziam estas batidas com as suas azagaias, enquadradas pelos seus chefes de grupo de povoações, dirigidas por eles. As autoridades administrativas e militares coordenavam toda a movimentação e, por vezes, punham um ou dois soldados armados às ordens dos chefes de grupo, naquilo que era considerado um "artifício psicológico". No final das batidas tinha invariavelmente lugar a chamada confraternização com as populações, com a inevitável distribuição de cigarros e com vinho a rodos, "à sombra da bandeira de Portugal".

As batidas de massas da Mutarara, embora não enquadradas especificamente pelos Serviços de Ação Psicossocial, constituem talvez o melhor exemplo de ação psicossocial empreendido pelas forças coloniais em Tete, na primeira fase da guerra.

Todavia, apesar da contra-ofensiva colonial e das duras condições existentes no Malawi, a presença da FRELIMO não deixou de se fazer sentir em Moatize e na Mutarara no decorrer dos anos de 1966 e 1967, ameaçando permanentemente toda a área do Zóbuè, por onde passava a estrada internacional Blantyre-Tete-Salisbury, e o posto de Caldas Xavier além de, na generalidade, toda a Mutarara, atravessada pela linha de caminho-de-ferro.

Durante o ano de 1966, em Moatize, a FRELIMO procurou estabelecer-se sobretudo na serra Salambídua. Para além das vantagens de aquela ser localizada na fronteira, era praticamente inacessível em muitos pontos, com óptimas condições para o estabelecimento de bases. Além disso, encontrava-se muito próxima de Caldas Xavier e, portanto, da linha férrea, que passava assim a ficar directamente ameaçada naquele ponto.

Em Janeiro são localizados trinta combatentes naquela zona<sup>110</sup> e durante os meses seguintes são assinalados diversos militantes explorando a região. Mas é sobretudo nos finais do ano e no ano seguinte que essa presença se intensifica, nomeadamente com a conquista do apoio de algumas autoridades tradicionais da região do Vale das Serras, e com o envio de mais grupos de guerrilheiros em missões exploratórias, obrigando ao patrulhamento intenso da zona pela tropa colonial.<sup>111</sup>

No Zóbuè, por seu turno, durante o ano de 1966 as informações coloniais previam insistentemente o desencadear de conflitos armados para Setembro. A maioria dos régulos estava, como se dizia, "aliciada pela subversão", nomeadamente M'Boolá, Chimalizene e, mais para o interior, Mogunda, Catábua e

Cambuêmbua, além de outros do posto sede de Moatize, como Tundumula e Chacala. O próprio régulo M'Boolá tinha sido destituído e preso, acusado de relações com a FRELIMO e de convivência na tentativa de estabelecimento de depósitos de armamento nas suas terras.<sup>112</sup>

Na Mutarara, um panorama idêntico existiu nestes dois anos, com actividades clandestinas de mobilização e preparação de acções operacionais centradas sobretudo na região de Doa, do posto administrativo de Ankuaze, com um assalto importante ao posto da PIDE em Vila Nova da Fronteira e diversas outras pequenas acções que obrigavam o exército e as autoridades administrativas a uma movimentação constante, preocupadas mais uma vez - e sempre - com a vulnerabilidade da linha férrea e de todo o corredor que levava ao centro do país.<sup>113</sup>

Todavia, poder-se-á dizer que este "sinal de presença", nos dois anos em causa, não foi muito além disso. A hostilidade aberta, o desafio militar, nunca chegaram a ter lugar, quebrado o ímpeto inicial de 1965. As operações realizadas pelas forças coloniais em Mutarara, atrás referidas, a coordenação das acções daquelas com as forças de defesa e segurança do Malawi, originaram uma diminuição progressiva da presença. As condições particularmente duras da permanência da FRELIMO no Malawi, a impossibilidade de ser mantido um fluxo contínuo de armamento e guerrilheiros para as frentes do interior do então distrito constituiram, para Celestino de Sousa, a "razão" do encerramento da frente.<sup>114</sup>

Se o cenário se apresentava desfavorável para a FRELIMO em Tete, com a iniciativa colonial e as dificuldades sentidas no Malawi, ele foi igualmente de grande crise para as outras organizações. De facto, assiste-se, a partir deste período, devido à falta de perspectivas decorrente da ausência de uma base popular e das intermináveis lutas pelo poder, a uma escalada de comprometimento com as autoridades coloniais e de "esmigalhamento" das organizações existentes em outras ainda menores.

A UNAMI, que havia permanecido no Malawi com o mesmo programa de independência negociada e perdendo progressivamente aderentes, surge em 1966 completamente comprometida com o poder colonial. Baltazar Chagonga, que havia sido raptado por agentes coloniais aparece, neste ano, residindo em Lourenço Marques mas voando regularmente para o Malawi, de onde programava acções

aparentemente clandestinas da UNAMI, sobretudo na área de Tsangano, apelando, como sempre, à independência por meios pacíficos. A estratégia do governo colonial era clara:

"O Baltazar da Costa foi e continua a ser o presidente do partido *União Nacional Africana de Moçambique Independente*, organização que dirige sob o controlo desta polícia (...), preocupando-se em desbaratar ou pelo menos dificultar a acção da FRELIMO e do COREMO, ou de outros partidos na sua luta de subversão dirigida contra a Província. Para evitar que membros desses partidos subversivos, ou outros, pretendam a independência desta Província pela força ou métodos terroristas, o Baltazar da Costa tem dado instruções no sentido de identificar a propaganda da UNAMI quer na área de Tsangano quer noutras limítrofes com países vizinhos, propaganda que se resume na 'independência desta Província por meios pacíficos e de acordo com o Governo Português'. Esta propaganda tem o fim de criar membros ou adeptos para esse partido para se *povoar* a área fronteiriça. Segundo as instruções do Baltazar da Costa, nos locais 'tomados pela UNAMI' não podem permanecer elementos de outros partidos, armados ou desarmados, pois serão imediatamente denunciados às autoridades. (...) Há necessidade, de facto, da tolerância dada aos elementos da UNAMI nas áreas do Distrito de Tete, uma vez que estão procedendo de acordo com as determinações do Baltazar da Costa, sob nosso controlo, pois se conseguirmos que eles, nas suas áreas, expulsem ou entreguem às autoridades os indivíduos dos outros partidos, quer venham com fins terroristas quer venham com fins de propaganda, teremos guardada uma região por meios pacíficos".<sup>115</sup>

Se é certo que a UNAMI servia zelosamente os interesses coloniais nas fronteiras, algumas idéias da sua propaganda, como a cessação dos castigos corporais ou das obrigações no cultivo do algodão, sem as quais ela, aliás, não obteria um mínimo de credibilidade popular nas zonas onde actuava, começaram a ser intoleráveis para as autoridades coloniais.<sup>116</sup> A 8 de Novembro de 1966 o governador distrital, veiculando um despacho do governo geral, determina a proibição de "toda e qualquer actividade da UNAMI" apesar de permanecer durante algum tempo uma espécie de benevolência das autoridades para com os membros da organização, adequada "à tolerância que anteriormente permitia o trânsito dos mesmos".<sup>117</sup> Era o golpe de mesericórdia na organização.

Quanto ao COREMO, nunca se conseguiu libertar das intensas lutas pelo poder ao nível máximo da organização, nomeadamente entre Adelini Gwambe, Paulo Gumane e Peter Simbi, líderes das três principais organizações que haviam integrado o Comité, em 1965, as "duas" UDENAMOs e o MANC (Mozambique African National Congress).<sup>118</sup> Apesar disso mantém durante o ano de

1966 operações militares em Fingoé, Zamboé, Zumbo e Vila Vasco da Gama.<sup>119</sup> Em Dezembro de 1965 o seu presidente Gwambe e Amos Sumane, secretário administrativo, visitam o Malawi procurando o estabelecimento de uma representação do COREMO naquele país, apesar das reservas do dr.Banda.<sup>120</sup> Em coordenação com esta ofensiva diplomática o secretário-geral do Comité, Paulo Gumane, procurava influências junto da Comissão de Descolonização da OUA, assim como apoio do Zaire e da Tunísia, através de uma ligação com Holden Roberto.<sup>121</sup>

O trabalho de Gwambe no Malawi terá permitido um certo incremento da presença do COREMO no sul da Zambézia, em actividades exploratórias e de "aliciamento".<sup>122</sup> Todavia, as contradições desse poder acabavam sempre por vir ao de cima. Em Maio de 1966, numa conferência do comité executivo da organização em Lusaka e, ao que parece, na ausência de Gwambe, Paulo Gumane é eleito presidente e Amos Sumane vice-presidente. Para Gwambe ficou o "modesto" cargo de secretário do trabalho e serviços sociais.<sup>123</sup> Reacendem-se assim os conflitos, e no final do ano Gwambe surge como dirigente de uma nova organização, o MOPEMO, depois PAPOMO (Partido do Povo de Moçambique), com base em Lusaka mas com boas ligações em Blantyre, onde estabelece uma delegação.<sup>124</sup> Do mesmo modo aparece uma tentativa para reactivar o MANC.<sup>125</sup> Entretanto, e apesar de serem mantidas operações militares nas mesmas áreas, algumas das quais revelando "audácia e iniciativa em notável grau", como a flagelação ao quartel do Furancungo,<sup>126</sup> prosseguem as deserções do COREMO. Entre 1966 e 1967 muitos aderentes deixam-no para procurar a FRELIMO, num processo em que sobressaem as saídas de Joseph Nyakombe e Vasco Campira.<sup>127</sup>

No princípio de 1968 começam os desaires militares. Um grupo de guerrilheiros do COREMO é surpreendido quando se preparava para atacar o posto administrativo de Carinde. Integrava, entre outros, o próprio Paulo Gumane, Gabriel Machava, secretário da defesa, e Mahlatine Ngome, vice-secretário geral, que escaparam por pouco.<sup>128</sup> Logo em seguida um outro grupo é surpreendido em Caliramo, resultando na morte de Mazunzo Million Bobo, secretário dos negócios estrangeiros.<sup>129</sup> Para além dos reveses militares, acentuam-se graves conflitos políticos de matriz tribal. Numa carta encontrada no corpo de Bobo em Caliramo, Amos Sumane dizia-lhe:

"Eu estou a mudar o programa e planos sobre a maneira de libertar esta terra querida do norte de Moçambique (...). Não devemos desperdiçar o nosso tempo em nos ligarmos com essas pessoas do sul de Moçambique em assuntos políticos (...). Nós os do norte de Moçambique temos que nos unir uns aos outros, fazermos o nosso próprio programa mas não com estas pessoas".<sup>130</sup>

Pouco depois era a vez de Amos Sumane deixar o movimento para fundar a UNAR, como veremos adiante. As autoridades distritais diziam, então:

"O COREMO, após as perdas e insucessos que sofreu em Carinde e Caliramo e as dissidências internas encabeçadas pelo vice-presidente, deverá considerar-se enfraquecido e incapaz de provocar acções de vulto nos tempos mais próximos".<sup>131</sup>

## 6. A Continuidade da Presença da FRELIMO no Malawi

No quadro apontado anteriormente, caracterizado por um claro retrocesso do ponto de vista operacional, importa tentar compreender as razões da permanência da FRELIMO no Malawi, conseguida muitas vezes à custa de grandes esforços. Progressivamente tinha desaparecido o optimismo inicial dos anos de 1964 e inícios de 1965, e tornava-se cada vez mais clara a impossibilidade de manter uma frente de guerrilha a partir do Malawi. Daí a progressiva reorientação do eixo de acção para a Zâmbia,<sup>132</sup> e para as zonas norte e noroeste do distrito de Tete, confinantes com aquele país, assim como a total suspensão das acções armadas no longo período entre 1965 e a primeira metade de 1968.

Qual, então, a importância de manter e desenvolver uma base da organização no território do Malawi?

Em primeiro lugar é preciso não esquecer que, se a actividade operacional foi interrompida na Zambézia e em Tete, onde não tinha bases sólidas quando começou, em 1964 e 1965, porque era muito difícil penetrar a não ser pelo Malawi, no Niassa, pelo contrário, a situação era imparável mesmo tendo em conta a crise geral que antecedeu o IIº Congresso da FRELIMO.<sup>133</sup> Um factor importante para a "solidez" da implantação operacional no Niassa foi, sem dúvida, o apoio logístico em guerrilheiros e armamento que continuou a ser prestado através do Malawi, em parte devido à ambiguidade da atitude daquele país, em parte pela sua incapacidade de controlar esse trânsito semi-clandestino. Ainda que só por essa razão, era

fundamental que a FRELIMO permanecesse no Malawi para que, a partir desse país, continuasse a garantir um apoio às frentes de Niassa ocidental e austral, numa altura em que era difícil assegurar esse apoio unicamente a partir do norte.

Em relação à Zambézia, podemos dizer que houve, dos finais de 1965 até Março de 1966, um grande esforço de penetração militar através de Mecanhelas, a sul do Niassa, e, correlativamente, um intenso trabalho nas regiões este e sudeste do Malawi. O sério revés aí ocorrido para as forças nacionalistas, nos inícios de 1966, porá de parte as perspectivas de acção imediata.<sup>134</sup>

Além disso, a interrupção das actividades armadas na Zambézia e em Tete durante o período referido não significou que a FRELIMO tivesse deixado de estar presente nesses territórios, como vimos. O Malawi continuava a representar uma base estratégica fundamental para apoiar o trabalho clandestino de mobilização e organização popular, de recrutamento de nacionalistas para a guerrilha e, também, de tentativa de infiltração de guerrilheiros. É preciso reconhecer que o esforço de penetração guerrilheira, embora com escassos sucessos durante os anos de 1966 e 1967, nunca deixou de ser feito. A já referida importância geo-estratégica de Moatize e Mutarara, significando, sobretudo no caso da segunda, um corredor natural para o centro do país, foi reforçada pelo anúncio da construção da barragem de Cahora Bassa,<sup>135</sup> construção essa que a FRELIMO se determinou a impedir ou, pelo menos, atrasar. Ora, constituindo a linha férrea Beira-Tete a principal via de abastecimento para aquele empreendimento, em materiais e equipamento, e atravessando ela, de lés a lés, aqueles dois concelhos, era fundamental à FRELIMO assegurar e desenvolver aí uma sólida presença.

Parece ter sido, portanto, nessa perspectiva de circulação de refugiados e guerrilheiros, de penetração de armamento e de apoio ao trabalho clandestino no interior, esperando a reabertura da luta armada assim que as condições o permitissem, que a FRELIMO se procurou manter no Malawi, desenvolvendo as suas estruturas organizativas e reforçando a sua presença.

Neste sentido, no ano de 1966 começam a ser notadas concentrações de guerrilheiros e armamento sobretudo na região de Dedza (fronteira à Angónia) e Mlange (junto de Milange, na Zambézia), onde estaria a ser criado um novo escritório da FRELIMO, apesar das advertências do ministro do interior malawiano para que a FRELIMO cessasse todas as suas actividades naquele

território.<sup>136</sup> Guerrilheiros que, vindos da Tanzânia através da Zâmbia, se concentrariam em Lilongwe e daí partiriam para as zonas apontadas.<sup>137</sup> Tais informações, nomeadamente no respeitante à fronteira de Tete, eram complementadas por outras referentes a rotas de passagem de guerrilheiros que, vindos da Tanzânia, entravam no Malawi por Sitima, atravessando este país a corta-mato e visando penetrar em Tete por Tsangano,<sup>138</sup> ou de grandes concentrações de armamento na mesma região, entre os rios Luia e Luângwa.<sup>139</sup> A referência insistente às movimentações de guerrilheiros e armamento nesta zona particular fronteira a Tete, que se prolonga pelo ano de 1967, pode ter significado o início da mudança do eixo de acção para zonas mais próximas da Zâmbia, visando a fronteira norte de Tete e uma maior liberdade de movimentos, além de que era mais fácil o fluxo de armamento começar a ser feito a partir da Zâmbia.<sup>140</sup>

É curioso notar que toda esta movimentação era feita mesmo apesar da grande crise que afectou o Comité de Lilongwe, nomeadamente com a deserção do seu responsável, Calisto Trindade, nos inícios de 1966, e com a grande desorganização subsequente, de que o Comité se viria a recompor apenas em meados do ano seguinte.<sup>141</sup>

Esta implantação progressiva constituiu motivo de preocupação para os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações que, analisando-a, afirmavam:

"No caso do plano de penetração em Moçambique se tornar praticável para (...) a FRELIMO, temos que considerar que as suas actividades serão em muito facilitadas. (...) É ainda de considerar que o Malawi, além de oferecer regiões (...) especialmente para apoio logístico, franqueia grande parte da linha de fronteira do Distrito de Tete e, praticamente, toda a linha de fronteira do distrito da Zambézia, permitindo-lhe com facilidade atingir o rio Zambeze".<sup>142</sup>

Por seu turno, o dr.Banda, apesar de se regozijar com o triunfo obtido pelas suas forças sobre os ministros rebeldes no ano anterior, continuava a manifestar-se preocupado com as infiltrações sobretudo nas fronteiras ocidentais (Dedza, Lilongwe, Mwanza e Chikwawa) e, também em Chiromo e Mlange, porque continuava a não saber distinguir entre aquilo que eram movimentações da FRELIMO e dos ex-ministros Chiume e Chipembere.<sup>143</sup> De facto, este último, embora fora de cena desde o revés que lhe fôra inflingido, retirado para os Estados Unidos da América, continuava no entanto a significar para o dr.Banda um perigo potencial.<sup>144</sup> Durante os anos

de 1966 e 1967, portanto, a situação permanecerá idêntica, para além de pequenos desenvolvimentos, no tocante às autoridades do Malawi e de Portugal. Se asseguras viviam na permanente desconfiança da ambiguidade com que o Malawi tratava a FRELIMO, este, por seu turno, tinha as suas razões para aumentar a dureza em relação aos nacionalistas moçambicanos. Em Maio, o governo malawiano volta a advertir a FRELIMO, precisamente em Lilongwe, palco das concentrações de guerrilheiros referidas, de que "os estrangeiros que eram na maioria portugueses (moçambicanos), que fossem acusados de actos de espionagem ou terrorismo, seriam levados imediatamente para as terras de onde haviam saído".<sup>145</sup> Várias advertências deste tipo, quer dirigidas directamente aos responsáveis da FRELIMO quer feitas em reuniões de massas, se seguiram, neste período. Em Tambani, região fronteira a Moatize, anunciava-se que no Malawi só se faziam reuniões de malawianos e que os nacionalistas moçambicanos fizessem as suas dentro de Moçambique.<sup>146</sup> Grupos de milícias de *Young Pioneers* patrulhavam as fronteiras nos locais prováveis de passagem de guerrilheiros, para proceder à sua detenção.<sup>147</sup>

Este endurecimento, que se vai pronunciando no decorrer do ano de 1967, tinha a sua razão de ser directamente relacionada com o aumento de actividade dos ex-ministros malawianos. Em Março desse ano o dr. Banda manifestava novamente, no Parlamento, receio de que Chipembere voltasse a penetrar no país.<sup>148</sup> Diversas notícias apontavam a penetração de homens de Chipembere, conjuntamente com guerrilheiros da FRELIMO, a partir da Tanzânia.<sup>149</sup>

Todavia, foi outro ex-ministro, Yatuta Chisiza, a tentar concretizar essa ameaça, penetrando com um grupo de cerca de 26 elementos chefiados directamente por si próprio na região de Mwanza, nos inícios de Outubro. Mais uma vez, quando da sua detecção, as autoridades malawianas permaneciam confusas sobre se o grupo pertencia à FRELIMO ou era pró-Chipembere. Entretanto, o grupo pretendeu dirigir-se a Blantyre mas, acossado pelo exército, foi obrigado a fugir para território moçambicano. A colaboração entre as forças militares malawianas e as forças coloniais portuguesas permitiram uma perseguição tenaz de ambos os lados da fronteira e, um a um, os guerrilheiros foram sendo abatidos, incluindo o próprio ex-ministro Chisiza, a 11 de Outubro de 1967.<sup>150</sup>

Terminava assim a última acção dos chamados "ministros rebeldes" do Malawi, avivavam-se as suseitas do Malawi a respeito

da FRELIMO e, sobretudo, demonstrava-se no terreno a importância da colaboração operacional entre o Malawi e as forças coloniais, que estas tão pressurosamente se dispuseram a conceder, sem dúvida na mira de cobrarem tal apoio com informações a respeito da FRELIMO. E, de facto, no fim da operação, um major malawiano que comandava as tropas de perseguição perto da fronteira do Zóbuè, afirmava ao administrador do concelho de Moatize que

"Já tinha dito ao administrador do posto do Zóbuè ter ordens para colaborar com as AA [autoridades administrativas] e as tropas portuguesas, a quem entregaria todo o indivíduo e armas apreendidas em território malawiano desde que verificado ser agente anti-português. Frisou também terem ordens de, sem mais demoras, liquidarem todo o indivíduo portador de armamento, ficando para depois a averiguação se ele pertencia à FRELIMO ou a grupos anti-Banda (...)"<sup>151</sup>

Todavia, se a rigidez malawiana se manifestava sempre que se colocava a suspeita de envolvimento da FRELIMO com os seus opositores, ela era entrecortada por uma relativa tolerância quanto à actividade estritamente política da organização, desde que do conhecimento das forças de segurança malawianas e desde que não chegasse aos ouvidos da embaixada de Portugal face a quem, oficialmente, o Malawi não reconhecia a presença da Frente no seu território, mas apenas de refugiados.

Também os militantes acreditavam que se a embaixada portuguesa não soubesse das suas actividades não teria factos concretos a apresentar às autoridades malawianas e, portanto, estas não se veriam na obrigação de pressionar a FRELIMO, ficando esta com certa margem de manobra. Assim se explica a realização de grandes encontros, em Novembro de 1966, em Blantyre, com a participação de numerosas secções da FRELIMO espalhadas pelo país: Bangwe, Ndirande A e B, Singwagwa (todas na área de Blantyre-Limbe), Makangira (Fort Johnston), Dedza, Lilongwe, Likoma, Nsanje (Port Herald), Ncheu, Malosa (Mlange) e Chikwawa. A tónica geral desses encontros era definir o trabalho dos membros do Departamento de Organização do Interior, mentalizar os régulos para agirem junto das "suas" populações no sentido de as preparar para receberem os guerrilheiros que viriam operar no interior.<sup>152</sup>

Também o desenvolvimento da estrutura da organização no Malawi, a grande crise que atravessava, era motivo de preocupação. Referimos já a crise do Comité de Lilongwe e a deserção de Calisto

Trindade, o seu responsável. No mesmo mês outros responsáveis, nomeadamente do Comité de Bangwe, teriam manifestado a intenção de abandonar os seus cargos.<sup>153</sup> Chico Lourenço, secretário do mesmo comité, foi raptado, ao que parece por elementos da PIDE, e nunca mais foi visto.<sup>154</sup> Muitos outros militantes desapareciam, presos ou raptados, ou abandonavam simplesmente a organização.

A falta de informação impede uma caracterização clara desta crise assim como das medidas tomadas para a ultrapassar. Nos depoimentos de Celestino de Sousa<sup>155</sup> ela terá coincidido com alterações a nível do funcionamento estrutural: o Comité Regional passa a representação e os *branches* locais continuam. Sobre a estrutura anterior (presidente, secretário e tesoureiro) passam a funcionar apenas duas estruturas: o secretário da defesa e responsável geral, cargo que passou a ser desempenhado por Bonifácio Gruveta, e os secretários regionais do Departamento de Organização do Interior (para Niassa, Zambézia e Tete) que dependiam directamente de Mariano Matsinhe, responsável máximo daquele departamento.<sup>156</sup>

Todavia, mais parece ter sido uma crise de crescimento que nunca chegou a pôr em perigo a organização naquele país, a avaliar pelo longo comentário dos próprios Serviços de Centralização e Coordenacão de Informações:

"Tem-se registado também que a FRELIMO está empenhada em conseguir um maior e mais efectivo controlo da direcção e da acção dos seus comandos no Malawi e assim, a desarticulação dos quadros dirigentes que se desenhou, com a consequente desorientação das hostes locais, parece ter-se revestido de características eventuais muito especiais que, pelo que se tem verificado, não afecta de modo muito substancial o efectivo e as possibilidades de actuação da FRELIMO, tanto mais que se concretiza a vinda de Dar-es-Salaam para o Malawi de novos dirigentes que se recomendam pelo seu comportamento anterior e dedicação ao movimento e gozam da confiança dos dirigentes da FRELIMO. Salienta-se ainda (...) que o factor político-administrativo da substituição dos dirigentes no Malawi não se sobrepõe ao político-militar, na linha das preocupações dos dirigentes da FRELIMO em Dar-es-Salaam e, assim, registamos o cometimento concomitante de missões específicas a diversos agentes seus (...). Por outro lado, continuam a chegar ao Malawi, para serem encaminhados para a Tanzânia, elementos recrutados pela FRELIMO na Província, e das mais variadas origens se recortam notícias de que prosseguem as infiltrações de militantes treinados na Província, nomeadamente nos distritos do Niassa e na Zambézia, e de que há grupos a caminho com destino aos mesmos distritos e ao de Tete. Assim, quer parecer que a onda de instabilidade e a substituição de comandos operada no Malawi não afectará de modo sensível a subversão dirigida à Província. É, quanto aos SCCIM, um dos muito vulgares

incidentes que se têm registado no seio da FRELIMO e que os seus dirigentes sempre têm conseguido dominar e superar (...).<sup>157</sup>

E, de facto, em Janeiro de 1967 existiriam já, para além do Comité Regional de Blantyre, quinze delegações da FRELIMO localizadas em Lilongwe, Dedza, Nchinji, Mwanza, Ngabo, Chikwawa, Chiromo, Nsanje, Cholo, Mlange, Malosa, Ndirande, Zomba, Fort Johnston e Maguire, numa malha que cobria todo o centro-sul do Malawi, sobretudo as zonas fronteiriças.<sup>158</sup> Além disso, pretender-se-ia a instalação de sete bases militares nas regiões fronteiriças, nomeadamente em Nsanje, Makangira, Mlange, Dedza, Chikwawa, Ncheu e Lilongwe, para treino de guerrilheiros e rectaguarda de apoio à realização de acções armadas no interior.<sup>159</sup>

Este "crescimento" da implantação da FRELIMO, aparentemente fácil, obriga-nos a voltar ao tema da atitude do Malawi em relação ao movimento de libertação. De facto, pode parecer contraditório que os militantes circulem, estabeleçam sedes, actuem junto dos refugiados e, ao mesmo tempo, as forças de segurança malawianas façam rusgas no seio desses mesmos refugiados, prendam militantes e dirigentes, e troquem informações relativas à segurança com as forças coloniais do outro lado da fronteira. Referimo-nos já várias vezes ao "trauma" que o poder, liderado pelo dr. Banda, sofreu com a revolta de alguns ministros e vimos em que medida esse factor contribuiu para a atitude do Malawi a respeito da FRELIMO. Muitas vezes a "variação de humor" das autoridades malawianas dependeu exclusivamente do grau de confusão que se estabeleceu, a seus olhos, entre combatentes moçambicanos e homens de Chipembere. As próprias autoridades portuguesas estavam cientes desse facto.<sup>160</sup>

Na perspectiva da FRELIMO, por outro lado, era inquestionável o comprometimento do Malawi com os portugueses e portanto, como "hóspedes", tratava-se de trabalhar, de cumprir os objectivos "sem que a embaixada de Portugal tomasse conhecimento", ao mesmo tempo que se concretizavam outras soluções junto da Zâmbia, visando a reabertura da Frente de Tete.

O Malawi, por seu turno, parece ter jogado na ambiguidade ao longo destes anos. Face aos portugueses, não reconhecia oficialmente a existência da FRELIMO no seu país, mas apenas de refugiados moçambicanos. Esta atitude tinha que ser mantida tal como se manteve a perspectiva da cooperação económica com Portugal. De facto, não podemos esquecer que nos anos de 1966 e 1967 se assistiu a um grande salto em frente no estreitamento das relações entre os

dois países, a todos os níveis. Em Agosto de 1966 é anunciada a construção conjunta da linha férrea que ligaria o Malawi ao porto de Nacala, acordo que se formalizou em Março de 1967, em Lisboa, quando ali se deslocaram os ministros malawianos dos transportes e comunicações, e das finanças. Igualmente é encorajada a penetração do capital português, que se faz sentir sobretudo na *Oil Company* e no *Commercial Bank* do Malawi. Em Julho o ministro português dos negócios estrangeiros, dr. Franco Nogueira, visita Blantyre onde reafirma que Portugal poria à disposição do Malawi todas as facilidades portuárias e de trânsito de mercadorias, não só pela Beira mas também por Nacala. Em Outubro do mesmo ano é anunciado que Lisboa passaria a contar com um embaixador malawiano não-residente, assim como a intenção do governo do Malawi de, uma vez construída a linha de Nacala, a prolongar para oeste, através de Tete e em direcção às minas de Moatize e a Cahora Bassa, então em projecto. A realidade do compromisso económico cada vez maior impunha ao Malawi uma imagem de cooperação e boa-vizinhança.<sup>161</sup>

Face à FRELIMO, é claro que a preocupação com a sua própria segurança, assim como o comprometimento com Portugal, parece terem levado o Malawi cada vez mais a tentar controlar o movimento: o esforço feito para afastar os militantes das cidades, concentrando-os em aldeias mais afastadas e bem delimitadas,<sup>162</sup> a introdução de diversas medidas de controlo do movimento das pessoas e da actividade por elas desenvolvida provam-no bem.<sup>163</sup> Mais uma vez, em Novembro de 1967, um funcionário malawiano fazia o ponto da situação da atitude do seu país e manifestava a disposição de exercer esse controlo em reunião com responsáveis locais da FRELIMO:

"Vós sabeis muito bem qual é a posição do Malawi em relação aos portugueses: existem relações diplomáticas entre o Malawi e Portugal; muitas companhias instaladas no Malawi são portuguesas; o comércio de sal e de outros produtos provenientes de Moçambique é essencial à vida do país; e, finalmente, o mais importante é que o Malawi depende exclusivamente do porto e caminho-de-ferro da Beira, em Moçambique (...). Os portugueses devem dizer: *Nós estamos a portar-nos decentemente com o governo do Malawi, não pondo dificuldades às suas exportações e importações pela Beira, e afinal o Malawi permite a permanência da FRELIMO no seu território.* Temos recebido muitos pedidos do governo português para repatriar todos os militantes da FRELIMO no Malawi para Moçambique. Nós respondemos-lhes sempre que não há militantes da FRELIMO no Malawi (...). O mais importante que tenho a dizer é acerca da forma de organizar (...). Quando o organizador da FRELIMO (junto das

populações fronteiriças) chegar ao local deverá entregar uma carta ao presidente da secção local do Malawi Congress Party. Este dir-lhe-á onde se encontram os refugiados e como poderá lá chegar (...). Se os portugueses vos apanharem, não deveis dizer que vindes do Malawi, mas sim que vindes da Tanzânia (...)".<sup>164</sup>

Por outro lado, pressionado na cena internacional, o Malawi continuava a esquivar-se de apoiar abertamente a luta nacionalista, alegando sempre a sua vulnerabilidade geográfica e económica, argumentação que atrás sobejamente se referiu. Restava-lhe o apoio moral e o acolhimento dos cerca de 40.000 refugiados, como afirmava o delegado do Malawi na IV<sup>a</sup> Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1 de Janeiro de 1967.<sup>165</sup>

Todavia, é provável que, não conseguindo uma "penetração" na FRELIMO, no sentido desta cumprir os seus desígnios políticos, o Malawi tentasse outras formas de controlar o movimento de libertação nacional, com esse propósito. De facto, todo o processo que levou à criação da UNAR, União Nacional Africana da Rumbézia, terá presumivelmente a ver com essa estratégia. Esta organização, que dizia pretender a independência do território moçambicano compreendido entre os rios Rovuma e Zambeze, foi formada no Malawi, integrando elementos do COREMO, como Amos Sumane, que passou a ser seu presidente, e indivíduos que haviam abandonado a FRELIMO e outras pequenas organizações.<sup>166</sup> A facilidade com que a UNAR se estabeleceu no Malawi,<sup>167</sup> as suas ligações a Jorge Jardim, são indicações que, tal como muitas outras, nomeadamente o percurso do ex-militante da FRELIMO, Calisto Trindade,<sup>168</sup> levam a crer ter sido um movimento projectado por Jardim e pelo Malawi para se opôr à FRELIMO e servir de tampão ao avanço da guerrilha. Se este último objectivo - um tampão entre os rios Rovuma e Zambeze - servia Jardim, não esqueçamos as velhas pretensões do dr. Banda, atrás referidas, que vinham dos anos cinquenta e permaneciam bem presentes.<sup>169</sup> Bastante elucidativo é um comentário do Comando da Policia de Segurança Pública de Quelimane a este respeito:

"A actividade até agora desenvolvida pelo partido (UNAR) no Malawi não só é do conhecimento deste país, como ainda lhe dispensa apoio ideológico e monetário, sendo quem até agora tem pago a hospedagem, no Rest House-Limbe, de Sumane e Massamba, estando mesmo estes dirigentes a contar que é o próprio governo do Malawi quem, a seu pedido, irá interceder junto do governo português para ceder às suas intenções (...). Como Sumane referiu, a maioria dos actuais militantes do COREMO abandonará este partido para

ingressar no seu (...)".<sup>170</sup>

Tal como este, outros grupos transitavam pelo Malawi, também sem problemas aparentes, como o então recém-formado PAPOMO (Partido do Povo de Moçambique) do velho Adelino Gwambe e de Calvino Mahlayeye.<sup>171</sup> Tratava-se, em suma, do "estilhaçamento" do COREMO em novos pequenos grupos, dos planos obscuros de Jorge Jardim, muitas vezes à revelia das próprias autoridades portuguesas e, ainda, de uma provável estratégia do Malawi, senão para reinar pelo menos para influenciar fortemente a sua acção.

Enquanto isso, na mesma altura, os guerrilheiros da FRELIMO penetravam em Tete pelo vale do rio Capoche, abrindo uma frente que não cessaria de alastrar até ao fim da luta de libertação nacional:

"A FRELIMO, que desde 1964 não efectuava acções armadas no Distrito, fez agora a sua aparição com um grupo fortemente armado e disposto de armas potentes, na regedoria Chimuara, do posto administrativo de Gago Coutinho. O regedor Chimuara, aliciado, deu ordem às suas populações para colaborarem com o inimigo, que se terá instalado em força e estabelecido grande depósito de material no triângulo definido pelos rios Capoche-Duângua-fronteirada Zâmbia, materializando assim a anunciada intenção de passar à acção armada no Distrito e causando extraordinário agravamento da situação".<sup>172</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup>Short 1974:176 e segs., refere que o dr.Banda, em 1958, pensava numa união que incluísse o Quénia, Tanganhica, Uganda, Ruanda-Burundi, Zanzibar e, talvez, o Congo, para além do Malawi, numa tentativa de refazer o velho reino Marave. Mais tarde, chegou a propor a fusão do Malawi com o Tanganhica, após a independência. São elucidativas as suas palavras, veiculadas pelo *Malawi News* de 17 de Dezembro de 1960: "Para mim não existem Niassalândia, Rodésias do Norte e do Sul, e outros. Para mim existe apenas África."

<sup>2</sup>Short 1974:180-181.

<sup>3</sup>Essa posição foi claramente explicada pelo dr.Banda na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 3 de Dezembro de 1964: "(...) Por exemplo a minha própria tribo, a tribo Chewa, está dividida em duas, de facto em três se nós contarmos com os nossos primos da fronteira zambiana. Mas eu estou agora falando de Moçambique e do Malawi, e por isso devo dizer dividida em duas. Existem

*chewas do lado do Malawi da linha imaginária e existem chewas do lado de Moçambique daquela linha imaginária. O mesmo se dá com outras tribos do Malawi, como sejam as tribos Nguni, Lomwe e Yao. Estas tribos, como a tribo Chewa, também estão divididas em duas. Há Nguni, Lomwe e Yao do lado do Malawi da linha imaginária. Há Nguni, Lomwe e Yao do lado de Moçambique da linha imaginária (...)". Arquivo Histórico de Moçambique [daqui em diante AHM], Fundo de Moatize [daqui em diante FM, caixa [daqui em diante cx.] 104: Governo do Distrito de Tete [daqui em diante GDT], s/r.*

<sup>4</sup>AHM, FM, cx.100: Administrador do Posto Administrativo do Zóbuè [daqui em diante AdPa/Zóbuè], "Relatório mandado elaborar pelo inspector dos Serviços de Acção Psicossocial, excellentíssimo senhor António Henrques de Oliveira, sobre o movimento migratório de africanos na área deste posto, e existência de seitas religiosas", s/r, 20 de Maio de 1964.

<sup>5</sup>AHM, FM, cx.97: Administrador do Concelho de Moatize [daqui em diante AdConc/Moatize], nota nº.87/A/25, de 22 de Maio de 1961, dá bem idéia da fragilidade dos meios administrativos locais: "... Os postos administrativos desta área dispõem apenas de transmissão telegráfica (linha única) (...). O Posto Administrativo do Zóbuè dispõe de 10 sítios e o da sede de 15 sítios e de 1 cabo. O Posto Administrativo de Caldas Xavier começou a funcionar recentemente e está aberto concurso para 5 sítios. Dos 10 do Posto Administrativo do Zóbuè, embora pagos pelo orçamento do Concelho, são especialmente destinados 5 ao serviço de fiscalização da fronteira (infiltração de pessoas e idéias) (...) aliás de grande extensão (...)."

<sup>6</sup>O administrador do posto do Zóbuè dizia em Junho de 1962 que só nesse ano a autoridade administrativa tinha conseguido chegar pela primeira vez de carro a duas importantes regedorias, distando 100 e 150 kms do posto do Zóbuè. AHM, FM, cx.97: AdPa/Zóbuè, "Relatório sobre a elevação da população nativa relativo ao 2º trimestre de 1962", nota no.159/A/12, de 12 de Junho de 1962.

<sup>7</sup>Um relatório do mesmo administrador, se bem que referente a um período posterior, ilustra bem a "afinidade" das populações do Zóbuè com as populações do outro lado da fronteira: "Da cobertura populacional nas terras do Zóbuè, ressaltam zonas privilegiadas de convívio e intercâmbio, de contactos e relações com áreas e povos de além fronteiras mais os provocados pelo trânsito rodoviário através das zonas habitacionais. Tem-se, neste caso, a regedoria M'Bool e uma parte da de Cambuembua, ambas localizadas ao longo da fronteira e através das quais sulca a estrada nacional que liga as cidades de Tete e Blantyre. Inevitavelmente, os contactos surgem a cada passo e por razões de toda a ordem desde as que respeitam a problemas de economia através do comércio, às que culminam com as relações de parentesco entre as populações localizadas no Malawi, nas regiões de Tambani, Mwanza e Blantyre e áreas de Chikwawa. O intercâmbio registado abrange os habitantes radicados nas zonas limítrofes em maior percentagem, diminuindo satisfatoriamente para o interior

*salvo nas zonas onde a emigração para Blantyre atinge algum realce, como no caso da regedoria Zacarias.*" AHM, FM, cx.107: AdPa/Zóbuè, "Grupos étnicos existentes na área do posto do Zóbuè. Sua localização em relação à fronteira, afinidades com as populações malawianas fronteiriças e atitudes que vêm exteriorizando perante a administração e a subversão", s/r, 20 de Junho de 1967.

<sup>8</sup>McMaster 1974:39, afirma que durante os três anos entre a eleição de 1961 e a independência, o dr.Banda prosseguia três objectivos: a curto prazo, assegurar que a via da independência em relação à Federação não ficasse bloqueada; alongo prazo, assegurar a posição do Malawi Congress Party como partido governante da Niassalândia e a sua própria posição como líder; e estabelecer um firme desenvolvimento económico para a Niassalândia. Veremos adiante como a perspectiva particular do desenvolvimento económico que o dr.Banda construiu, determinou as relações entre Portugal e o Malawi.

<sup>9</sup>Por exemplo, em nota de Fevereiro de 1962, o administrador do Zóbuè afirmava: "(...) consta que muitos autóctones residentes nesta área são adeptos do Malawi Congress Party, sendo os principais focos as regedorias M'Bool e Zacarias. (...) Para se increverem no Partido do Malawi, pelo menos que seja do meu conhecimento, eles não têm necessidade de se esconderem sob nomes falsos visto na Niassalândia, segundo tenho verificado, todos ostentarem livremente o emblema do dr.Banda." AHM, FM, cx.97: AdPa/Zóbuè, nota no.13/A/9/SDI, 13 de Fevereiro de 1962.

<sup>10</sup>Ver, por exemplo, AHM, FM, cx.97: AdPa/Zóbuè, nota no.263/a/9/SDI, 27 de Novembro de 1961.

<sup>11</sup>AHM, FM, cx.97: AdConc/Moatize, nota no.390/A/9, 8 de Novembro de 1962.

<sup>12</sup>AHM, FM, cx.97: AdConc/Moatize, nota no.402/A/8, 24 de Novembro de 1962.

<sup>13</sup>AHM, FM, cx.98: Subdelegação da PIDE/Tete, nota no.1280/62-SR, 4 de Agosto de 1962.

<sup>14</sup>AHM, FM, cx.98: AdConc/Moatize, nota no.408/A/9, 28 de Novembro de 1962.

<sup>15</sup>AHM, Fundo da Macanga [daqui em diante FMA], cx.101: AdConc/Macanga, Boletim de Informação [daqui em diante BI] no.9, 14 de Julho de 1963, transcrevendo Serviço de Centralização e Coordenação de Informações [daqui em diante SCCI, BI no.53/63].

<sup>16</sup>AHM, FM, cx.97: AdPa/Zóbuè, Mensagem-rádio [daqui em diante m-r] no.8/64, transcrita pelo BI no.84/64/A/7/31, 7 de Abril de 1964

<sup>17</sup>AHM, FM, cx.97: AdConc/Moatize, nota no.390/A/9, 8 de Novembro de 1962.

<sup>18</sup>"(...) o movimento da UNAMI estava mesmo a perder o seu ritmo porque estava fraco (...). Eles, UNAMI, queriam independência, mas era uma independência pacífica, conversada, dada. Convencer os portugueses a dar independência. E não era real isso. Os portugueses não iam dar independência (...). Como é que vocês [UNAMI] querem que nós venhamos aqui para a UNAMI? Vocês não têm para onde ir. O melhor é que a gente vá para a FRELIMO. Sai-se daqui, vai-se para a Tanzânia. Quando se chega à Tanzânia, vai-se para o exterior. Treinar, fazer isto e aquilo. Outros vão seguir cursos e aquela coisa toda." Borges Coelho 1991: 139.

<sup>19</sup>Por exemplo, AHM, FM, cx.97: AdConc/Moatize, nota no.97/A/9-SDI, 2 de Abril de 1962, e a troca de correspondência que se segue com o governo do distrito de Tete. Quando o administrador do concelho parece vislumbrar sinais de diminuição da tensão fronteiriça e de mudança favorável para Portugal, no seu ponto de vista, as autoridades centrais aconselham-no a reservar as suas opiniões e a manter a vigilância por não se registar, no seu entender, alteração da situação.

<sup>20</sup>Henderson 1977:439.

<sup>21</sup>Nesse encontro, que teve lugar em 30 de Março de 1962, o dr.Banda diria, entre outras coisas: "Vocês são bem vindos aqui... É certo que não me agrada o sistema político de Portugal, nem a Salazar agrada o meu. Mas isso nada tem a ver connosco enquanto indivíduos e homens de negócios. (...) Eu acredito na coexistência. Acredito no princípio de viver e deixar viver. Deixem-me em paz que eu vos deixarei em paz... Se americanos e ingleses, por um lado, e russos por outro, podem coexistir, não vejo porque razão não o podem fazer portugueses, do lado de lá da fronteira, e o Malawi deste lado." Short 1974:183.

<sup>22</sup>"Banda manteve sempre um pequeno exército, mesmo os "standards" africanos (...). Na altura da independência, o Malawi herdou da Federação um batalhão chefiado por europeus (...) e dependente da Inglaterra em relação a equipamento militar e treino. Compunha-se de cerca de 1000 homens e oficiais, e não possuía armamento sofisticado." Henderson 1977:439.

<sup>23</sup>Em Portugal tinha-se consciência dessa situação: "Com certeza é teoricamente possível conseguir ligações com o mar através do Tanganhica. Mas nem elas seriam fáceis nem baratas, nem qualquer dos dois países dispõe de técnicos e capitais para as realizar. Para mais, são claramente anti-económicas: a linha natural de escoamento dos produtos do Malawi é a do Chire e do Zambeze. E não parece que, na ordem prática, seja viável (pense e faça a política o que pensar e o que fizer) alterar estas coordenadas impostas pela natureza e

*desmentir com factos as realidades actuais.*" Carvalho 1965:309-316.

<sup>24</sup>Short 1974:181, 190-191.

<sup>25</sup>Henderson 1977:429.

<sup>26</sup>*Jeune Afrique*, no.94, de 1962, citada e comentada pelos SCCI, no.63/62, in AHM, FM, cx.97: GDT, nota no.707/SDI, 15 de Novembro de 1962.

<sup>27</sup>Jardim 1976:39-41.

<sup>28</sup>No seu discurso no Colby Community Centre, seis semanas antes da independência, dizia Banda: "... Uma perda de tempo onde o chefe diz uma coisa e alguém diz outra; então quem é o chefe? Isso não acontece no sistema do Malawi. O sistema do Malawi, o estilo do Malawi é que quando o chefe diz uma coisa é isso mesmo e acabou-se. Quer se goste quer não, é assim que vai ser. Nada de imbecilidades. Não podem ser todos a decidir." Short 1974:202-203.

<sup>29</sup>Short 1974:194-195.

<sup>30</sup>Obviamente que outras questões de política interna, assim como o compromisso crescente do Malawi em relação à República da África do Sul, que não cabe mencionar aqui, terão estado também na origem da crise governamental.

<sup>31</sup>Sobre este período ver McMaster 1974:55 e segs.

<sup>32</sup>AHM, FMA, cx.101: AdConc/Macanga, BI no.166, 27 de Julho de 1964.

<sup>33</sup>AHM, FM, cx.101: GDT, BI no.146/65, 24 de Fevereiro de 1965.

<sup>34</sup>Existem, aliás, muitas referências à passagem de guerrilheiros de Chipembere pelas regedorias dos antigos postos do Zóbuè e Caldas Xavier, onde frequentemente eram confundidos com guerrilheiros da FRELIMO. Por exemplo, AHM, FM, cx.102: AdPa/Zóbuè, telegrama no.9/65, 11 de Março de 1965; GDT, BI no.120/65, 13 de Abril de 1965.

<sup>35</sup>AHM, FM, cx.100: GDT, BI no.189/65, 19 de Maio de 1965.

<sup>36</sup>AHM, FM, cx.103: GDT, BI no.300/65, 9 de Setembro de 1965.

<sup>37</sup>Borges Coelho 1991: 143-146.

<sup>38</sup>AHM, FM, cx.98: AdConc/Moatize, nota no.36/A/4, 11 de Fevereiro de 1963.

<sup>39</sup>AHM, FM, cx.98: AdConc/Moatize, nota no.232/A/8, 8 de Outubro de 1963, transcrevendo SCCI no.281, 11 de Setembro de 1963, e GDT, Boletim de Difusão de Informações [daqui em diante BDI] no.109/63.

<sup>40</sup>Borges Coelho 1991: 144-145.

<sup>41</sup>AHM, FM, cx.101: GDT, BI no.183/64, 18 de Junho de 1964, transcrevendo SCCI, BDI no.37/64, 16 de Maio de 1964.

<sup>42</sup>Um depoimento elucidativo da ambiguidade das relações entre a FRELIMO e o Malawi nesta altura é-nos dado por Celestino de Sousa, na entrevista já citada: "O certo é que o dr. Banda não escondia a sua linha e deu-nos liberdade de nós trabalharmos lá, mas não pela sua responsabilidade. Qualquer acontecimento que houvesse no Malawi para connosco, que eramos da FRELIMO, ele não assumia a responsabilidade. Porque é que não assumia a responsabilidade? Como tinha relações com o governo português, quando lhe perguntavam se recebia os refugiados da FRELIMO ou se conhecia a FRELIMO, ele dizia que não conhecia nada. E o Banda dava poderes ao português de 'se encontrar o elemento da FRELIMO aqui pode tomar conta'. Portanto, o português no Malawi podia fazer ou desfazer. Nós, pelo nosso lado, vivíamos lá com muita insegurança porque ele dizia que 'vocês podem ficar aqui mas não sob a minha responsabilidade daquilo que venha a acontecer. Podem viver aqui como refugiados que fugiram do vosso país, mas não exercer actividade política. Quem exercer actividade política, se acontecer alguma coisa o problema será dele.'"

Borges Coelho 1991: 141.

<sup>43</sup>AHM, FM, cx.99: GDT, BI no.313/64, 7 de Outubro de 1964. Refere que as armas vinham de barco até uma zona definida sensivelmente por uma linha ligando N'kota-kota a Metangula ou Maniamba. Aí eram entregues a pescadores que as transportavam para a margem portuguesa do lago, sendo introduzidas em Maniamba. Quando os pescadores avistavam a vedeta da capitania de Metangula deitavam as armas ao lago com uma bôia, e mais tarde iam buscá-las.

<sup>44</sup>AHM, FM, cx.99: GDT, circular no.1054/A/9/213/SDI, 24 de Novembro de 1964.

<sup>45</sup>Apesar de ela não ser reconhecida por exemplo por Celestino de Sousa. Borges Coelho 1991: 156-157.

<sup>46</sup>Por exemplo, AHM, FM, cx.100: GDT, circular no.1026/SDI, 7 de Novembro de 1964, que diz: "As relações de amizade e boa vizinhança entre o Malawi e Portugal, relativamente a Moçambique, sustentadas pelo dr. Banda e perfilhadas por alguns dos seus correlegionários dentro do MPC (Malawi Congress Party) estavam e estão a ser tropeladas 'underground' por Henry Masauko Chipembere e Kenyama Chiume, quer anteriormente como ministros, quer agora como políticos desligados do MPC. Empenhados como estão, conjuntamente com

*outros políticos, na derrocada política do dr.Banda e na retirada deste do governo, quer por sua iniciativa voluntária, face às pressões políticas, quer por imposição dos políticos descontentes, mercê de um golpe de Estado, Chipembere e Chiunme têm-se avistado, nos últimos meses e com uma certa frequência, com o dr.Eduardo Mondlane em Dar-es-Salaam onde, segundo uma fonte, se devem ter estabelecido programas de apoio e colaboração mútua (...)."*

<sup>47</sup>Muitos documentos referem este aspecto. Por exemplo, AHM, FM, cx.100: AdConc/Moatize, BI no.54/65, 19 de Fevereiro de 1965.

<sup>48</sup>Por exemplo, AHM, FM, cx.100: AdPa/Zóbuè, BI no.4/65, 16 de Fevereiro de 1965.

<sup>49</sup>Por exemplo, AHM, FM, cx.102: GDT, BI no.87/65, 24 de Março de 1965 e BI no.91/65 de 29 de Março de 1965.

<sup>50</sup>No Malawi existiriam já para cima de 2500 refugiados moçambicanos, e na Tanzânia para cima de 10000, segundo Nações Unidas 1965.

<sup>51</sup>AHM, FM, cx.101: GDT, no.109/65, 2 de Abril de 1965.

<sup>52</sup>AHM, FM, cx.101: GDT, BI no.205/65, 29 de Maio de 1965.

<sup>53</sup>AHM, FM, cx.101: GDT, circular no.188/SDI, 23 de Junho de 1964.

<sup>54</sup>AHM, FM, cx.100: GDT, BDI no.62/65, 26 de Fevereiro de 1965.

<sup>55</sup>AHM, FM, cx.102: GDT, no.142/65, 20 de Março de 1965, e BI no.108/65, 7 de Abril de 1965.

<sup>56</sup>Ver, por exemplo, os Sitrep's Circunstanciados do GDT relativos ao ano de 1966, na rubrica Situação Geral do Distrito e secções de Zumbo e Marávia.

<sup>57</sup>Por exemplo, em Novembro de 1964 realizavam-se na serra de Ngoo, fronteira com o Malawi, reuniões nas quais participava muita população das regedorias Mogunda, posto do Zóbuè, e Canchoeira, posto se de Moatize. AHM, FM, cx.101: AdPa/Zóbuè, BI no.25/64, 27 de Novembro de 1964.

<sup>58</sup>AHM, FM, cx.99: GDT, circular s/r, 28 de Novembro de 1964.

<sup>59</sup>AHM, FM, cx.99: GDT, telegrama s/r, 26 de Novembro de 1964.

<sup>60</sup>AHM, FM, cx.102: Comando da Polícia dos Portos e Caminhos de Ferro, "Relatório sobre a segurança da população de Goma/Tete", 7 de Dezembro de 1964. Ainda que longos, são interessantes alguns extractos da continuação deste relatório: "Goma, no vale do mesmo nome, a duas centenas de metros do rio,

*situava-se a uns escassos seis quilómetros do local onde, após uma rusga militar, se descobriu um depósito de armamento clandestino. (...) Linha de comunicação natural, abre caminho fácil e encoberto para as zonas baixas do Bárue, favorecendo a penetração nas regiões ao sul do Zambeze. É com efeito a senda seguida pelos grupos que procedem do Malawi, com destino a estas regiões (...). A população activa das proximidades tem fornecido às prisões grandes contingentes (...). Estes factos, a par do recrudescimento do número de pescadores no Zambeze, a pouca distância do Sinjal, levaram o administrador da circunscrição a adquirir um barco a motor para patrulhamento do rio, na suspeita de que grande parte do armamento que se presume tenha dado entrada no nosso território pela fronteira, seja destinado às áreas limítrofes a sul do Zambeze e transportado durante a noite através do rio. Constitui mesmo opinião do administrador de que outra base de agitadores se situará na Serra da Gorongosa, a partir da qual uma complexa rede de células revolucionárias se estenderá até à Beira. Soube-se recentemente que um volumoso número de autóctones desta região, além de participar nas quotizações que os agentes da FRELIMO cobravam sem oposição, se deslocavam regularmente ao território vizinho do Malawi onde recebiam instrução militar. A alteração dos hábitos e atitudes da população desta área tem sido tão rápida e profunda que as brigadas da Acção Psicossocial notam diferenças acentuadas de cada vez que as visitam (...). Um laconismo frio e pesado substitui a loquacidade tão característica dos indígenas quando se lhes fala na língua nativa. E até para a prestação de pequenos serviços se verifica reticência."*

<sup>61</sup>AHM, FM, cx.100: GDT, mensagem no.100/64, 23 de Dezembro de 1964, que diz: "100/64 Esta noite cerca zero horas Posto Charre foi atacado rajadas metralhadora sem consequências pt Ataque terminado logo que Administrador Posto ripostou pt Tomar todas precauções visto ser plausível mesmo aconteça outros locais - Governador."

<sup>62</sup>Celestino de Sousa em Borges Coelho 1991: 157-159; e AHM, FM, cx.100: GDT, BI no.37/65, 29 de Janeiro de 1965.

<sup>63</sup>Borges Coelho 1991: 148, de onde aliás provém a maior parte da informação que não é referida especificamente.

<sup>64</sup>AHM, FM, cx.102: AdPa/Zóbuè, no.11/A/8, 28 de Fevereiro de 1965; e BI no.5/65, 3 de Março de 1965.

<sup>65</sup>AHM, FM, cx.101: AdPa/Zóbuè, BI no.2/65, 12 de Fevereiro de 1965, citado por GDT, BI no.87/65, 24 de Março de 1965.3

<sup>66</sup>AHM, FM, cx.102: AdPa/Zóbuè, BI no.5/65, 3 de Março de 1965.

<sup>67</sup>AHM, FM, cx.102: AdPa/Zóbuè, no.18/A/8, 22 de Março de 1965.

<sup>68</sup>AHM, FM, cx.102: AdPa/Zóbuè, BI no.10/65, 30 de Abril de 1965.

<sup>69</sup>AHM, FM, cx.102: AdConc/Moatize, no.190/A/7, 8 de Abril de 1965, transcrevendo as seguintes mensagens: no.11/SDI, 7 de Abril de 1965 - "Comunico Vexa autoridades Mwanza acabam relatar ontem vinte e uma horas foram vistos cinco indivíduos com mochilas e fardados sobre ponte rio Mwanza. Zero horas três indivíduos fardados dirigiram-se posto administrativo aquela localidade. Dado alarme fugiram direcção nosso território justificante (?) rio Mweze. Aquelas autoridades supõem ser mercenários FRELIMO". E no.12/SDI - "Comunico Vexa polícia Mwanza informou feitas rusgas até agora aquele território não prenderam indivíduos em causa supondo teriam vindo área Zóbuè". E, finalmente, o telegrama em código no.14/65/SDI, 10 de Abril de 1965, do AdPa/Zóbuè - "Comunico Vexa foram ontem vistos picada fronteira nas imediações do marco 33 cinco indivíduos com mochilas, dois cantis e dois bornais, caminhando norte. Um está bastante doente. Suponho estarão agora área Tsangano seguindo picada fronteira."

<sup>70</sup>Por exemplo, AHM, FM, cx.102: AdPa/Zóbuè, BI no.12/65, 21 de Maio de 1965, ou, do mesmo posto, BI no.13/65, 12 de Junho de 1965; ou ainda a mensagem em código AdPa/Zóbuè, no.17/65/SDI, 18 de Maio de 1965, prevendo a penetração por outros locais que não o Zóbuè: "Comunico Vexa acaba chegar conhecimento este FRELIMO está organizar ataque cidade Tete pt Ataque marcado mês Junho ou Julho enviados guerrilheiros através Zumbo e Marávia vindos Lusaka pt Expedirei BI."

<sup>71</sup>AHM, FM, cx.102: AdPa/Zóbuè, no.44/A/9, 12 de Junho de 1965.

<sup>72</sup>AHM, FM, cx.101: Posto Fiscal do Zóbuè, Relatório Imediato [daqui em diante RI] no.2/65, 29 de Maio de 1965. Aqui se refere que, devido a estas razões, haveria a tendência de deslocar o centro das operações para o Zumbo.

<sup>73</sup>Como se pode observar pela maioria das notas e boletins de informação sobre a actividade de Celestino de Sousa que vêm sendo referidas e que não passam, afinal, da transcrição comentada das informações prestadas pelo infiltrado da administração. Todavia, o próprio sistema de desdobramento da rede que já referimos, assim como o facto de, a partir de certa altura, os nacionalistas terem começado a suspeitar do informador, permitiram que esta sobrevivesse e continuasse a desenvolver as suas actividades.

<sup>74</sup>AHM, Fundo de Caldas Xavier [daqui em diante FCX], cx.1: PIDE/Caldas Xavier, no.1/65/INV, 14 de Outubro de 1965.

<sup>75</sup>AHM, FCX, cx.1: AdConc/Moatize, no.330/A/1, 6 de Agosto de 1965.

<sup>76</sup>Por exemplo, AHM, FM, cx.100: OPVDC/Tete, no.319/64, 3 de Novembro de 1964; Serviços de Acção Psicossocial [daqui em diante SAP] de Tete,

se pode ver nas notícias a respeito dos combates naquele então distrito, insertas nos Sitrep's Circunstanciados do Governo do Distrito de Tete relativos aos anos de 1967 e 1968, sob a rubrica "Informações de outros Distritos com interesse para este Distrito". Na mesma fonte, aliás, é possível compreender a importância do Malawi como base para a actividade operacional da FRELIMO no Niassa.

<sup>134</sup>AHM, FM, cx.102: Segundo SCCI, RI no.1, 14 de Março de 1966, essa grande operação visando, através de Mecanhelas, a instalação de bases na Zambézia, constituía o início do seguinte programa: "*A base de Tacuane passava a ser uma grande base geral e de treino militar para infiltrar os guerrilheiros em diferentes partes da Província, nomeadamente Nampula, Pebane, Beira e Tete. Aí seriam recebidos muitos voluntários de diferentes pontos dos distritos de Moçambique, Manica e Sofala, e Tete. A Zambézia seria o centro de onde irradiaria a subversão para o sul. Nessa base estabelecer-se-ia uma grande Comissão Política. Se o grupo chegasse em boas condições à Zambézia, seria mandado posteriormente um batalhão com grupos especiais de morteiros que começariam por destruir pontes, quartéis e outros pontos vulneráveis*". Pretender-se-ia, com esta estratégia, "substituir-se o Malawi? O primeiro grande grupo de guerrilheiros foi travado em Mecanhelas, facto coberto por abundante documentação e onde sobressaiu a acção do administrador do concelho, liderando operações do tipo das que, ainda no mesmo ano, foram efectuadas na Muatarara com participação de populações, como vimos.

<sup>135</sup>"*Potencialmente, o esquema de povoamento e utilização da terra mais importante, que vem sendo estudado desde o princípio da década de 50, é o projecto integrado para o desenvolvimento do vale do rio Zambeze, baseado no controlo e utilização do rio. O projecto encara a construção de uma grande barragem em Cahora Bassa, a norte de Tete, e uma série de barragens menores pelo rio abaixo, que permitiriam o desenvolvimento do povoamento e outros objectivos numa área de 140.000 quilómetros quadrados, ou seja, um décimo do território. Simultaneamente, a energia hidroeléctrica produzida em Cahora Bassa seria usada para desenvolver as reservas de ferro e carvão do Distrito de Tete, e a construção das barragens tornaria possível a navegação pelo rio entre Tete e Chinde, na foz do Zambeze, onde se pretenderia construir um novo porto.*" ONU 1967:107, que não refere as implicações militares no sentido de se pretender travar a guerrilha.

<sup>136</sup>AHM, FM, cx.100: GDT, Sitrep no.6/66, 19 de Fevereiro de 1966.

<sup>137</sup>Os dados dos serviços de informações coloniais variavam bastante. Segundo uns, estariam nesta altura 500 guerrilheiros em Lilongwe (AHM, FM, cx.100: SCCI, BDI no.78/66, 26 de Janeiro de 1966, in GDT, Sitrep no.4/66), enquanto que que outros referiam apenas cerca de 50 (AHM, FM, cx.100: Circunscrição Fiscal de Tete, nota no.17/20.05/k, 8 de Fevereiro de 1966, in GDT, Sitrep no.5/66, 12 de Fevereiro de 1966). De qualquer maneira, este último documento refere que "*as notícias sobre a existência de material e elementos da FRELIMO*

*em Lilongwe chegam a este CDI/Tete com bastante insistência e de diversas fontes."*

<sup>138</sup>AHM, FM, cx.100: PIDE/Zóbuè, s/r, 12 de Maio de 1966, in GDT, Sitrep no.19/66, 20 de Maio de 1966.

<sup>139</sup>AHM, FM, cx.100: Circunscrição Fiscal de Tete, no.58/20.05/k, 28 de Março de 1966, in GDT, Sitrep no.12/66.

<sup>140</sup>"(...) Que para a Zâmbia e Malawi está a ser transportado da Tanzânia em camiões transportadores de combustível e outras mercadorias, armamento destinado a ser introduzido no Distrito de Tete... A princípio todo o material era destinado a um acampamento existente em Salima-Malawi, mas foi o material dali removido e, presentemente, todo o material destinado ao Malawi é transportado para próximo de Dedza..." AHM, FM, cx.104: PIDE/Tete, RI no.147, 4 de Abril de 1967, in GDT, Sitrep no.14/67, 7 de Abril de 1967.

<sup>141</sup>Procuraremos tornar adiante ao percurso de Calisto Trindade, assim como à sucessão de pequenas crises que abalaram diversos comités da FRELIMO no Malawi.

<sup>142</sup>AHM, FM, cx.100: SCCI; BDI no.300/66, 22 de Abril de 1966, in GDT, Sitrep no.16/66, 29 de Abril de 1966.

<sup>143</sup>Alocução dirigida por Banda ao país em 6 de Fevereiro de 1966, referida por AHM, FM, cx.100: SCCI, BDI no.233/66, 31 de Março de 1966 in GDT, Sitrep no.13/66, 8 de Abril de 1966.

<sup>144</sup>AHM, FM, cx.100: SCCI, BDI no.480/66, 26 de Julho de 1966, in GDT, Sitrep no.30/66, 5 de Agosto de 1966, refere o seguinte: "H.M. Chipembere, antigo ministro do Malawi, o mais importante dos oponentes no exílio do dr. Banda deverá partir em breve dos Estados Unidos para a Grã-Bretanha, donde prosseguirá para a Zâmbia ou Tanzânia (...). Numa conferência de imprensa Chipembere atacou o primeiro-ministro do Malawi sobre várias questões incluindo a Rodésia e Moçambique (...). Embora dependente de Moçambique para as suas importações e exportações, disse Chipembere, o Malawi devia mesmo assim, conseguir não se tornar aliado dos portugueses (...). Perguntaram a Chipembere se fazia tento de derrubar o dr. Banda. 'Não reduzimos a personalidades', respondeu. 'Devo dizer, porém, que gostaríamos de ver estabelecido um governo democrático no país'. Consultaria outros antigos ministros malawianos no exílio e esperava persuadir outros governos africanos a exercer pressão sobre o dr. Banda no sentido de modificar a sua política."

<sup>145</sup>AHM, FM, cx.100: GDT, Sitrep no.20/66, 27 de Maio de 1966.

<sup>146</sup>AHM, FM, cx.100: AdConc/Moatize, BI no.51/66, 2 de Dezembro de 1966, in GDT, Sitrep no.49/66, 16 de Dezembro de 1966.

<sup>147</sup>AHM, FM, cx.100: AdConc/Angónia, BI no.32/66, 21 de Dezembro de 1966, in GDT, Sitrep no.50/66, 23 de Dezembro de 1966.

<sup>148</sup>AHM, FM, cx.104: GDT, Sitrep no.19/67. Os SCCI, no RN no.84/67, 22 de Abril de 1967, no mesmo Sitrep, comentavam assim a notícia: *"As afirmações do dr. Banda acerca das possibilidades que Chipembere detém no sentido de promover actuações anti-governamentais em Zomba West, Chiromo e Nsanje North, coincidem com o que estes Serviços têm constatado acerca do panorama político das regiões do sul do Malawi - e ajustam-se aos dados igualmente existentes a respeito da actuação da FRELIMO sobre Moçambique, com base naquele território e em ligação com elementos pró-Chipembere."*

<sup>149</sup>AHM, FM, vc.104: PSP/Tete, RI no.170, 13 de Novembro de 1967, in GDT, Sitrep no.46/67, 17 de Novembro de 1967.

<sup>150</sup>Informações sobre o levantamento de Yatuta Chisiza em, entre outros: AHM, FM, cx.104: AdPa/Zóbuè, m-r no.17, 3 de Outubro de 1967, no.18, 4 de Outubro de 1967, e s/n, 5 de Outubro de 1967; e SCCI-Tete, m-r no.328, in GDT, Sitrep no.40/67, 6 de Outubro de 1967. AdPa/Zóbuè, m-r no.19, 7 de Outubro de 1967, no.23, 9 de Outubro de 1967, no.26, 12 de Outubro de 1967, e no.27, 12 de Outubro de 1967, in GDT, Sitrep no.41/67, 13 de Outubro de 1967. AdPa/Zóbuè, m-r no.32, 17 de Outubro de 1967, e no.34, 20 de Outubro de 1967, in GDT, Sitrep no.42/67, 20 de Outubro de 1967. E GDT, Sitrep no.46/67, 17 de Novembro de 1967.

<sup>151</sup>AHM, FM, cx.104: AdConc/Moatize, BI no.39, 31 de Outubro de 1967, in GDT, Sitrep no.44/67, 3 de Novembro de 1967.

<sup>152</sup>AHM, FM, cx.100: SCCI, BDI no.630/66, 3 de Dezembro de 1966, in GDT, Sitrep no.49/66, 16 de Dezembro de 1966.

<sup>153</sup>AHM, FM, cx.100: SCCI, BDI no.651/66, 22 de Dezembro de 1966, in GDT, Sitrep no.51/66, 30 de Dezembro de 1966.

<sup>154</sup>AHM, FM, cx.104: SCCI, BDI no.7/67, 31 de Janeiro de 1967, in GDT, Sitrep no.6/67, 11 de Fevereiro de 1967.

<sup>155</sup>Na entrevista citada, mas impondo certas reservas pela confusão de datas e falta de clareza nos pormenores.

<sup>156</sup>De qualquer maneira, a representação no Malawi nunca chegou ao nível de embaixada, como aconteceu na Zâmbia.

<sup>157</sup>AHM, FM, cx.104: SCCI, BDI no.10/67, 8 de Fevereiro de 1967, in GDT, Sitrep no.8/67, 24 de Fevereiro de 1967.

<sup>158</sup>AHM, FM, cx.104: SCCI, BDI no.3/67, 16 de Janeiro de 1967, in GDT, Sitrep no.4/67, 27 de Janeiro de 1967.

<sup>159</sup>AHM, FM, cx.104: PIDE, RI no.484, 31 de Março de 1967, in GDT, Sitrep no.14/67, 7 de Abril de 1967.

<sup>160</sup>"(...) Tem-se constatado que o governo do Malawi vem pautando a repressão à actividade dos elementos da FRELIMO apenas nos casos em que suspeita ou tem indícios mais ou menos seguros de que aqueles têm ligação com Chipembere ou colaboram com o movimento subterrâneo dos apaniguados deste no país (...)" . AHM, FM, cx.104: SCCI, BDI no.10/67, 8 de Fevereiro de 1967, in GDT, Sitrep no.8/67, 24 de Fevereiro de 1967.

<sup>161</sup>Sobre as relações económicas entre os dois países nesta altura, ver, por exemplo, Short 1974:297-308; McMaster 1974:123-125; e Henderson 1977:423-424.

<sup>162</sup>Por exemplo, AHM, FM, cx.104: GDT, Sitrep no.44/67, 3 de Novembro de 1967 (Anexo).

<sup>163</sup>Existe uma referência segundo a qual num encontro entre o dr. Banda e o presidente Eduardo Mondlane, em Março de 1967, teriam ficado acordados princípios sobre a actividade da FRELIMO no Malawi: aquela ficava autorizada a exercer livremente as suas actividades no país mas era proibida de usar qualquer espécie de armamento. A saída de material de guerra destinado a operações em Moçambique deveria passar a ser controlada pela polícia malawiana. Esta imposição não terá deixado outra alternativa à FRELIMO senão o trânsito clandestino desse material. AHM, FM, cx.104: PIDE, relatório no.581/67/GAB, 19 de Abril de 1967.

<sup>164</sup>AHM, FM, cx.104: SCCI, BDI no.96/67, 16 de Novembro de 1967, in GDT, Sitrep no.48/67, 1 de Dezembro de 1967.

<sup>165</sup>AHM, FM, cx.104: SCCI, RN no.16/67, 21 de Janeiro de 1967, in GDT, Sitrep no.4/67, 27 de Janeiro de 1967.

<sup>166</sup>Como por exemplo Pedro Massamba, ex-militante da FRELIMO que é referido como sendo representante no Malawi do partido ZAMVUMA (Zambeze/Rovuma), talvez a primeira sigla da UNAR. AHM, FM, cx.106: GDT, Sitrep 7/68, 16 de Fevereiro de 1968.

<sup>167</sup>Apesar dos protestos da FRELIMO, nomeadamente com a deslocação de diversos dirigentes seus para discutir o assunto com as autoridades malawianas.

Não era muito difícil descortinar a verdadeira natureza do movimento. Ver, por exemplo, AHM, FM, cx.106: GDT, Sitrep no.12/68, 22 de Março de 1968, e 16/68, 5 de Abril de 1968.

<sup>168</sup>Calisto Trindade foi responsável do *branch* da FRELIMO em Dedza, Malawi. Abandona-o por volta de Fevereiro de 1966. Uns meses depois parece encontrar-se a trabalhar nas Obras Públicas do Malawi, alegadamente como recompensa de "serviços prestados" ao governo, que teriam consistido em informações sobre Chiume e Chipembere, colhidas na Tanzânia, onde se havia deslocado aparentemente como quadro da FRELIMO. Mais tarde, em Março de 1968, encontra-se a trabalhar na firma *General Construction Company*, de Pombeiro de Sousa, cônsul de Portugal no Malawi e o principal "instrumento de presença" de Jorge Jardim naquele país. Simultaneamente, Trindade é já vice-presidente do UNAR. Ver, entre outros, AHM, FM, cx.104: PIDE/Tete, RI no.495-GAB, 9 de Outubro de 1967, in GDT, Sitrep no.45/67, 10 de Novembro de 1967; AHM, FM, cx.100: AdConc/Angónia, BI no.22/66, 28 de Julho de 1966, in GDT, Sitrep no.30/66, 5 de Agosto de 1966; AHM, FM, cx.106: SCCI, BDI no.22, 27 de Março de 1968, in GDT, Sitrep no.14/68, 5 de Abril de 1968.

<sup>169</sup>Ainda em Julho de 1966, numa sessão do Parlamento, em vésperas da proclamação da República do Malawi, o dr.Banda voltava ao tema, afirmando: "(...) Temos cá pessoas que são africanas, ou melhor, que são Nguni, Chewa, mas unicamente porque calhou nascerem do lado de lá da linha imaginária que separa o Malawi de Moçambique, embora sejam Yao, Nguni, Lomwe, Chewa, Sena, são considerados estrangeiros e não se podem registar como cidadãos. Têm que se submeter ao processo moroso e dispendioso da naturalização. Isso, na minha opinião, é injusto, muito injusto. Foi por isso que achei necessário promulgar uma nova lei, que entrará em vigor quando o país se tornar numa república, a 6 de Julho. (...) Por isso, de agora em diante, todos os africanos de Moçambique a norte do Zambeze têm direito, se tiverem vivido no nosso país ou fizerem parte da mesma família do outro lado da fronteira, a tornarem-se cidadãos do Malawi, registrando-se e sem necessidade de se naturalizarem." AHM, FM, cx.104: AdConc/Moatize, s/r.

<sup>170</sup>AHM, FM, cx.106: PSP/Quelimane, RI no.67/SI, 6 de Março de 1968, in GDT, Sitrep 12/68, 22 de Março de 1968.

<sup>171</sup>AHM, FM, cx.106: PIDE, relatório no.422/GAB, 21 de Março de 1968, in GDT, Sitrep no.14/68, 5 de Abril de 1968.

<sup>172</sup>AHM, FM, cx.106: GDT, Sitrep no.10/68, 8 de Março de 1968.

## BIBLIOGRAFIA

### a) Fundos da Administração Civil no Arquivo Histórico de Moçambique

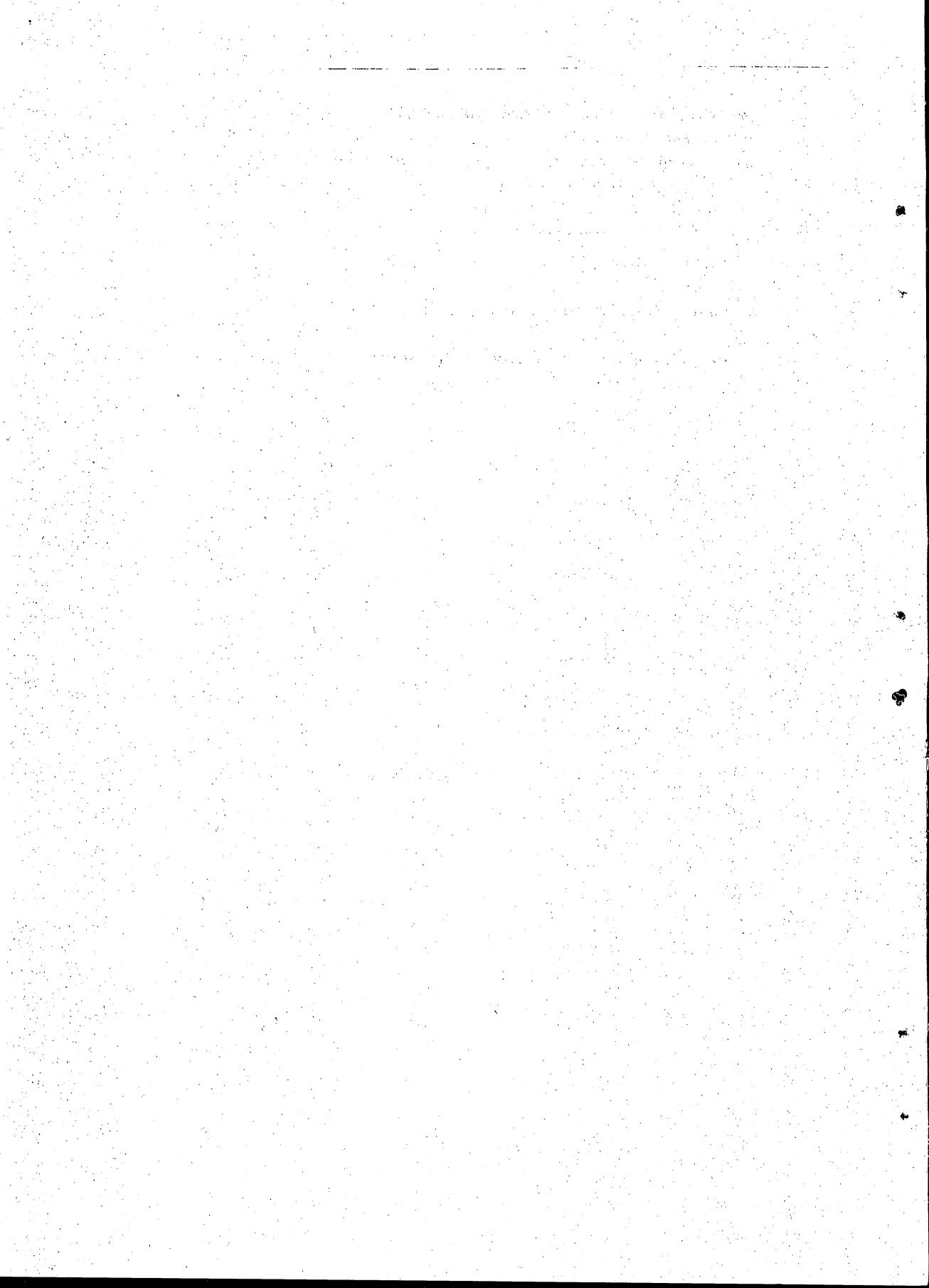
- Fundo do Concelho de Moatize, cxs. 97 a 107.
- Fundo do Posto Administrativo de Caldas Xavier, cx. 1.
- Fundo do Concelho da Macanga, cxs. 101 e 104.

### b) Secção Especial no Arquivo Histórico de Moçambique

- Governo do Distrito de Tete / Serviços Distritais de Administração Civil, "Acta das Sessões da Reunião dos Administradores e do Intendente com o Governador do Distrito nos Termos do art.377º da Reforma Administrativa Ultramarina", 18 e 19 de Abril de 1966. No.237-1, cota: SE aIII p.10.
- Governo do Distrito de Tete / Serviços Distritais de Administração Civil, "Segunda Conferência de Administradores de Concelho e Circunscrição", 1967. No.245, cota: SE aV p.6.
- Serviços de Centralização e Coordenação de Informações / Ferraz de Freitas, "Conquista da Adesão das Populações", Lourenço Marques, Fevereiro de 1965. No.22, cota: aIII p.6.

### c) Publicações

- Borges Coelho, João Paulo (ed.), (1991): "Entrevista com Celestino de Sousa: A Actividade da Frelimo em Tete, 1964-1967", *Arquivo*, 10, Outubro de 1991.
- Carvalho, Henrique Martins de (1965): "Relações Diplomáticas de Portugal com os Países e Territórios Vizinhos de Moçambique", in *Moçambique - Curso de Extensão Universitária*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Henderson, Robert D'A. (1977): "Relations of Neighbourliness - Malawi and Portugal, 1964-1974", in *Journal of Modern African Studies*, 15 (3).
- Jardim, Jorge (1976): *Moçambique Terra Queimada*, Lisboa: Ed. Intervenção.
- McMaster, Carolyn (1974): *Malawi Foreign Policy and Development*, Londres: Julien Friedmann Publishers.
- Short, Philip (1974): *Banda*, Londres e Boston: Routledge & Kegan Paul.



## PUBLICANDO O PASSADO: PROGRESSOS NA SÉRIE 'DOCUMENTOS SOBRE OS PORTUGUESES'

D.N. Beach

As pessoas interessadas em conhecer o povo do Zimbabwe e o seu meio-ambiente encontram-se numa situação de grande vantagem, relativamente às que procuram conhecer e estudar muitos dos outros países africanos. Isto porque, enquanto existem descrições em primeira mão de quase toda a zona costeira de África desde 1497, descrições desse tipo sobre o interior a sul do equador só aparecem muito depois do início do século XIX, e mesmo assim em número reduzidíssimo.<sup>1</sup> Contudo, a situação é diferente no que respeita ao planalto zimbabweano e às zonas adjacentes do centro de Moçambique e do sul do Malawi. É possível encontrar descrições em primeira ou segunda mão sobre quase todos os aspectos da actividade humana nesta área, bem como sobre o ambiente físico, o clima, a vegetação, a vida animal, etc., que foram sendo escritas ao longo dos quatro séculos anteriores à dominação colonial.<sup>2</sup>

O que explica a existência desta relativa abundância de obras descritivas é o ouro do planalto do Zimbabwe, que desde cedo atraiu os portugueses para o interior, quando se desinteressavam pela região interior entre a Etiópia e o rio Chire, e entre o rio Save e o Cabo. As descrições da sociedade humana e do ambiente foram um subproduto da actividade administrativa normal e regular do Estado, da igreja e do capital mercantil portugueses, em quatro continentes e dois oceanos. Essa administração implicou a acumulação de muitíssimos documentos, tantos que as perdas pelo fogo, tremores de terra e incúria reduziram só ligeiramente o seu número. Estes documentos encontram-se em vários arquivos em Portugal, Goa, Maputo, Roma, Londres e Paris, e constituem uma base essencial para o estudo de todas as regiões visitadas pelos portugueses.

A publicação destes documentos é uma tarefa essencial e vital. Em primeiro lugar, o papel e a tinta dos séculos passados, ainda que resistentes, não durarão para sempre, e a publicação dos documentos reduz a possibilidade de eles se perderem, como no passado aconteceu com alguns. Em segundo lugar, o português arcaico e os manuscritos arcaicos portugueses não são fáceis de ler, mesmo para quem conheça

bem a língua portuguesa.; além disso, a tradução de transcrições portuguesas para uma língua mais difundida, como o inglês ou o francês, contribui para que sejam mais conhecidas.

Os portugueses eles próprios têm uma longa tradição de publicação dos seus documentos. Mesmo os cronistas mais antigos, nas suas crónicas reproduziam frequentemente e quase integralmente os originais - uma circunstância feliz, dado que os originais nem sempre se salvaram. Por exemplo, a descrição do planalto zimbabweano em *Da Ásia*, de João de Barros, segue de perto um relatório que o capitão de Sofala, Vicente Pegado, recebera ordens de elaborar em 1530.<sup>3</sup> Esse relatório perdeu-se. No século XIX era normal os portugueses publicarem documentos históricos em Lisboa, Moçambique e Goa, tendo a crise de 1890 levado a que aumentassem ainda mais o número de publicações, na vã esperança de que a Grã-Bretanha ficasse impressionada com tratados antigos remontando a mais de dois séculos.<sup>4</sup> A subsequente publicação de documentos pelo Estado Novo, de António Salazar, imbuído de uma forte consciência histórica, apenas dava continuidade a uma tradição anterior.<sup>5</sup> Contudo, os documentos publicados somente em português parece terem sido seleccionados numa base muito aleatória. A obra em nove volumes de transcrições e traduções de George Theal revela também uma certa desorganização, mas graças à sua energia e porque se concentrou nos séculos XVI e XVII, contribuiu bastante para chamar a atenção dos anglófonos sobre o valor dos arquivos portugueses.<sup>6</sup>

Nos anos 1950 foi finalmente feita uma tentativa séria de publicação definitiva dos documentos sobre a costa de Moçambique e seu interior. Como a maior parte do seu interior estava ocupada pela Federação das Rodésias e Niassalândia, era lógico que o projecto fosse dirigido pelos Arquivos Nacionais de Salisbury e pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos de Lisboa. O projecto foi iniciado pelo director dos Arquivos de Salisbury, tendo a selecção de base dos documentos sido feita por Eric Axelson, que já havia realizado um trabalho precursor nos anos 1930, e que mais tarde publicaria dois importantes trabalhos de investigação cobrindo o período 1488-1700.<sup>7</sup>

O primeiro volume do projecto apareceu em 1962.<sup>8</sup> Era uma obra notável, de 867 páginas compactas, com textos em português e inglês, face a face. Os textos começavam a um terço de cada página, a partir de cima, o que era visualmente interessante mas implicava também que por vezes uma página do documento original ocupasse duas páginas da nova publicação. Indicava-se o título, lugar, data e

proveniência do documento, e, no caso de ter sido já publicado, davam-se detalhes sobre essa anterior publicação (a não ser quando publicado por Theal, que não era nunca mencionado). No fim de alguns documentos incluíam-se notas sobre aspectos que os editores consideravam necessitar de explicação, embora infelizmente, quer neste volume quer no volume III, remetam o leitor para o trabalho de Hugh Tracey sobre geografia histórica - e o trabalho de Tracey contém muitos erros.<sup>9</sup> O detalhe dos documentos publicados é absolutamente espantoso. Por exemplo, oito páginas detalham os pagamentos efectuados em 1506, durante três meses, à guarnição de Sofala; uma página diz-nos que no mesmo ano foi enviado um livro e algum papel de Sofala para Quiloa, etc.<sup>10</sup> Eram assuntos ligados à história da colonização portuguesa, que correspondiam obviamente aos interesses da parte portuguesa no projecto, mas para historiadores do interior que aguardavam ansiosamente o aparecimento de documentos vitais sobre o planalto zimbabweano, foi um pouco frustrante ver tanto espaço desperdiçado com aquilo que, para eles, não tinha interesse.

Durante os quatro anos seguintes apareceram mais volumes, produzidos com a mesma qualidade elevada. Infelizmente, enquanto que o primeiro volume cobria dez anos, os últimos cobriam apenas quatro (volumes II e III) ou dois (volumes IV e V). Obviamente, se este ritmo se mantivesse seria necessário muitíssimo tempo para os compiladores chegarem à data que o projecto pretende atingir (1840) - de facto, o projecto completar-se-ia só no ano 2127, e isso supondo que o volume de documentação se manteria constante durante todo o período, quando de facto ele aumentou. Os editores destas séries só esporadicamente incluem introduções, não se sabendo se isto é ou não intencional. Porém, depois do volume V o projecto parece começar a mover-se a um ritmo mais acelerado, e os volumes VI, VII e VIII, que apareceram durante os nove anos seguintes, cobriam dezenove, vinte e um, e vinte e oito anos respectivamente. Conforme anunciaram os editores em 1975, foi decidido não publicar todo o documento nos casos em que só parte dele dizia respeito à região de Moçambique.<sup>11</sup> As longas listas e relatos das guarnições, que tinham ocupado tanto espaço nos volumes anteriores, tornavam-se muito mais raros. Não se sabe se as listas que se salvaram eram em menor número, ou se os editores as omitiram deliberadamente.

A revolução de 1974 em Portugal, e a independência de Moçambique, fizeram parar o projecto durante quinze anos, mas antes

de apreciarmos o volume mais recente, que é o tópico deste ensaio, é importante rever o conteúdo dos primeiros oito volumes, que foram publicados entre 1962 e 1975.

Em primeiro lugar, apresentam relativamente poucos erros, de datas ou de interpretação. Quatrocentas vacas foram reduzidas a quatro no volume I,<sup>12</sup> uma carta de 1528 foi inserida no volume relativo a 1518,<sup>13</sup> e a palavra *muroyi* (feiticeiro), utilizada na acusação contra Gonçalo da Silveira, foi erradamente traduzida para mouro (muçulmano), uma incorrecção óbvia dado que se diz serem muçulmanos os seus acusadores.<sup>14</sup>

Em segundo lugar, há documentos que não deviam figurar na coleção, mesmo numa interpretação muito liberal dos termos de referência do projecto. Por exemplo, documentos sobre a Etiópia, o Mar Vermelho e o Golfo, ou sobre as questões da igreja na Índia, nada tinham a ver com o projecto.<sup>15</sup> Por vezes os editores publicam apenas extractos dos documentos muito longos, inserindo somente aquilo que dizia respeito a Moçambique, mas não foram consistentes. O volume VII dá-nos um exemplo da inclusão de material que deveria ser excluído: o escrutarário João Velho escreveu duas cartas ao rei, em 4 de Novembro de 1547, queixando-se do comportamento de Dom Jorge, capitão de Sofala.<sup>16</sup> Presume-se que ele tenha escrito duas cartas para o caso de uma se perder ou ser interceptada, pois eram praticamente idênticas, e teria sido fácil e pouparia espaço anotar as diferenças em notas de pé de página; em vez disso publicaram-se ambas as cartas. Outro exemplo: quando a notícia da morte de Gonçalo da Silveira chegou à Índia, este facto foi referido em várias cartas que os clérigos locais enviaram para Portugal, mas não acrescentam nada àquilo que já sabíamos das narrações de António Calado e Luís Frois. Dado que estas narrações estavam, muito correctamente, incluídas no volume VIII, não havia necessidade de incluir as versões posteriores.<sup>17</sup>

Por outro lado, constatam-se nestes volumes omissões infelizes. A longa e rica narração de André Fernandes, sobre a área a sul de Inhambane no ano de 1562, publicada por Theal, não figura no volume VIII.<sup>18</sup> Trata-se de uma omissão grave, mas muito mais grave e inexplicável é a exclusão de *Da Ásia*, de João de Barros. Por que razão foi este texto omitido? Não pode ter sido por se tratar de uma fonte já publicada, pois também as narrações de Martín Fernández de Fogueiroa e Duarte Barbosa haviam sido publicadas, e foram incluídas.<sup>19</sup> Não foi pelo facto de Theal ter já publicado obras

de João de Barros, pois dizia-se que um dos objectivos do projecto era actualizar Theal;<sup>20</sup> nem por *Da Ásia* ter aparecido muito depois de alguns dos acontecimentos que narra, porque o volume VIII inclui parte de *Da Ásia* de Diogo Couto, publicado também muito depois do acontecimento, como complemento necessário da narrativa de Francisco de Monclaro, do período 1569-1576.<sup>21</sup> O leitor é levado a suspeitar que a razão real da omissão foi o facto de a narrativa ser muito extensa. Isto, contudo, não deveria servir de justificação: alguns dos principais documentos do século XVII e seguintes eram de facto muito longos, o que significa que o problema reaparecerá em edições futuras. Se tivesse havido maior cuidado em excluir o material que pouco ou nada tinha a ver com Moçambique e o seu interior, haveria muito espaço para as passagens relevantes e importantes de *Da Ásia*, de João de Barros. (Mais à frente, neste ensaio, sugiro um método alternativo de resolver este problema).

O recomeço deste projecto nos anos 1980 foi um sucesso notável. Moçambique, Portugal e o Zimbabwe, eventuais herdeiros do plano elaborado nos finais de 1950, não tinham dinheiro, e mesmo quando a Fundação Gulbenkian de Portugal, o Governo Português e os Arquivos Nacionais do Zimbabwe conseguiram os fundos necessários, não deve ter sido fácil recriar uma dinâmica que tinha (temporariamente) esmorecido. Sublinho isto porque quero que se compreenda que as minhas críticas ao volume IX, que acaba de ser publicado,<sup>22</sup> são feitas com um espírito construtivo e na esperança de que o projecto prossiga e continue a desempenhar um papel vital.

O volume IX é produzido com a mesma alta qualidade dos oito volumes anteriores. Encontra-se nele a mesma atribuição generosa de espaço e a mesma forma de apresentação da informação básica. Tem também o mesmo defeito de não mencionar se o documento em questão foi ou não publicado por Theal. (Dos 82 documentos, parece que 20 estão nesta categoria). As notas de pé de página estão só em inglês, e parece serem correctas, se excluirmos alguns erros interessantes.<sup>23</sup> Em resumo, o volume apresenta todas as características das séries anteriores, desde 1962.

Infelizmente, contém também algumas das mesmas falhas. Embora eu tenha referido no início a existência de uma grande riqueza de documentação nos arquivos portugueses, sobre Moçambique e o interior, temos que reconhecer que essa riqueza está distribuída de forma desequilibrada. São raros os documentos relativos ao período 1589-1615 escritos em Moçambique, e dos 82 aqui

publicados só 3 são originários de Sena ou da Ilha de Moçambique, e 2 de Goa. Todos os outros provêm de Lisboa ou da corte espanhola. (Este desequilíbrio parece ser confirmado pelos trabalhos de Axelson e pelo conteúdo dos arquivos de Goa.<sup>24</sup> Como consequência, enquanto por um lado temos muita informação sobre as intenções do governo português e do seu chefe supremo quanto a Moçambique e à área do Zambeze, não é fácil deduzir o que de facto estava a acontecer na região. Se não fosse o hábito dos funcionários ibéricos recordarem o vice-rei de Goa do que ele havia escrito sobre um certo assunto, teríamos grande dificuldade em compreender os acontecimentos: não possuindo os relatórios originais enviados de Moçambique para Goa, e nem sequer os de Goa para Lisboa, os assuntos chegam-nos em terceira mão. (A capacidade de Axelson de dar um sentido a estes documentos é de facto notável).<sup>25</sup>

Apesar de tudo, e sabendo-se embora que os compiladores do Volume IX tiveram que lidar com um conjunto de fontes particularmente difícil, eles continuaram a publicar o que deveria ser omitido e a omitir o que deveria ser publicado, exactamente como acontecera com os oito volumes anteriores. Dos documentos aqui publicados, um número demasiado grande refere-se principalmente ou exclusivamente a áreas exteriores a Moçambique. É verdade que são interessantes, mas a sua publicação deveria resultar de acorços entre os arquivos de Portugal e de Madagascar, Tanzânia, Quénia, Somália e Etiópia, e não somente de Moçambique e Zimbabwe, que estão a apoiar a história de outros países sem retribuição directa.<sup>26</sup> Além disso, alguns dos documentos que dizem respeito às nossas áreas não têm interesse: o Documento 32 de 1609 diz-nos que, se não for possível enviar dinheiro para a planejada conquista de Mutapa, deverão pelo menos ser enviadas trinta pipas de vinho e azeite. Muito certo, mas outros dois documentos descrevem as atribulações deste vinho e azeite, bem como de algumas bolachas, ocupando mais três páginas valiosas.<sup>27</sup> Dado o facto de estarem a ocorrer acontecimentos importantíssimos na região, que são virtualmente ignorados nos documentos deste volume, não será legítimo levantar a questão de prioridades? Similarmente, uma página inteira diz-nos que em 4 de Junho de 1614 o rei quis que a tesouraria executasse as suas ordens de 23 de Abril. Não terás sido suficiente uma nota no fim da página?<sup>28</sup>

Pode a este respeito argumentar-se que é melhor incluir os documentos numa coleção do que excluí-los, na base de que pelo menos alguém poderá aprender algo deles. É mais difícil desculpar a

omissão de documentos importantes, especialmente quando escritores anteriores já os utilizaram e provaram o seu valor. A colecção de Theal foi compilada apressadamente, e transparece deste volume que o que Theal apresentou como documentos separados nos seus Volumes IV e V eram na realidade parágrafos de documentos aqui publicados. Contei pelo menos vinte documentos publicados na colecção de Theal que não aparecem aqui; alguns deles não têm significado, mas outros são muito importantes, como a narrativa de Agostinho de Azevedo, não datado mas indubitavelmente deste período, e uma concessão de terras aos Dominicanos.<sup>30</sup> Ainda mais importante é um documento de 1598 que identifica - até certo ponto - um dos maiores inimigos dos portugueses no Zambeze;<sup>31</sup> dado ser este documento um dos que se situam no centro do debate dos anos 1980, entre quatro importantes académicos, deveria ter sido incluído no volume; mas não foi.<sup>32</sup>

Isto conduz-nos ao ponto principal da minha crítica a este volume: o período 1589-1615 foi de grande importância para a região, mas dificilmente se chegaria a essa conclusão a partir dos documentos aqui reproduzidos. Por um lado, tanto quanto sabemos, importantes acontecimentos políticos e militares estavam a ocorrer a norte do Zambeze, pelo menos até Mombaça.<sup>33</sup> Não é bem claro o que estava em jogo, mas este volume omite a maior parte dos factos que poderiam ajudar-nos a formar uma idéia do que efectivamente se passou. Igualmente, o poderoso Estado de Mutapa estava a ser alvo de ameaças externas, do norte do Zambeze e dos portugueses, e a enfrentar problemas internos.<sup>34</sup> Ainda, durante este período a fortaleza de Moçambique, o cerne das conquistas portuguesas, foi atacada duas vezes pelos holandeses. As melhores fontes sobre o acontecimento, em holandês e português, não aparecem neste volume.<sup>35</sup> Finalmente, por esta época barcos portugueses naufragados no sul estavam accidentalmente a aumentar o nosso conhecimento sobre a região à volta do que é agora a cidade capital, Maputo - mas isso não se depreende deste volume.<sup>36</sup>

Os factos omitidos encontram-se em *Ethiopia Oriental* de João dos Santos, publicado em 1609; em parte de *Da Ásia*, de Couto, escrito em 1609-1616; em a *Década*, de António Bocarro, que cobre os anos 1597-1616; em *Cercos de Moçambique*, de António Durão e no *Lofflijcken Voyage*; e nas secções relevantes do "Trattado...", de Gaspar Ferreira Reimão, e do *Naúfrágio*, de João Baptista Lavanha.<sup>37</sup> Porque razão foram estas obras omitidas? A introdução zimbabweana

ao volume refere que Santos não foi incluído porque o seu trabalho "já existe impresso em forma acessível há muito tempo, com tradução".<sup>38</sup> Isto só em parte é verdade, e não se mencionam as outras fontes que faltam. Se o facto de terem sido publicados anteriormente na coleção Theal fosse um impedimento à publicação, um quarto dos documentos deste volume teriam sido excluídos; por isso, como acontece com *Da Ásia*, de Barros, somos levados a concluir que a razão real da não inclusão de certas fontes é a sua extensão. Dado que alguns dos documentos mais extensos são os mais interessantes, a sua exclusão significa que o projecto português "Documentos sobre os Portugueses" corre o risco de se tornar num "Hamlet sem o Príncipe".

Estas são críticas um pouco duras a um volume que era aguardado com grande expectativa. Todas elas podem ser superadas nos volumes futuros que *devem* aparecer. O material relativo a outras áreas que não Moçambique e o seu interior, e o material irrelevante, devem ser eliminados ou resumidos. Deve ser compilada uma nova "lista-base" de documentos, para ampliar a de Axelson que foi elaborada há quase quarenta anos. (Isto consegue-se facilmente fazendo uma lista cronológica computerizada de todas as referências aos documentos que se encontram em obras secundárias e guiões). Deverá então ser consultado o maior número possível de académicos sobre o valor das publicações propostas na lista; desta forma reduz-se a possibilidade de omissão de documentos valiosos. Muito mais tarde deve renovar-se a consulta aos académicos sobre as notas de pé de página, já que ninguém individualmente pode ter a pretensão de saber tudo.

Olhando para o futuro, podemos prever que os editores do projecto irão enfrentar problemas sérios, com o aumento do número de documentos a serem editados, à medida que se expandia a actividade dos portugueses nos séculos XVII e XVIII. Em relação a estes e aos séculos seguintes pode acontecer que seja necessário um volume inteiro para incluir os documentos de um único ano! Uma maneira de contornar este problema pode ser dividir a série em séries regionais paralelas, talvez do *Norte*, *Centro* e *Sul*. O Malawi poderá estar envolvido na série do norte, e a Swazilândia ou mesmo uma África do Sul livre, na do sul. Assim poderia triplicar-se o ritmo da publicação.

Finalmente, o que dizer do problema de documentos muito longos? Aqui parece que a conveniência deve andar de mãos dadas

com o lucro. Como referiu Paul Hair, a tradução de Theal da *Ethiopia Oriental*, de João dos Santos, cobre apenas parte do livro, de modo que quem queira ler todo o documento tem que saber português.<sup>40</sup> É contudo uma obra fascinante, que combina a observação rigorosa com a fantasia, muito mais susceptível de atrair o público em geral do que qualquer dos nove volumes de documentos publicados até agora. Não existe nenhuma razão para que tais obras não sejam publicadas numa série paralela. Imagine-se uma publicação completa de dos Santos, com tradução na página oposta, notas de pé-de-página correctas, mapas, fotografias a cores das regiões descritas, e uma capa romântica a cores, por exemplo da costa de Sofala! Devidamente comercializado, tal livro vender-se-ia muito bem nas livrarias de todo o mundo, e os lucros poderiam apoiar o projecto principal. Outro volume do mesmo género poderia combinar as partes relevantes de *Da Ásia* de João de Barros, o documento de André Fernandes de 1562, parte de *Da Ásia* de Couto, e a parte relevante da *Década* de Bocarro. Uma apresentação semelhante à do volume de dos Santos, talvez com uma capa ilustrativa do norte do Zimbabwe, começaria a atrair os membros do público que habitualmente são compradores das séries, assim como os académicos. Um terceiro volume poderia incluir o documento de António Gomes de 1648, o *Oriente Conquistado* de Francisco de Sousa, e outros documentos ligados à Igreja.<sup>41</sup>

Em resumo, é de saudar o recomeço da publicação de documentos nesta série, mas são necessárias mudanças para se tirar deles o máximo resultado.

## NOTAS

<sup>1</sup>"The dark continent - a preliminary study of the geographical coverage in European sources, 1400-1880", A.Jones, edição de B.Heintze e A.Jones; "European sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and abuse", *Paideuma, Mitteilungen zur Kultatkunde* (1987), XXXIII, 19-26.

<sup>2</sup>"Documents and African society on the Zimbabwean plateau before 1890", D.N.Beach, em "European sources...", 129-43, Heintze e Jones.

<sup>3</sup>*Livro Décimo da Primeira Década da Ásia [1552]*, João de Barros (Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1945), 391-8; *Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa, 1497-1840*, A.da Silva Rego e T.W.Baxter (eds.), (Centro de Estudos Históricos Ultramarinos de Lisboa e Arquivos

Nacionais da Rodésia, 1969), VI, 324-7.

<sup>4</sup>Por exemplo, *O Chronista de Tissaury* (Goa, 1866-9); *Arquivo Português Oriental* (Goa, 1857-67); *Annaes do Concelho Ultramarino, parte não oficial* (Lisboa, 1854-66); *Memória e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territórios de Machona e Nyassa, 1890* (Lisboa, Nacional, 1890); *Boletim do Governo da Província de Moçambique* (Moçambique e Lourenço Marques, Nacional, 1854-1975).

<sup>5</sup>*Moçambique, Documentário Trimestral* (Lourenço Marques, 1935-61); *Relações de Moçambique Setecentista*, A.A. Andrade (Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955); "Fontes para a história, geografia e comércio de Moçambique (Século XVIII)", L.F. de Carvalho Dias (ed.), *Anais* (1954), IX, 1.

<sup>6</sup>*Records [of South Eastern Africa]*, G.M. Theal (ed.), (Cidade do Cabo, Governo da Colónia do Cabo, 9 vols, 1898-1903).

<sup>7</sup>*Portuguese in South-east Africa, 1488-1600*, E. Axelson. Johannesburg, Struik, 1973), e *Portuguese in South-east Africa, 1600-1700* (Imprensa da Universidade de Witwatersrand, Johannesburg, 1960).

<sup>8</sup>*Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa, 1497-1840* (1962), 1, Silva Rego e Baxter.

<sup>9</sup>*Ibid.*, 400-1; *Documents* (1964), III, 180-1, Silva Rego e Baxter; "António Fernandes - a reassessment", R.W. Dickinson, *Rhodesians* (1971), XXV, 47.

<sup>10</sup>*Documents* (1962), 1, 632-51, 410-1, Silva Rego e Baxter.

<sup>11</sup>*Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa 1497-1840* (Centro de Estudos Históricos Ultramarinos de Lisboa, Arquivos Nacionais da Rodésia, 1975), VIII, xviii-xix.

<sup>12</sup>*Documents* (1962), I, 392-3, Silva Rego e Baxter.

<sup>13</sup>*Documents* (1975), VIII, 4-5, Silva Rego e Burke.

<sup>14</sup>*Documents* (1975), VIII, 4-5, Silva Rego e Burke.

<sup>15</sup>*Documents* (1965), IV, 234-59, Silva Rego e Baxter; *Documents* (1969), VI, 68-87, Silva Rego e Baxter.

<sup>16</sup>*Documents* (1971), VII, 184-95, Silva Rego e Baxter.

<sup>17</sup>*Documents* (1975), VIII, 2-9, 24-59, 70-81, 100-3, 112-17, Silva Rego e Burke.

<sup>18</sup>*Records* (1898), II, 19-52, Theal.

<sup>19</sup>*Documents* (1964), III, 586-633; (1966), V, 354-81, Silva Rego e Baxter.

<sup>20</sup>*Documents* (1962), I, vi-vii, Silva Rego e Baxter.

<sup>21</sup>*Documents* (1975), VIII, 248-429, Silva Rego e Burke.

<sup>22</sup>*Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa 1497-1840* (Lisboa, Arquivos Nacionais do Zimbabwe, Universidade Eduardo Mondlane e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989), IX, xxxi, 498pp., Z\$40,00, edição de L.de Albuquerque, referido à frente como *Documents*, IX.

<sup>23</sup>Os erros principais são: p.21, o Forte de Jesus não foi destruído pelos turcos ou por quem quer que seja em 1729 ou em data posterior, e a Ilha do Corvo situava-se e situa-se no Arquipélago dos Açores, no Atlântico; p.67, é quase certo que os "Cabires" não eram Macuas (ver em baixo nota 31), e G.M.Theal não merecia confiança como historiador dos povos africanos; pp.44-5, a expedição de Pedro de Sousa não foi ao Estado de Mutapa (ver nota 31); e p.59, sugere-se que "Bazarugos" talvez fosse Bazaruto, mas é muito pouco provável que Lisboa pensasse valer a pena transportar o que quer que fosse produzido na ilha desértica de Bazaruto, numa distância de 6.000 quilómetros, para abastecer a armada em Goa. As terras de Bazarugos devem ter-se localizado perto de Goa.

<sup>24</sup>*Portuguese in South-east Africa; 1498-1600*, 169-79, Axelson; e *Portuguese in South-east Africa, 1600-1700*, 1-14; Arquivos de Goa, Panaji, Livros das Monções, vols.7-12.

<sup>25</sup>*Portuguese 1488-1600*, 169-79, Axelson; e *Portuguese 1600-1700*, 1-14.

<sup>26</sup>*Documents*, IX, 2-9, 42-3, 44-51, 78-83.

<sup>27</sup>*Documents*, IX, 184-92, 198-203.

<sup>28</sup>*Documents*, IX, 390-1.

<sup>29</sup>*Records* (1899), IV, 33-7, Theal.

<sup>30</sup>*Records* (1899), IV, 108-9, Theal.

<sup>31</sup>*Records* (1901), V, 281-3, Theal.

<sup>32</sup>"The early history of the Maravi", M.D.D.Newitt, *The Journal of African History* (1982), XXIII, 145-62; "The Zimba and the Lundu state in the late sixteenth and early seventeenth centuries", M.Schoffeleere, *ibid.* (1987),

XXVIII, 337-55; "The river-god and the historians: Myth in the Shire valley and elsewhere", C.Wrigley; e "Myth and/or history: A reply to Christopher Wrigley", M.Schoffeleers, *ibid.* (1988), XXIX, 367-83, 385-90.

<sup>33</sup>Arquivos de Goa, Panaji, Livros das Monções, XVII, 138, o Rei ao Vice-Rei de Goa, Lisboa, 27 de Fev. de 1633.

<sup>34</sup>*Portuguese 1600-1700*, 30-53, Axelson; *The Shona and Zimbabwe, 900-1850*, D.N.Beach (Gweru, Mambo, 1984), 125-7; *A Political History of Mwenemutapa, c. 1400-1902*, S.I.G.Mudenge (Casa Editora do Zimbabwe, 1988, Harare), 223-41.

<sup>35</sup>*Portuguese 1600-1700*, 15-29, Axelson.

<sup>36</sup>*Portuguese 1600-1700*, 219-26, Axelson.

<sup>37</sup>*Records* (1901), VII, 1-370, Theal; (1901), VI, 339-57, 392-410; (1899), III, 254-435; *Portuguese 1600-1700*, Axelson, 15-29; *Portuguese 1488-1600*, 219-26.

<sup>38</sup>*Documents*, IX, xii.

<sup>39</sup>"Documents and African Society", Beach, 140-1.

<sup>40</sup>"The task ahead: The editing of early European-language texts on Black Africa", em *European sources*, Heintze e Jones, 32, 40.

<sup>41</sup>"Viagem que fez o Padre Ant<sup>o</sup> Gomes da Comp<sup>a</sup> de Jesus, ao Império de de [sic] Manomotapa; e assistência que fez nas ditas terras d<sup>e</sup> algu's annos" [2 de Janeiro de 1648], *Studia* (1959), III, 155-242, ed. E.Axelson; *Oriente Conquistado a Jesu Christo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Francisco de Sousa (V.da Costa Deslandes, 2 vols., 1710, Lisboa).

## O PÚBLICO E O PRIVADO

### Contribuição para o Debate em Torno da Caracterização de Documentos e Arquivos

Ana Maria de Almeida Camargo

Sir Hilary Jenkinson, em 1950, manifestava-se contra a distinção entre as diferentes classes de arquivos, considerando-a incorrecta do ponto de vista arquivístico. Referia-se aos chamados "arquivos económicos" - uma das modalidades em que tradicionalmente se dividem os conjuntos de documentos privados - e argumentava afirmando não existir nenhum tipo de arquivo que não pudesse ser utilizado para fins puramente económicos. Retirando da definição o critério de origem, preferiu o de utilidade. Mas justificou a existência da distinção: são arquivos sobre os quais o Estado não exerce grande controle e que correm por isso mesmo um maior risco de desaparecimento ou mutilação.<sup>1</sup> Retomando o assunto alguns anos depois, Riccardo Filangieri verificava a presença de dois princípios em conflito: o da propriedade privada e o do interesse comum.<sup>2</sup> Embora tal conflito tenha sido recentemente qualificado como "mais aparente do que real",<sup>3</sup> a análise das soluções encontradas nos diversos países, por via legislativa ou fora dela, permite entrever a ambiguidade que preside à definição de fronteiras entre o público e o privado.

A busca de contornos definidos para a caracterização dos chamados arquivos privados será aqui descrita a partir da própria história da construção do público e do privado como categorias jurídicas. Sem a pretensão de esgotá-lo - o tema mereceria, com certeza, um aprofundamento maior - foram deliberadamente excluídas do trabalho as questões relacionadas com o recolhimento, a guarda e o acesso aos documentos, de resto abordadas de modo exaustivo por Aurélio Wander Bastos.<sup>4</sup>

O aparecimento do moderno Estado de direito, o Estado liberal do século XIX, resulta de um padrão de relacionamento entre o sistema político e a sociedade civil que diferencia, de maneira

nista, a esfera pública do sector privado. Ao domínio quase exclusivo do direito privado sucede um saber jurídico que passa a enfatizar o direito público como princípio organizacional de todo o ordenamento político.<sup>5</sup>

Além de significar aquilo que é acessível a qualquer um, "público" passou a ser sinónimo de sede do "poder público" (do Estado, na sua qualidade de promotor do bem público). Esta dupla acepção aparece no Código Civil brasileiro, quando se particularizam os bens públicos: de um lado estão os "de uso comum do povo" (mares, rios, estradas, ruas e praças); do outro os de uso especial (edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal) e os bens dominicais (que constituem o património da União, dos Estados ou dos Municípios, como objecto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades),<sup>6</sup> esses últimos também denominados patrimoniais.<sup>7</sup>

No âmbito do público como equivalente de estatal e de oficial, os arquivos são, antes de mais nada, depositários da fé pública. A doutrina arquivística, durante todo o século XIX, enfatizou o aspecto público dos arquivos, em razão do "carácter autêntico dos documentos neles conservados".<sup>8</sup> A clássica definição da Associação dos Arquivistas Holandeses, divulgada em 1898, exclui do universo dos arquivos os documentos de origem privada: "Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um dos seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário".<sup>9</sup> Embora admitindo as diferentes categorias de arquivos, Vicenta Cortés reconhece hoje que "o padrão que serve para todos é o dos que poderíamos chamar arquivos por excelência, isto é, os arquivos públicos, porque, por razões históricas bem conhecidas, são os que em quantidade e qualidade, assim como em idade, reúnem melhor os requisitos que os colocam em primeiro lugar na hierarquia arquivística".<sup>10</sup>

A valorização do arquivo como órgão que conserva os documentos emanados de autoridades públicas vem de uma longa tradição jurídica, baseada na presunção de autenticidade dos actos praticados pelos que detêm cargos e ofícios públicos. É na esfera do público - mediante registros autênticos e seguros - que se evidenciam a veracidade e a validade dos factos. Em outras palavras, os arquivos funcionam "como suporte jurídico-administrativo das actividades dos

poderes públicos".<sup>11</sup> Não é por acaso que o Código Civil brasileiro dispõe com absoluta exclusividade sobre os documentos que têm "força probante"<sup>12</sup> e subordina o valor de prova dos chamados instrumentos particulares à sua transcrição em registro público.<sup>13</sup>

O oposto ao conceito de público, a esfera do particular abarcaria o que é próprio às pessoas, consideradas isoladamente. "Ela é o particularizado, o separado, no sentido do privativo".<sup>14</sup> Como categoria histórica denota, na sociedade burguesa, uma relação de distanciamento e de subordinação para com o poder público. É nessa medida, por exemplo, que os bens particulares na legislação brasileira vêm definidos por exclusão: são os "outros", os que não são públicos.<sup>15</sup> Trata-se, na verdade, de um distanciamento peculiar: é com respeito à "múltipla importância da esfera pública que o termo *privado*, em sua acepção original de *privação*, tem significado".<sup>16</sup> As pessoas privadas, submetidas ao Estado enquanto destinatárias das funções políticas, jurídicas e administrativas do poder público, ao mesmo tempo que constituem um público no sentido amplo, são um público privado do poder público. Em contrapartida, todo um sistema de normas assegura a existência da esfera privada, através de sua instituição central - a propriedade privada - e das correlatas liberdades de contrato, de empreendimento e de herança que decorrem da ausência de encargos corporativistas e governamentais.<sup>17</sup>

A autonomia do privado como categoria jurídica está na base das definições de arquivo que, a partir do século XIX, começam a ser formuladas. O conceito de "fundo de arquivo" deslocou o centro da discussão para o modo orgânico de acumulação dos documentos, compreendendo a partir dessa característica tanto os de origem pública quanto os de origem privada. Mas a menção explícita da natureza pública ou privada dos documentos - que só aparentemente estabelece uma indiferenciação entre ambos - passou a fazer parte integrante de tais definições. "Os arquivos são o conjunto de documentos de qualquer natureza produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou moral, um órgão público ou privado, no exercício de sua actividade".<sup>18</sup> A polarização entre o público e o privado, que se mantém até hoje, segue a tradição fixada nos clássicos manuais de Sir Hilary Jenkinson (1922), Eugênio Casanova (1928), Adolf Brenneke (1953) e Theodore R. Schellenberg (1956).<sup>19</sup> E encontra uma versão similar na legislação brasileira: "Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares".<sup>20</sup>

O sentido estrito de "público" e de "privado" vai cedendo

lugar, nos anos que se sucedem ao período áureo do liberalismo, a um novo tipo de relação entre ambas as esferas. Segundo Hannah Arendt, "a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social".<sup>21</sup> A interpenetração progressiva do público e do privado, dissolvendo a sua relação originária, tem múltiplas facetas. Não só os interesses privados passaram a ter importância pública, o que pode ser observado pela crescente intervenção do Estado no setor privado - sobretudo no seu direito de dispôr livremente da propriedade - como também houve transferência de competências públicas a entidades privadas. A esse fenômeno, que Habermas caracterizou como de socialização do Estado e de estatização da sociedade, corresponde o de publicização do direito privado e privatização do direito público.<sup>22</sup>

Há inúmeros exemplos dessa interpenetração na legislação brasileira.

A função notarial, que se desenvolve na área privada dos negócios jurídicos, é nesse sentido um caso típico.<sup>23</sup>

O exercício do direito de propriedade - expresso como o direito de usar, gozar e dispôr de bens<sup>24</sup> - é limitado quer pelo exercício de outro domínio privado paralelo, quer "por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social".<sup>25</sup> Aplicam-se então, conforme o caso, os diferentes mecanismos de intervenção do poder público: desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação temporária, limitação administrativa e tombamento.<sup>26</sup>

Os já referidos bens dominicais, por serem "objecto de direito pessoal ou real" da União, dos Estados ou dos Municípios, não estão excluídos do comércio jurídico de direito privado, como ocorre com os de uso comum do povo ou os de uso especial. Num sentido mais geral deve-se mesmo dizer que, embora as coisas públicas não possam, por disposição legal, ser objecto de direitos individuais, são objecto de direito de propriedade por parte das chamadas pessoas colectivas administrativas e se encontram, por isso, submetidas ao comércio jurídico de direito público, que supõe até a sua utilização privativa por particulares.<sup>27</sup>

Além da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pessoas jurídicas de direito público interno consagradas pelo Código Civil,<sup>28</sup> passaram a gozar da mesma condição as autarquias,<sup>29</sup> os partidos políticos,<sup>30</sup> as empresas públicas e sociedades de economia

mista<sup>31</sup> e até mesmo as empresas individuais.<sup>32</sup> Já às pessoas jurídicas de direito privado (sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, associações de utilidade pública, fundações, sociedades mercantis) foram atribuídas normas precisas de conduta que vão da sua identidade legal ao destino do seu património.<sup>33</sup> E como um mundo apartado da área das pessoas jurídicas, assim entendidas porque fundadas no direito e instituídas ou confirmadas por lei, persiste o das pessoas naturais, cuja personalidade civil e cujos direitos também são objecto de regulamentação.<sup>34</sup> A esfera privada reduz-se, como tendência visível, ao indivíduo, à pessoa natural, muito embora seja uma privacidade garantida pelo poder público.

O fenómeno transparece na convencional classificação dos arquivos quanto à origem. Se os contornos do arquivo público permanecem bem visíveis, o mesmo não ocorre com os privados, normalmente subdivididos em categorias que separam os de carácter pessoal e familiar dos arquivos de associações e dos chamados arquivos económicos (empresas e estabelecimentos bancários, industriais e comerciais). Não se trata aqui de uma distinção fundamentada na presença de tipos documentais próprios, nem em valores diferenciados para a pesquisa, como muitos autores fazem supor.<sup>35</sup> A recuperação da qualidade orgânica continua a ser o alvo comum do tratamento a ser dispensado aos documentos de origem privada, como de resto aos fundos públicos. Na subdivisão dos arquivos privados prevalece a própria natureza jurídica dos órgãos de origem, verificando-se a acentuada tendência de delimitar o campo dos documentos pessoais e de família em razão de seu distanciamento maior da esfera pública. É nessa medida que o termo "arquivos privados" é reservado, na Inglaterra, para documentos de famílias e indivíduos, classificando-se os de casas comerciais, sociedades, instituições e outros como "semi-privados".<sup>36</sup> Evitando entrar no âmbito de tais categorias intermediárias, o Anteprojecto de Lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, no Brasil, optou por uma fórmula cautelosa: "São arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas (...)"<sup>37</sup> Sintomática também, no mesmo sentido, a preferência assumida pelo Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, recentemente formulado no Brasil com vista à protecção de acervos privados de valor permanente; postulando uma posição contrária à acção tutelar

do Estado sobre a sociedade, escolhe como área prioritária de actividades aquela que mais se aproxima da esfera pública: documentação eclesiástica, empresarial, corporativa, sanitária, científica e educacional.<sup>38</sup>

Escapando à antiga distinção entre público e privado, e como que dissolvendo essa polarização, uma nova qualidade é associada aos documentos, agora nem públicos nem privados, mas históricos.

A tradição positivista, que marca a historiografia do século XIX, não significou para os pesquisadores, como poderia parecer à primeira vista, a valorização do documento ou do arquivo público.<sup>39</sup> Os procedimentos analíticos da crítica histórica (externa e interna) visavam, antes de tudo, medir a validade da fonte enquanto instrumento para a recuperação do passado,<sup>40</sup> e eram aplicados a todas as categorias de documentos, independentemente da sua origem. A própria classificação de fontes, capítulo obrigatório da Heurística, revela a ausência da dicotomia entre o público e o privado. Exemplo significativo, no domínio da erudição, são os *Monumenta Germaniae Historica*, editados a partir de 1826, cujos critérios de divisão de séries documentais foram posteriormente adoptados em outras instituições da Europa.<sup>41</sup> Também os esquemas clássicos propostos por Bernheim, Ballesteros, Garcia Villada, Bauer e Soranzo<sup>42</sup> não levam em conta aqueles atributos, a não ser no nível da identificação de tipos documentais bem definidos.<sup>43</sup> Pode-se mesmo afirmar que o acto jurídico da autenticação, assentado no conceito de fé pública característico da prática notarial e dos órgãos de administração do Estado, pouco tem a ver com o padrão de autenticidade que eruditos e historiadores buscavam na crítica aos documentos antigos; a concepção de documento histórico está muito mais identificada com a de instrumento - "escrito com que se justifica ou prova uma coisa".<sup>44</sup> Outra não é a preocupação de Seignobos, um dos mais expressivos representantes do cientificismo que impregnou a pesquisa na época, quando diz que "é regra indispensável do método histórico que toda a afirmação seja acompanhada dos documentos que a comprovam".<sup>45</sup>

A valorização do histórico foi incorporada à legislação brasileira não só como conceito constitucional,<sup>46</sup> mas também a partir da criação, em 1937, de um órgão específico para cuidar do assunto: o Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional.<sup>47</sup> Os indícios de que a medida abrangia documentos de arquivo eram dados pelas referências genéricas a "bens móveis", "coisas de interesse histórico",

"manuscritos e livros antigos ou raros",<sup>48</sup> só mais tarde, com a reestruturação do SPHAN, é que se incluiram os "documentos" na categoria de bens históricos.<sup>49</sup> A intervenção do Estado, quer pelo instituto do tombamento (que se aplica tanto às coisas pertencentes às pessoas naturais como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno),<sup>50</sup> quer pelo da desapropriação (a que ficam sujeitos os casos de utilidade pública, como "a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico"),<sup>51</sup> anula e desconhece a origem pública ou privada do documento, ao mesmo tempo que evidencia a dimensão pública do património histórico.

A generalidade da norma - que expressa de modo cabal o processo de indiferenciação entre o público e o privado, atributos desqualificados em nome do histórico - acaba, através de mecanismos aparentemente contraditórios, por particularizar o seu próprio objecto. Na medida em que ficam à margem do histórico as funções de primeira idade dos documentos e arquivos, propõe-se hoje a substituição do conceito de património histórico pelo de património documental ou arquivístico.<sup>52</sup> Na mesma linha de particularização são formulados programas que retomam, dentro de velhos e novos parâmetros, os conceitos de público e privado.

## NOTAS

<sup>1</sup>"Séance plénière consacrée aux archives privées: archives économiques". *Archivum*, Paris, 1: 103-120, 1951.

<sup>2</sup>Filangieri, Riccardo, "Les archives privées". *Archivum*, Paris, 6: 43-63, 1956.

<sup>3</sup>Seton, Rosemary E., *The preservation and administration of private archives*. A RAMP study. Paris: UNESCO, 1984, p.20.

<sup>4</sup>Bastos, Aurélio Wander, "A ordem jurídica e os documentos de pesquisa no Brasil. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 8 (1): 3-18, jan.-abr.1980. Ver também: Bautier, R.-H., "Définitions générales et problèmes juridiques des archives". In Association des Archivistes Français, *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: SEVPEN, 1970, pp.21-44.

<sup>5</sup>Faria, José Eduardo, *Poder e legitimidade: uma introdução à política do direito*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, pp.33-34 (Debates, 148).

<sup>6</sup>Lei nº 3071, de 1 jan.1916 (Código Civil Brasileiro), art.66.

<sup>7</sup>Conforme o Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União (Decreto nº 15.783, de 8 nov.1922, e Lei nº 4632, de 6 jan.1923) e o Código de Contabilidade Pública da União (Decreto nº 4536, de 28 jan.1922).

<sup>8</sup>Bautier, Robert-Henri, "Les archives". In: Samaran, Charles (dir.), *L'Histoire et ses méthodes*, Paris: Gallimard, 1961, pp.1120-1166 (Encyclopédie de la Pléiade).

<sup>9</sup>O carácter restritivo da definição vem reforçado, a seguir: "Somente os documentos oficiais, isto é, os recebidos ou produzidos pelos órgãos administrativos ou pelos funcionários, a título oficial, pertencem ao arquivo". Associação dos Arquivistas Holandeses, *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960, p.9.

<sup>10</sup>Cortés, Vicenta, *Archivos de España y America: materiales para un manual*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, [1979], pp.46-47.

<sup>11</sup>Mata Castillón, Jose Manuel, "Las administraciones autónomas y la unidad de la profesión del archivero". In: Diputación Provincial de Sevilla, *Archivística: estudios básicos*, Sevilla, 1981, pp.13-24.

<sup>12</sup>Lei nº 3071, de 1 jan.1916 (Código Civil Brasileiro): Art.134, #1º: "A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena"; Art.136: "Os actos jurídicos, a que se não impõe forma especial, poderão provar-se mediante: III - Documentos públicos ou particulares"; Art.137: "Farão a mesma prova que os originais as certidões textuais de qualquer peça judicial, do protocolo das audiências ou de outro qualquer livro, a cargo do escrivão, sendo extraídas por ele ou sob sua vigilância, e por ele subscritas, assim como os traslados de autos, quando por outro escrivão concertados"; Art.138: "Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".

<sup>13</sup>Lei nº 3071, de 1 jan.1916 (Código Civil Brasileiro): Art.135: "O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens, sendo subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais de qualquer valor. Mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de transcrita no registro público".

<sup>14</sup>Habermas, Jürgen, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.19 (Tempo Universitário, 76).

<sup>15</sup>Lei nº 3071, de 1 de jan.1916 (Código Civil Brasileiro): Art.65: "São públicos os bens do domínio nacional pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios. Todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem". O Anteprojecto de Lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados também recorre à exclusão: quando define os arquivos privados, em seu Art.9º, atribui a eles a qualidade de "não governamentais".

<sup>16</sup>Arendt, Hannah, "As esferas pública e privada". In: *A condição humana*. Trad.Roberto Raposo; introd.Celso Lafer, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, pp.31-88.

<sup>17</sup>Habermas, Jürgen, *op.cit.*, p.95.

<sup>18</sup>Gauye, Oscar, "Spécificité des archives et convergence avec les bibliothèques les musées et les centres de documentation", *Archivum*, Paris, 30: 15-23, 1984.

<sup>19</sup>Ver, a respeito: Schellenberg, T.R., "Natureza dos arquivos". In: *Arquivos modernos*. Trad.Nilza Teixeira Soares, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Serviço de Publicações, 1973, pp.13-19.

<sup>20</sup>Decreto-Lei nº 3689, de 3 out.1941 (Código de Processo Penal), Art.232.

<sup>21</sup>Arendt, Hannah, *op.cit.*.

<sup>22</sup>Habermas, Jürgen, *op.cit.*, p.180.

<sup>23</sup>Ver, a respeito: Martins, Cláudio, *Teoria e prática dos atos notariais*, Rio de Janeiro: Forense, 1979.

<sup>24</sup>Lei nº 3071, de 1 jan.1916 (Código Civil Brasileiro), Art.524.

<sup>25</sup>Constituição da República Federativa do Brasil, Emenda Constitucional nº 1, de 17 out.1969, Art.153, #22. Conforme diz Cretella Júnior: "O direito subjectivo privado é oponível a outro direito subjectivo privado, do mesmo nível e grau, de outro proprietário, mas sucumbe diante do direito subjectivo público do Estado, localizado mais alto, e que facilita à administração o exercício de toda e qualquer medida restritiva de operação, referente aos bens privados". Cretella Júnior, J., *Bens privados*, 2ª ed. aumentada e actualizada, São Paulo: Livraria Editora Universitária de Direito, 1975, p.367.

<sup>26</sup>Ver, a respeito: Meirelles, Hely Lopes, "Intervenção na propriedade". In: *Direito administrativo brasileiro*, 9ª ed. actualizada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1983, pp.488-528.

<sup>27</sup>Ver, a respeito: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella, *Uso privativo de bem público por particular*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1983.

<sup>28</sup>Lei nº 3071, de 1 jan.1916 (Código Civil Brasileiro), Art.14.

<sup>29</sup>Decreto-Lei nº 6016, de 22 nov.1943; Lei nº 830, de 23 set.1949; Lei nº 4717, de 29 jun.1965; Decreto-Lei nº 200, de 25 fev.1967, com redacção dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 set.1969.

<sup>30</sup>Lei nº 5682, de 21 jul.1971.

<sup>31</sup>Decreto-Lei nº 200, de 25 fev.1967, com redacção dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 set.1969.

<sup>32</sup>Decreto-Lei nº 1381, de 23 dez.1974; Decreto-Lei nº 1510, de 27 dez.1976; Decreto-Lei nº 1641, de 8 dez.1978.

<sup>33</sup>Lei nº 3071, de 1 jan.1916 (Código Civil Brasileiro), Arts.16 a 23.

<sup>34</sup>Lei nº 3071, de 1 jan.1916 (Código Civil Brasileiro), Arts.4 a 12; Constituição da República Federativa do Brasil, Emenda Constitucional nº 1, de 17 out.1969; Arts.153 e 154.

<sup>35</sup>É o caso de Gille, Geneviève, "Les archives privées", *Revue historique*, Paris, 89 (234): 29-46. O trabalho foi retomado em: Gille, B. & Gille, G., "Les archives privées. In: Association des Archivistes Français, *Manuel d'archivistique*, op.cit., pp.401-433.

<sup>36</sup>Ellis, Roger, "Private archives: the work of the British Records Association for private archives in Great Britain", *Archivum*, Paris, 6: 71-74, 1956.

<sup>37</sup>Em outra versão datada de 1984 (a primeira é de 1981), a redacção do Art.9, mantendo a mesma cautela, passou para: "Os arquivos são privados, quando a produção e a acumulação de documentos decorrem de exercício de actividade privada específica por parte de pessoas ou entidades não governamentais".

<sup>38</sup>Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica: Pró-Documento. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, pp.19 e segs.

<sup>39</sup>Em alguns países houve mesmo prioridade de preocupação com os arquivos particulares. É o caso dos Estados Unidos, onde a Associação Histórica Americana criou em 1895 uma Comissão de Manuscritos Históricos "para tratar das colecções de material histórico de índole essencialmente pessoal, quer nos repositórios públicos quer em mãos de particularés"; somente quatro anos depois é que se formava a Comissão dos Arquivos Públicos, que deveria cuidar do

"exame do material documentário de natureza pública ou governamental, tal como o que se classifica, via de regra, sob o título de arquivos, documentos públicos ou papéis do Estado". Conforme Schellenberg, T.R., *Documentos públicos e privados*: arranjo e descrição. Trad. Manoel A. Wanderley, Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1963, p.32.

<sup>40</sup>Fórmulas ingênuas como a de Coulanges ("O melhor dos historiadores é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos, interpretando-os com justeza, não escrevendo e não pensando segundo eles") funcionaram, no século XIX, muito mais como recurso de estilo do que como princípio metodológico.

<sup>41</sup>As cinco séries previstas eram: Scriptores (escritos de carácter narrativo), Leges (disposições de carácter jurídico, incluindo tanto as civis como as eclesiásticas e as actas de parlamentos e concílios), Diplomata ou Chartæ (documentos públicos e privados que obedecem a fórmulas jurídicas e de chancelaria), Epistole (cartas de todo o género, papéis públicos e privados sobre assuntos familiares e de interesse geral ou particular) e Antiquitates (fontes não compreendidas nas séries anteriores).

<sup>42</sup>Ver, a respeito: Cassani, Jorge Luis & Perez Amuchastegui, A.J., *Metodología de la investigación histórica: la Heurística y la clasificación de las fuentes*, Santa Fe (Argentina): Universidad Nacional del Litoral, 1961. (Serie Extensión Cultural, 2).

<sup>43</sup>É o caso da tipologia documental própria da Diplomática. Ver, a respeito: Bellotto, Heloísa Liberalli, "Tipologia documental em arquivística", *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 45 (195): 7-17, 1982.

<sup>44</sup>Núñez Contreras, Luis, "Concepto de documento". In: Diputación Provincial de Sevilla, *Archivística*, op.cit., pp.25-44. É curioso observar, a propósito, que o Código Civil Brasileiro, em seu primitivo Art.134, usou a expressão genérica "instrumento público" em vez de "escritura pública". O facto gerou polémica, pois instrumento público seria o género, de que a escritura é uma das espécies. Daí nasceu o Decreto Legislativo nº 3725, de 15 jan.1919, que substituiu a expressão.

<sup>45</sup>Seignobos, Ch., "Préface". In: *Histoire politique de l'Europe contemporaine: évolution des partis et des formes politiques: 1814-1896*, Paris: Armand Colin et Cie, Éditeurs, 1897, pp.V-XII. Paradoxalmente, a regra é mencionada nesse prefácio para justificar a sua não-utilização pelo autor, o que não retira o valor referencial do enunciado.

<sup>46</sup>Ver Constituição de 1934 (Art.10), 1937 (Art.134), 1946 (Art.175) e 1967 com Emenda nº 1 (Art.180).

<sup>47</sup>Decreto-Lei nº 25, de 30 nov.1937.

<sup>48</sup>Decreto-Lei nº 25, de 30 nov.1937, Art.26, Art.4º e Art.1º, respectivamente.

<sup>49</sup>Decreto-Lei nº 8534, de 2 jan.1946, Art.2º; Decreto nº 84198, de 13 nov.1979, Art.2º.

<sup>50</sup>Decreto-Lei nº 25, de 30 nov.1937, Art.2º. Na exposição de motivos que justifica o texto legal, aliás, Gustavo Capanema explica as medidas adoptadas não só a partir da existência de "proprietários sem escrúpulos ou ignorantes", como também "ante o descanso ou a inércia dos poderes públicos".

<sup>51</sup>Decreto-Lei nº 3365, de 21 jan.1941, Art.5º, L.

<sup>52</sup>Garcia Belsunce, César A., *Legislacion sobre protección del patrimonio documental y cultural*. Trabalho apresentado ao Seminário sobre Arquivos Nacionais na América Latina. Brasília, 1982.

## NOÇÕES GERAIS SOBRE ARQUIVOS

Colectivo do AHM

Iremos, neste pequeno texto, apresentar algumas noções gerais sobre arquivologia, ciência que estuda a organização dos documentos (escritos e audio-visuais) produzidos pelas instituições sociais (pessoas, grupos, empresas ou serviços) durante o seu período de existência. Esperamos, com estas noções, ajudar a compreender a sua importância, de um modo geral, para a sociedade e, particularmente, para o seu justo enquadramento no espaço e no tempo.

### Definição de Arquivo

Ao procurarmos estudar a arquivologia, enquanto ciência, uma série de interrogações poderão surgir na nossa mente, pois ela é matéria relativamente nova, a dar os primeiros passos no já longo evoluir do conhecimento humano.

É certo que desde tempos muito recuados se procurou organizar a produção escrita, constituída, principalmente, por códigos que estabeleciam as normas reguladoras da vida social, nos seus múltiplos aspectos - religioso, político e económico. Mas essa actividade, apesar de já conter em si o embrião do que nos nossos dias é objecto da nova ciência designada arquivologia, era apenas guiada pela experiência acumulada através dos séculos e não pela aplicação metódica de conhecimentos, com o rigor que rege qualquer ciência.

Para nós a arquivologia é um assunto novo, pois recente é a nossa vinculação a problemas relacionados com a organização e a manutenção de um arquivo, bem como do acervo documental de que é detentor.

Se consultarmos um dicionário encontraremos para a palavra arquivologia as seguintes definições: "*Tratado dos processos de organizar arquivos; arte ou ciéncia de arquivista.*" (Dicionário de Língua Portuguesa, Eduardo Pinheiro, 2<sup>a</sup> ed., Porto, 1977). Qualquer

das duas significações dadas, que pouco diferem das que podemos encontrar em outras fontes de informação, são a expressão clara daquilo que pretendemos explicar, ou seja, da atribuição do estatuto de ciência ao estudo sistemático das formas de organização de arquivos.

Importa, portanto, reter que, com base na aplicação prática dos conhecimentos que foram sendo acumulados na ordenação de documentos, foi possível chegar à sua teorização, através da formulação de princípios e regras que permitem, cada vez mais, o aperfeiçoamento das técnicas de organização e preparação dos fundos arquivísticos de modo a servir melhor a administração pública, a investigação científica e a história.

Mas, depois de estarmos cientes do significado da arquivologia uma dúvida pode permanecer. De facto, ao serem-nos apresentados os arquivos como o objecto daquela ciência, pode ocorrer-nos a necessidade de conhecermos com mais clareza o que é um arquivo, como é que ele se constitui, qual a sua finalidade.

Pois bem, recorramos de novo ao dicionário e vejamos o que quer dizer o termo arquivo: "*Lugar destinado a guardar documentos; cartório; depósito; repositório; registo; (fig.) pessoa de grande memória.*" (Dicionário atrás citado). Destas definições podemos reter a primeira. A explicação fornecida é bem evidente e de fácil entendimento. Mas, não só o local onde se conserva a documentação toma a designação de arquivo. Ele pode ser, também, a compilação, a colecção de determinados documentos. Face a isso, é-nos lícito dizer que determinada pessoa possui um arquivo, constituído, com certeza, por documentos da sua autoria, a ele dirigidos ou, por alguma razão, elaborados por outrém, mas na sua posse.

De qualquer modo, no nosso caso particular, interessa-nos ter sempre presente a bivalência da palavra *arquivo* pois na nossa actividade falamos por vezes numa e noutra acepção.

### Os Diversos Tipos de Arquivos

Escrever ou falar de arquivos, de um modo geral, nem sempre implica um conhecimento aprofundado sobre o assunto, pois o termo é, por vezes, utilizado para exprimir conceitos latos, sem se definir com precisão a que tipo de arquivo se quer referir. Escreve-se e fala-se de arquivo que tanto pode ser de documentos como de objectos, de

locais como de acções. É o que acontece nos seguintes exemplos: 1. O *arquivo* do dr. fulano de tal; 2. O Museu está a organizar o *arquivo* de instrumentos musicais tradicionais; 3. O *Arquivo Histórico* de Moçambique; 4. Eu *arquivo* os relatórios na pasta A.

As situações apresentadas mostram a necessidade de utilizarmos com rigor a palavra *arquivo*, pois a nossa actividade profissional assim o exige. Sem entrarmos em explicações vocabulares que não são importantes para este estudo, queremos desde já dizer que, neste caso particular, é o arquivo tal como o definimos atrás, na sua dupla significação de local e de coleção, que interessa ter em conta ao procedermos à definição dos diversos tipos de arquivo existentes: *correntes*, *intermédios* e *históricos*.

#### *Arquivos Correntes*

Qualquer serviço, público ou privado, só pode ser bem dirigido, administrado e controlado se possuir um eficiente e funcional sistema de arquivo. Todos os documentos por ele produzidos, bem como os que lhe são enviados por outras entidades, devem merecer uma arrumação metódica, que obedecerá a um índice de classificação preparado de acordo com as suas características peculiares, mas tão simples quanto se possa, de modo a permitir uma rápida procura e localização. Os documentos assim conservados, segundo uma classificação e em função das necessidades imediatas que ocorrem no dia a dia de uma administração, constituem o arquivo. Ele é o instrumento necessário para o bom funcionamento do serviço. Por ser útil à gestão desse local esse arquivo toma a designação de *corrente*, *vivo* ou de *primeira idade*.

#### *Arquivos Intermédios*

Passado algum tempo, aqueles documentos que serviam de suporte à direcção do serviço deixam de ser actantes e passam a ser consultados de vez em quando, sem a mesma frequência que caracterizou os seus primeiros anos de vida. Quando isso acontece eles perdem o lugar privilegiado que ocupavam (em local próximo da administração) e são transferidos para outro sítio. Nesse novo local, que tanto pode ser no edifício do próprio serviço como no arquivo nacional, eles sofrem outro tratamento sem que seja, contudo, alterada a sua ordem original, de modo a permitir, simultaneamente, qualquer consulta eventual pela entidade de onde provêm e a sua integração futura nos acervos documentais do arquivo histórico. Esse local, onde

a documentação permanece durante um período mais ou menos longo, dependente dos prazos estabelecidos por lei, recebe a designação de arquivo *intermédio* (ou *intermediário*), *transitório* ou de *segunda idade* e, também, de *pré-arquivo*.

#### *Arquivo Histórico*

A documentação que constituiu durante algum tempo o arquivo corrente de um determinado serviço e perdeu, com o decorrer dos anos, a sua importância na função administrativa e que, por isso, deu entrada no arquivo intermédio, onde permaneceu o tempo considerado, por legislação própria, suficiente antes de se proceder à sua selecção, entra então na sua última etapa.

Atingida esta fase, são tomadas todas as disposições legais e estabelecidos os mecanismos que irão permitir que sejam eliminados os documentos destituídos de algum significado para a posteridade, e preservados os que apresentem valor histórico ou testemunhal. É esta documentação que é recolhida no arquivo *histórico, final, definitivo* ou de *terceira idade*.

### **O Papel dos Arquivos no Desenvolvimento Técnico-Científico e Cultural**

Depois de termos visto o que é um arquivo, cabe-nos tecer algumas considerações sobre o seu papel no desenvolvimento de um país, nos seus múltiplos aspectos: administrativo, técnico, económico, cultural, etc. Assim, procuraremos mostrar a íntima relação existente entre os arquivos e a administração pública, entre os arquivos e a investigação científica e, ainda, os arquivos como factor do desenvolvimento educacional e cultural da sociedade.

#### *A Administração Pública e os Arquivos*

Não há serviço, nenhum que não tenha o seu arquivo (normalmente o seu arquivo corrente), que pode estar bem ou mal organizado. É precisamente esse arquivo, enquanto conjunto de papéis que foram produzidos pelo serviço, que decorridos anos recolhe aos depósitos dos arquivos nacionais (de Estado ou históricos). Portanto, é natural que haja uma colaboração estreita entre esses serviços e estes últimos.

Esta colaboração traz vantagens mútuas. Com a participação dos arquivos nacionais, os serviços públicos terão o seu arquivo corrente melhor organizado, mais funcional, o que quer dizer que os serviços optimizam o tempo de trabalho. A maior parte das vezes, inclusivamente, os chefes administrativos dos serviços encontram nos arquivos nacionais o "bom amigo" que lhes resolve o problema de espaço ao transferirem a documentação de segunda idade (que deixou de ter uso corrente) para os depósitos desses arquivos.

A intervenção dos arquivos nacionais na vida administrativa dos serviços traz também para si diversas vantagens. Vejamos: a sua participação na organização do arquivo corrente ou de segunda idade, garante aos arquivos nacionais que não se irá recolher uma amálgama de papéis empiricamente classificados e desorganizados. O trabalho de inventariação e classificação estará obviamente mais facilitado. A triagem dos fundos recebidos é, assim, feita com maior segurança por parte dos arquivos nacionais, reduzindo-se a possibilidade de se guardar o que não se devia e deitar fora o que era de se conservar.

Por outro lado, o controlo da transferência da documentação é mais eficaz com a colaboração dos serviços que a produziram.

Este espírito de colaboração, que deverá existir entre os serviços públicos e os arquivos não se baseia exclusivamente na boa vontade de ambas as partes. É claro que deve existir essa predisposição para a cooperação mas, primeiro que tudo, deve-se zelar pelo cumprimento dos diplomas legais que disciplinam estas relações.

### *Os Arquivos e a Investigação Científica*

Habituámo-nos a dizer que os arquivos são a "memória do país". Que é afinal o arquivo de um serviço, por exemplo, senão a memória desse serviço?

Não há, com certeza, nenhum funcionário que não tenha recorrido aos processos arquivados para estudar um determinado assunto.

Porém, o processo arquivado que é de novo solicitado para o estudo de um determinado assunto actual ganha outra dimensão temporal. Deixa de pertencer ao passado estático ao ser rememoriado. Passa a servir o presente e pode projectar-se para o futuro.

É nessa perspectiva que devem ser encarados os fundos documentais dos arquivos. Os arquivos não são depósitos de inutilidades e não estão virados para o passado.

A introdução do conceito de *papéis públicos* no final do século XVIII e, por consequência, o *livre acesso* aos fundos, provocou uma mudança radical nesta ciência designada arquivologia. Os arquivos passaram a assumir, gradualmente, um papel de extrema importância no domínio da investigação científica.

À sua vocação inicial de depositários de títulos e direitos do Estado, acresce hoje a recolha, o tratamento e a divulgação da documentação das instituições do país. Daí que a investigação científica se baseie, em grande medida, na consulta aos fundos dos arquivos.

Como podem os arquivos desempenhar cabalmente a sua função na investigação científica?

É necessário, em primeiro lugar, guardar e preservar toda a massa documental do país considerada importante. Mas, para além disso, os arquivos têm a responsabilidade de pôr à disposição dos investigadores, segundo normas previamente estabelecidas, essa massa documental que, estudada, servirá para o desenvolvimento do país, nos diversos ramos da ciência.

De que forma é que os arquivos colocam os seus fundos à disposição do investigador?

Elaborando todo o tipo de instrumentos de pesquisa (meios de busca): guias, inventários, repertórios, catálogos, índices, etc.

Escusado será dizer que o livre acesso aos fundos dos arquivos depende, principalmente, dos instrumentos de pesquisa elaborados.

Actualmente, porém, a responsabilidade dos arquivos não se circunscreve à elaboração dos instrumentos de pesquisa. Eles procuram também, na medida do possível, participar com o investigador no seu trabalho. Este contacto mais directo entre a investigação científica e os arquivos beneficia ambos. O investigador tem a possibilidade de conhecer melhor o fundo do arquivo, porque o técnico deste último pode fornecer-lhe informações mais pormenorizadas sobre o fundo por ele manuseado. Por outro lado, os arquivos beneficiam com este contacto na medida em que podem testar os instrumentos de pesquisa e, consequentemente, melhorá-los.

Ultimamente, observa-se uma maior participação dos arquivos na publicação de trabalhos científicos e, inclusivamente, eles mesmos elaboram, por vezes, trabalhos com vista à divulgação dos seus fundos. Esta nova dinâmica dos arquivos é de louvar e de se incentivar na medida do possível.

### *Os Arquivos como Factor de Desenvolvimento Educacional e Cultural*

Tem-se verificado, igualmente, nos últimos anos, uma tendência que se está a generalizar e que é de saudar: os arquivos têm vindo a abrir-se cada vez mais ao público não especializado.

Várias formas de diálogo com esse público foram, para esse efeito, ensaiadas.

Já é corrente em alguns arquivos a exposição dos documentos mais significativos, por ocasião de efemérides nacionais. Com esse fim, advoga-se a exposição de documentos que sirvam para a consolidação da unidade nacional, em particular nos países em que a consciência nacional deve ser reforçada.

Em França, tal como em muitos outros países, existem *museus de arquivos*. Estes museus são constituídos por vários expositores com documentos periodicamente renovados.

A divulgação de documentos, criteriosamente seleccionados, através dos meios de informação (jornais, revistas, etc.) tem sido também utilizada como forma de dinamização cultural.

Há arquivos que periodicamente promovem palestras sobre diversos temas, reforçando-se assim a aproximação entre o público e os arquivos.

Relativamente ao ensino da história, por exemplo, já se vem introduzindo o hábito de levar os alunos, principalmente do ensino secundário, a visitar os arquivos. Aqui, eles têm a oportunidade de ver e manusear alguma documentação primária, resultando, deste contacto estudante-arquivo, mais gosto e sensibilidade por aquela disciplina por parte dos alunos.

### **Principais Diferenças entre Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Informação, e Museus**

Sendo instituições que visam, em última instância, fornecer informações de âmbito científico, técnico e cultural, muitas vezes confundem-se os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação e informação, e os museus.

#### *Aspectos Comuns*

Aparentemente estas instituições - arquivos, bibliotecas, centros de documentação e informação e museus - encontram-se irremediavelmente ligadas ao passado na medida em que os "objectos"

com que trabalham provêm, na generalidade dos casos (arquivos, museus e, em certa medida, bibliotecas) de um passado remoto ou próximo.

Este parece ser o ponto comum mais importante, ainda que falso, que liga estas instituições.

O que é verdade é que estas instituições têm um papel importante a prestar no desenvolvimento social, técnico, científico e cultural da sociedade em que vivemos, não só pela informação que fornecem, mas também por serem factores de modificação da sociedade na medida em que contribuem para dignificar o homem e, ao mesmo tempo, para uma tomada de consciência.

Estas instituições estão, por isso, ligadas ao *presente*, a partir do momento em que deixam de ser simples "conservadores" do passado.

### *As Diferenças*

Posto isto podemos compreender mais facilmente que as diferenças que existem entre estas instituições estão mais na forma como participam no desenvolvimento das sociedades do que propriamente nos seus grandes objectivos.

As ligações entre arquivos, centros de documentação e informação e bibliotecas são muito estreitas, mas a distingui-los existem algumas diferenças que é preciso realçar.

Os arquivos compreendem "os documentos sobre o homem enquanto ser social", ou, mais claramente, "o conjunto de documentos que interessam à história de um país ou de uma região, de uma família ou de um indivíduo". O documento deixou de ser a simples folha manuscrita e hoje, com o desenvolvimento da imprensa, da multigrafia, dos documentos sonoros e visuais (filmes, fotografias, discos, fitas gravadas), dos documentos mecanográficos e do suporte informático, aumentou consideravelmente o campo dos arquivos.

Por outro lado, o desenvolvimento da administração estatal levou à produção de uma massa considerável de documentos. É função do arquivista *saber* separar dessas massas de documentos inúteis aqueles que têm uma significação geral.

Mas o que distingue o arquivo daquelas duas instituições é o facto dos seus documentos fazerem parte de um *conjunto orgânico* de um determinado fundo, resultante de uma actividade continuada.

O mesmo não acontece com os centros de documentação e informação e bibliotecas. O arquivo é sempre fundamental para quem pretenda fazer uma pesquisa retrospectiva.

As bibliotecas desenvolvem os seus esforços não para os documentos, mas para as "obras", enquanto produtos da actividade intelectual. A sua função é juntar e conservar a documentação impressa, para oferecê-la à leitura, devidamente organizada, de modo a torná-la acessível aos seus utilizadores. Por outro lado, a biblioteca não é um conjunto orgânico, ela é fruto do critério subjectivo do bibliotecário, das ofertas que lhe fazem com vista à satisfação das necessidades dos leitores que a frequentam ou, no caso de ser especializada, dos objectivos para que foi criada.

No entanto, as bibliotecas têm uma função muito próxima dos arquivos na medida em que conservam as obras impressas que ali podem ser consultadas quando deixam de existir nas livrarias ou as pessoas não as podem adquirir.

Os centros de documentação e informação são centros extremamente especializados num dos muitos domínios da actividade humana e preocupam-se, fundamentalmente, em juntar e seleccionar informações dessa actividade, de forma a satisfazer as necessidades actuais ou previsíveis. Contudo, a informação fornecida é sempre uma resposta a curto termo e sempre limitada a um domínio bem definido.

Por possuirem características um pouco diferentes das anteriores instituições, vejamos, por último, o caso dos museus.

Os museus costumam ser encarados como colecções de objectos - científicos e artísticos - expostos de uma maneira *estática*, sem grandes ligações com o quotidiano das pessoas. Esta concepção de museu está hoje ultrapassada. Os museus modernos são hoje estabelecimentos extremamente diferentes, do ponto de vista da sua organização, das suas dimensões, da sua organização e, principalmente, dos objectos que expõem. Este aspecto é fundamental pois a comunicação com o visitante faz-se exactamente através deles. O tempo das colecções estáticas está, igualmente, ultrapassado. Hoje em dia a coleção tradicional é substituída por colecções temáticas, onde os objectos expostos se apresentam devidamente realçados, podendo realizar-se uma exposição actualíssima, como seja o caso da conquista do espaço.

Mas a sua participação no presente está ainda ligada à função eminentemente educativa que possuem e às ligações que, por isso, estabelecem com as escolas secundárias, universidades, e à educação

geral de adultos.

Os museus (ligados à universidade) transformam-se em domínios de pesquisa científica, através das colecções que possuem.

A educação geral dos adultos faz-se através de conferências e projecções, transformando-se em poderosos instrumentos de cultura. O documento não é aqui o objecto mais importante, mas poderá aparecer para ilustrar um tema de forma mais viva.

## **ENCONTROS INTERNACIONAIS**

*Dirigentes e quadros do Arquivo Histórico de Moçambique participaram em 1993 em dois fóruns internacionais de grande importância, não só pelo que eles tiveram de utilidade na sua formação e actualização de métodos, técnicas e conceitos, a desenvolver no nosso trabalho, mas também porque nos permitiram aferir o nosso desenvolvimento e também as nossas dificuldades com áreas afins. Num caso a nível internacional e no outro a nível dos países de língua oficial portuguesa.*

*Pela sua importância, publicamos neste espaço as suas resoluções e recomendações.*

## **RESOLUÇÕES DO XIIº CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS**

Reconhecendo o papel central desempenhado pelo arquivista na era da informação, para estabelecer e manter a integridade da informação em suporte electrónico, apoiando-se nos princípios e métodos arquivísticos;

Considerando que, para responder ao desafio da era da informação, os arquivistas devem centrar o seu interesse no documento, desde a sua criação até à sua conservação definitiva, definir a documentação necessária para a protecção dos direitos dos cidadãos, assegurando-se da sua autenticidade, e dominar as novas tecnologias a fim de controlar o fluxo de informação e de garantir a integridade da herança documental;

Reconhecendo que a arquivística é a única disciplina que atribui importância à substituição do documento no seu contexto que prevê instrumentos para a sua compreensão;

## **Formação e Identidade Profissional**

O XIIº Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA):

1) Criar e difundir

i) directivas para a elaboração de programas básicos de formação em arquivística, aplicáveis em todos os países e preparados em estreita ligação com a investigação arquivística. É necessário que tal formação incida sobre a análise e compreensão do contexto no qual são produzidos e difundidos os documentos, particularmente aqueles que são produzidos pelas tecnologias contemporâneas;

ii) bibliografias gerais e especializadas, elaboradas por uma rede de centros de documentação incluindo, entre outros, a biblioteca do CIA, para apoiar os arquivistas a todos os níveis;

2) encorajar os seus membros a organizar intercâmbios regulares entre profissionais dos diferentes países, e a criar acções de formação de curta duração sobre temas de interesse comum, abertas a arquivistas estrangeiros;

3) fazer um esforço especial para encorajar os serviços de arquivos e os arquivistas especializados a participar nas actividades do CIA e a formar novas secções a fim de assegurar simultaneamente a coordenação e a coesão dos seus programas de actividades;

4) prosseguir com o projecto, em curso, de um Código internacional de deontologia, meio de reforçar a identidade profissional dos arquivistas, seja qual for a sua especialização, e interessando ao conjunto da comunidade arquivística internacional;

5) no espírito da recomendação nº 4 do XI Congresso Internacional de Arquivos e com o fim de transmitir a especificidade e a eficácia dos princípios que regem o exercício da profissão, apoiar os responsáveis encarregados da formação profissional a manter uma formação rigorosa e autónoma em arquivística, completada por uma consciência dos problemas postos pela evolução dos suportes de informação e da necessidade da normalização;

6) incitar as universidades e escolas profissionais a desenvolver uma formação prática paralela e simultaneamente à que é dispensada no plano teórico.

## Normalização

O XIIº Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao CIA:

7) que solicite a todos os seus membros que encorajem os governos respectivos no sentido de adoptarem medidas respeitantes à utilização de papel permanente, em conformidade com a norma ISO 9706;

8) que conceda prioridade ao desenvolvimento de uma terminologia arquivística normalizada, condição indispensável a toda a qualquer evolução no sentido de uma normalização das práticas;

9) que adopte como base de futuras regras internacionais o Enunciado dos *Princípios relativos à descrição de documentos de arquivo*, propostos pela comissão *ad hoc* sobre as normas de descrição;

10) que prossiga o trabalho iniciado pela comissão *ad hoc* sobre as normas de descrição ISAD (G): *Normalização internacional da descrição arquivística (generalidades)*, a fim de aprofundar o envolvimento dos membros do CIA neste projecto, e de alargar às outras fases do ciclo de vida dos documentos, independentemente do seu suporte;

11) que identifique, relativamente às diferentes especialidades arquivísticas possíveis, os domínios nos quais a normalização se deve desenvolver a fim de definir uma estratégia e de estabelecer prioridades para o seu desenvolvimento;

12) que facilite, através de grupos de trabalho e publicações, o conhecimento por parte dos arquivistas das normas sobre as tecnologias da informação a fim de colocar o mundo arquivístico em posição favorável para reconhecer e ter em conta os seus princípios no desenvolvimento ou na revisão das normas internacionais para as tecnologias da informação;

13) que encoraje os seus membros a trabalhar activamente, no seio das instâncias nacionais e internacionais de normalização, em ligação estreita com as outras profissões da informação que possuam já uma experiência no desenvolvimento de normas técnicas e profissionais.

## Tecnologias da Informação

O XIIº Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao CIA:

14) que prossiga o trabalho iniciado pelo XIº Congresso Internacional de Arquivos e que identifique as necessidades da comunidade arquivística em matéria de criação, gestão, preservação e comunicação dos arquivos electrónicos;

15) que divulgue junto da comunidade arquivística a informação sobre o surgimento de novas tecnologias e sua aplicação aos arquivos, assim como sobre os progressos atingidos para desenvolver uma legislação e uma regulamentação apropriadas em cada país;

16) que incite as autoridades arquivísticas a desenvolver políticas e uma legislação que assegurem a intervenção dos arquivistas desde a criação no desenvolvimento dos sistemas de informação;

17) pôr em prática, nos países de desenvolvimento variável, estratégias de desenvolvimento das tecnologias de informação no domínio dos arquivos que tenham em conta os esforços de modernização desses países, ajudando-os a estabelecer as infraestruturas nacionais necessárias.

## Cooperação Internacional

18) Ajudar as delegações regionais a identificar e afastar os obstáculos que se opõem ao seu desenvolvimento e promover a comunicação entre as delegações regionais, as secções, os comités e os grupos de trabalho do CIA a fim de evitar os desdobramentos e sobreposições;

19) encorajar a cooperação entre as delegações para a promoção da gestão de arquivos em todas as regiões;

- 20) prosseguir a cooperação com outras organizações profissionais internacionais especializadas em disciplinas vizinhas, e promover essa cooperação ao nível nacional e internacional;
- 21) agradecer ao director geral da UNESCO pelo contínuo apoio que prestou aos países de desenvolvimento variável para o desenvolvimento dos serviços de arquivo, e estudar com a UNESCO as vias e meios para acelerar a modernização dos programas respeitantes aos arquivos nesses países.

### **Protecção do Património Arquivístico**

- 22) Os 2.500 participantes ao XIIº Congresso Internacional de Montreal, reafirmando a sua vontade de preservar o património arquivístico da humanidade e chocados com os efeitos devastadores da guerra e dos combates que ameaçam a integridade dos arquivos e os submetem à destruição, à desarticulação e a depradações, solicitam insistentemente ao CIA:
  - que prepare planos de accão específicos e publicações úteis aos governos para a prevenção dos danos aos arquivos em tempo de guerra ou em situação de catástrofe;
  - que insista junto dos seus membros para que intervenham no sentido de proteger os arquivos ameaçados;
  - que coopere com os seus membros e com os organismos nacionais e internacionais na reconstituição da informação arquivística destruída.

### **RECOMENDAÇÕES DO FORUM DOS ARQUIVISTAS LUSÓFONOS**

O Forum dos Arquivistas Lusófonos, reunido em Lisboa, no dia 28 de Janeiro de 1994, com a participação de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe,

## **Considerando**

1. que a lusofonia é uma realidade inquestionável no cenário internacional;
2. que os países lusófonos constituem uma comunidade que se expressa no mesmo idioma, terceiro mais falado do mundo, abrangendo uma população de cerca de 210 milhões de pessoas;
3. que afinidades históricas e culturais levam à convergência de esforços na intensificação de mecanismos de cooperação e intercâmbio voltados para a salvaguarda de seus acervos documentais de carácter arquivístico,

## **Recomenda**

1. que os órgãos governamentais responsáveis pela política arquivística sejam alertados para a necessidade de:

\* evidarem todos os esforços possíveis para a formação profissional, através da criação de cursos de graduação e especialização na área de arquivística de cada país;

\* garantir as condições adequadas à preservação do património arquivístico e o seu acesso por parte dos cidadãos;

\* promover formas de cooperação e de intercâmbio técnico-cultural entre os países lusófonos, em áreas de interesse comum, nomeadamente História das Instituições, Gestão de Documentos, Tratamento Automatizado da Documentação, Microfilmagem, Conservação e Restauro;

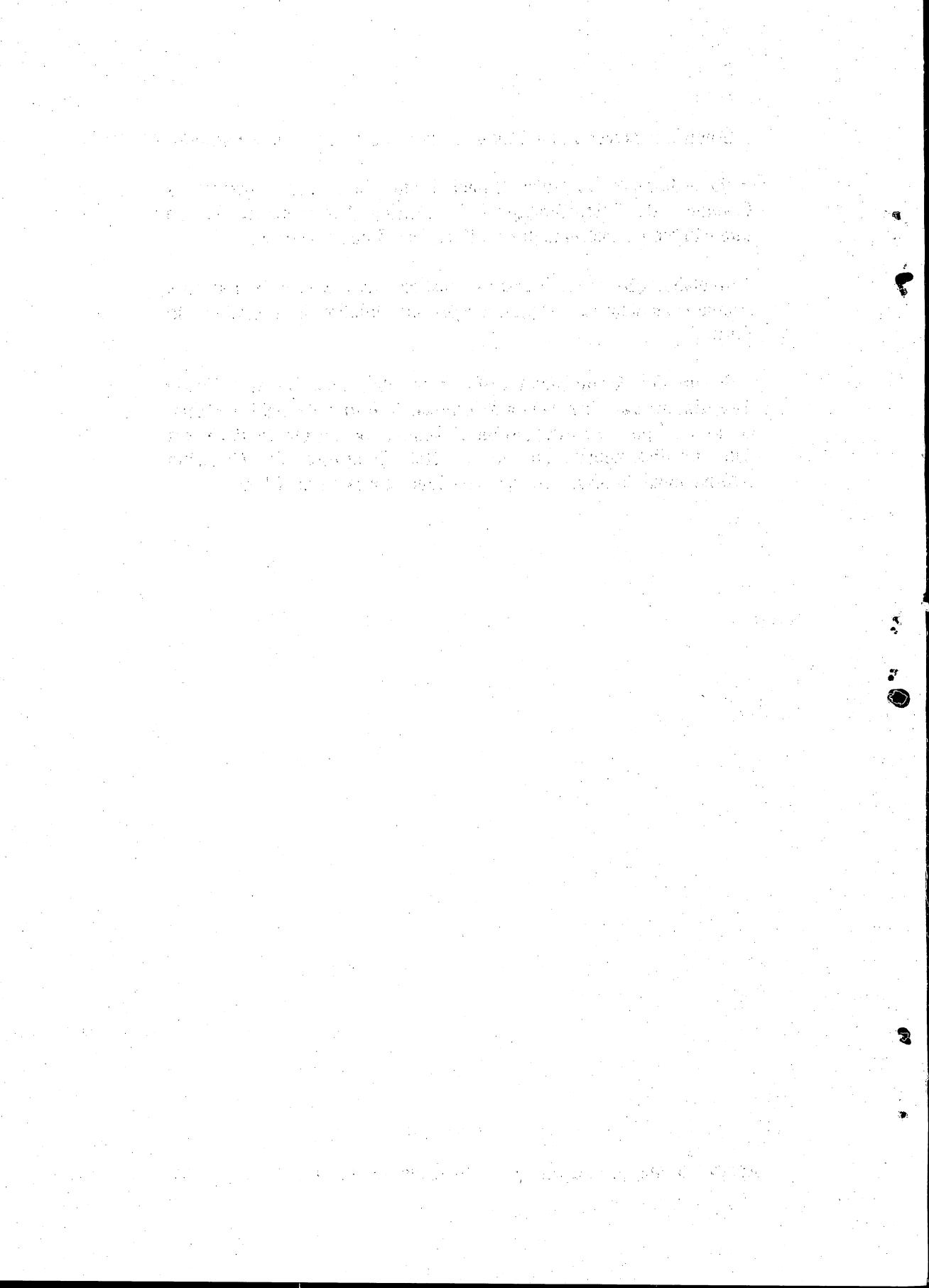
2. que a Comissão Executiva do Forum dos Arquivistas Lusófonos, criado para desenvolver projectos de cooperação arquivística de interesse internacional, deverá iniciar um processo de definição do seu estatuto junto ao Conselho Internacional de Arquivos;

3. que os arquivistas lusófonos sejam consciencializados para a necessidade de participarem activamente do Forum, colaborando com

a Comissão Executiva na difusão da informação arquivística através:

- \* da elaboração de Guias Especializados de Fontes Arquivísticas Comuns, da Microfilmagem de Fundos Complementares, do intercâmbio de Instrumentos de Descricão Documental; e
- \* da elaboração de bibliografias temáticas, da tradução de normas e manuais técnicos e da participação no Boletim Bibliográfico do Forum.

O Forum dos Arquivistas Lusófonos escolheu Cabo Verde / Cidade da Praia, para a realização da 3<sup>a</sup> Reunião do Forum de 1995, e Macau como local para a realização da 4<sup>a</sup> Reunião do Forum de 1996, em data imediatamente anterior ao XII Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, que terá lugar em Pequim, China.



## ACERVO

### RECOLHIMENTO

Durante o ano de 1993-1994, procedeu-se à recolha de alguns Fundos e Núcleos documentais, nomeadamente:

- Fundo da Inspecção de Crédito e Seguros;
- Núcleo da Faculdade de Educação (UEM);
- Núcleo da Administração do Concelho de Lourenço Marques;
- Núcleo da Direcção de Economia Agrária;
- Núcleo do Gabinete do Reitor da UEM.

### DOCUMENTAÇÃO INVENTARIADA

No decorrer de 1993 foi inventariada a seguinte documentação:

#### 1. Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil

##### Série Pessoal

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Comunicações de carácter geral	1911-1922	005
Concursos para lugares públicos	1908-1978	223
Conselho disciplinar	1932-1976	010
Diversos	1898-1976	108
Funcionários do quadro administrativo	1901-1971	062
Funcionários nomeados, contratados, assalariados de outros serviços	1898-1976	036
Processos individuais	1888-1976	150
Pessoal contratado e assalariado dos serviços de administração civil	1875-1975	032
Reformados e aposentados	1935-1975	003

##### Série Tombo e Carga

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Diversos	1901-1975	015
Inventários	1956-1973	002

## Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Administração	1905-1975	2091
Trabalho e Acção Social	1901-1974	0050
Fazenda	1898-1976	0166
Fomento e Colonização	1881-1975	0169
Educação e Cultos	1901-1974	0047
Julgado Municipal e Notariado	1898-1974	0087
Militar	1900-1974	0032
Orçamento e Contas	1900-1978	0369
Pessoal	1894-1978	0629
Tombo e Carga	1901-1975	0017
Livros de Registo	1861-1974	0056
Correspondência	1936-1975	0010

## 2. Fundo dos Serviços de Comércio e Indústria

### a) Núcleo da Direcção Provincial dos Serviços de Economia

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Administração	1963-1973	022
Gabinete de Estudos e Documentação	1928-1974	122
Inspecção das Actividades Económicas	1962-1974	023
Serviço de Exportação	1967-1978	064
Serviço de Importação	1960-1983	105
Serviço Comercial	1965-1974	009
Diversos	1964-1974	018

b) Núcleo da Direcção Provincial dos Serviços de Comércio

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Administração	1954-1980	026
Gabinete de Estudos e Documentação	1956-1975	008
Inspecção das Actividades Económicas	1965-1974	014
Comércio Externo	1974-1979	001
Comércio Interno	1971-1974	001
Serviço de Exportação	1967-1975	005
Serviço de Importação	1965-1979	050
Diversos	1959-1974	016
Serviço Comercial	1967-1975	018
Sector Mecanográfico	1972-1975	004

c) Núcleo do Consulado Geral de Portugal em Johannesburg

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Serviços Comerciais	1943-1974	016
Repartição Técnica de Estatística	1908-1956	312
Diversos em Geral	1907-1975	036

d) Cópias em Geral

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Junta de Comércio Externo	1956-1967	011
Direcção Provincial dos Serviços de Comércio	1965-1975	006
Direcção Provincial dos Serviços de Economia	1956-1974	016

### **3. Fundo do Governo do Distrito da Beira**

Títulos	Datas-Limite	Nº Caixas
Administração	1942-1974	590
Trabalho e Acção Social	1942-1975	285
Fazenda	1942-1971	021
Fomento e Colonização	1942-1972	067
Educação e Cultos	1943-1974	008
Julgado Municipal e Notariado	1944-1968	001
Militar	1943-1962	001
Orçamento e Contas	1942-1967	067
Pessoal	1942-1969	075
Registo Civil Indígena	1943-1965	004
Tombo e Carga	1942-1962	011
Tribunais Indígenas	1943-1960	021
Correspondência	1942-1974	231
Livros de Registo	1942-1964	048

### **ACÇÕES DE FORMAÇÃO**

#### *Recursos Humanos*

De 8 de Fevereiro a 2 de Abril de 1993, o senhor Victor J.Chale frequentou o Curso de Administração de Recursos Humanos, que teve lugar no Centro de Formação Profissional para o Sector Terciário.

#### *Microfilmagem*

De 1 a 3 de Março do ano passado, os senhores Marcelo M.Aleluia e Américo P.Mangue participaram num Curso de Operadores de Microfilmagem (câmera planetária 6.500, processador 1.600 e leitor 7.540), que se realizou na empresa 3M, em Johannesburg, República da África do Sul.

### *Informática*

De 17 de Agosto a 28 de Setembro, o senhor Eugénio A.Jeremias frequentou um Curso de Informática incluindo Sistema Operativo MS-DOS, Word Perfect 5.1, Lotus 1-2-3 e DBase III Plus, na SISCOOP-Cooperativa de Informática.

No decurso do segundo semestre tomaram parte ainda em cursos de operação de computadores, promovidos pelo Centro de Informática da UEM, os seguintes funcionários do AHM; João S.Milengue, Juvêncio E.Inhangumbe e Carlos L.N.Tivane.

### **MOVIMENTO DE CONSULTAS**

Meses	Biblioteca		Hemeroteca		Arquivos	
	Leit.	Obras	Leit.	Obras	Leit.	Obras
Janeiro	70	184	19	45	7	14
Fevereiro	60	157	18	39	19	42
Março	90	200	60	158	17	36
Abril	98	152	59	91	11	26
Maio	59	329	80	155	21	63
Junho	99	210	40	81	12	24
Julho	95	180	50	70	13	23
Agosto	96	200	35	70	10	20
Setembro	93	230	54	173	10	22
Outubro	98	190	70	122	35	88
Novembro	50	70	34	70	20	50
Dezembro	60	90	50	85	10	45
<b>TOTAL</b>	<b>1008</b>	<b>2192</b>	<b>569</b>	<b>1159</b>	<b>185</b>	<b>453</b>

## OFERTAS

- Dr.Armando Rosinha
- Arquivo Histórico Militar (Portugal)
- Associação das Ciências Matemáticas da África Austral
- Centre d'Étude d'Afrique Noire (França)
- Centro Amílcar Cabral (Itália)
- Centro de Estudos Brasileiros
- Centro de Información y Documentación Africanas (Espanha)
- Comissão Nacional para a Unesco
- Embaixada de Portugal / Serviços Culturais
- Embaixada do Reino dos Paises Baixos
- Embaixada dos E.U.A / Serviço Cultural e Informativo
- Francisco Martins Rodrigues (Portugal)
- Giuseppe Bartolomeo
- Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal)
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
- Instituto Superior Pedagógico
- Dr.Jean-Yves Blot
- Dra.Jeanne Penvenne
- João Manuel Machado da Graça
- Dr.José Adriano M.Fernandes
- Júlio Ribeiro
- Dr.Luís Menezes
- Dra.Merle L.Bowen
- Mugica Manuel Morte
- Rádio Moçambique
- Dr.Rafael da Conceição
- Sílvia Bragança
- Sociedade de Geografia de Lisboa (Portugal)
- United States Information Service
- Universidade Eduardo Mondlane / Faculdade de Letras
- Universidade Estadual Paulista (Brasil)
- Universidade Portucalense / Dep.Ciências Históricas (Portugal)

## VISITAS

- Dr.Francisco Viqueira (Embaixador de Espanha)
- Dr.Daniel Jouanneau (Embaixador de França)
- Dr.Peter Fry
- Dr.Patrick Harris
- Dra.Lupwishi F.Mbuyamba (Unesco)
- Dra.Therese W.Ngatia (Biblioteca do Congresso / E.U.A.)
- Dr.Stephen A.Lucas (1º Secretário da Embaixada dos E.U.A.)
- Dra.Merle L.Bowen (Universidade de Illinois)
- Dra.Sandra Rowoldt (Rhodes University Library)
- Dra.Violante Howana (Banco de Moçambique)
- Dr.Allen Isaacman (Universidade de Minnesota)
- Dr.Álvaro M.Campos de Carvalho
- Dra.Joana Pereira Leite
- Dra.Maria Luísa N.Pinto Teixeira (Queen's University / Canadá)
- Dr.John Watson
- Dr.Bernarde E.Sexe (Embaixada de França)





---

**ARQUIVO  
HISTÓRICO DE  
MOÇAMBIQUE  
1934-1994  
60 ANOS  
AO SERVIÇO DA  
HISTÓRIA E DE  
MOÇAMBIQUE**

---